



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
E CULTURA CONTEMPORÂNEAS

WASHINGTON JOSÉ DE SOUZA FILHO

O BRASIL DO HORÁRIO NOBRE:
A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NACIONAL E OS CRITÉRIOS DE
NOTICIABILIDADE EM CINCO TELEJORNALIS BRASILEIROS.

Salvador

2009

WASHINGTON JOSÉ DE SOUZA FILHO

**O BRASIL DO HORÁRIO NOBRE:
A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NACIONAL E OS
CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE EM CINCO
TELEJORNALIS BRASILEIROS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva Palacios

Salvador
2009

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

S729 Souza Filho, Washington José de.
O Brasil do horário nobre: a construção da notícia nacional e os critérios de noticiabilidade em cinco telejornais brasileiros / Washington José de Souza Filho. - 2009. 153 f.

Orientador: Prof. .Dr. Marcos Silva Palacios.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2009.

1. Telejornalismo - Brasil. 2. Jornalismo - Brasil. I. Palácios, Marcos Silva.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 070.1950981
CDU - 070:659.19 (81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURAS CONTEMPORÂNEAS

ATOS DE EXAME COMPREENSIVO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MESTRANDO: WASHINGTON JOSÉ DE SOUZA FILHO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "O Brasil do Horário Nobre: a construção da notícia e os critérios de noticiabilidade em cinco telejornais brasileiros"

.DATA DA DEFESA: 10 de setembro de 2009.

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos (UFRB);
Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira (POSCOM/UFBA); e
Prof. Dr. Marcos Silva Palacios (Orientador).

PARECER COMPREENSIVO

Depois de avaliarmos criteriosamente a dissertação intitulada " O Brasil do Horário Nobre: a construção da notícia e os critérios de noticiabilidade em cinco telejornais brasileiros", depositada no Curso de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação, e a nós submetida para exame, e depois de realizados os ritos acadêmicos da defesa da dissertação, em que o mestrando apresentou sua pesquisa e respondeu às nossas observações críticas, nós, os examinadores, decidimos, em sessão privada, que o mestrando deve ser considerado APROVADO no Exame Compreensivo de Dissertação, a que se submeteu em conformidade com os regulamentos deste Programa.



Three handwritten signatures in blue ink are written over three horizontal lines. The top signature is the most prominent and appears to be 'Sergio Mattos'. The middle signature is 'Giovandro Marcus Ferreira' and the bottom one is 'Marcos Silva Palacios'.

Salvador, 10 de setembro de 2009.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (*post mortem*), Washington e Lourdes, pelas lições que recebi em relação à vida. Sobre a importância de ser digno e o valor de ser humilde.

À Daisy, pelo apoio incondicional. Neste e outros projetos, bem sucedidos ou não.

Aos meus filhos, João Rodolpho e Matheus. Por eles mantenho a esperança no futuro.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marcos Silva Palacios, pela orientação desta dissertação, com firmeza, na busca dos objetivos, e serenidade, na compreensão das dificuldades. Uma inesquecível demonstração do sentido de ensinar.

Aos meus examinadores, Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira e o Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares de Mattos, pela solidariedade, ampliada na contribuição para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Comunicação, em especial os integrantes do Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas, pela colaboração para a realização desta etapa.

Ao ex-aluno Jorge Gauthier Santos Souza, agora jornalista, pela inestimável ajuda, no tempo de estudante, na elaboração dos gráficos e planilhas.

A Carla Schwingel, pela indispensável revisão na fase final.

“O universal é o local sem
paredes” .

Miguel Torga, 1955.

RESUMO

Esta dissertação é uma pesquisa exploratória, que buscou identificar e compreender a representação do Brasil como nação em cinco programas de informação jornalística, exibidos por emissoras de televisão brasileiras, no horário nobre. A referência inicial é a implantação de um modelo, baseado na centralização da produção e exibição, com a constituição de um sistema de transmissão dos sinais de áudio e vídeo, realizado durante o regime militar, no final dos anos 60. O marco deste modelo foi a estréia do *Jornal Nacional*, em exibição desde 1º de setembro de 1969. A atuação das emissoras de televisão em rede gerou um conceito específico de notícia, denominado como nacional, que corresponde aos telejornais relacionados a este modelo de transmissão. A compreensão da representação sobre o País está relacionada ao entendimento sobre o conceito de notícia nacional, a partir da elaboração de uma tipologia que define os critérios de noticiabilidade aplicados para a realização dos programas. A pesquisa identifica a existência de uma representação de Brasil, no qual predomina um País em que a ordem de importância dos fatos está relacionada à localização deles, de acordo com a proximidade aos centros de poder político e econômico.

Palavras-chave: Jornalismo na televisão brasileira; Telejornais de rede; Notícia nacional; Critérios de noticiabilidade na televisão.

ABSTRACT

This dissertation is an exploratory inquiry on the representation of Brazil as a nation, in five daily evening news programs, produced and broadcasted by the main Brazilian television networks during TV prime time. The initial reference for the study is the introduction of a centralized model of production and broadcast during the military regime in the late 60's. The landmark of this model is *Jornal Nacional*, a daily evening news broadcast, first shown on the 1st. of September, 1969. From then on, the mode of production of Brazilian television networks generated and developed a specific concept of news national associated to that initial format of broadcast. This inquiry on the representation of Brazil as a national-state was based on the construction of a typology of national news. The analysis detected a representation of Nation in which the hierarchy of importance of facts is determined by geographical location and proximity to centers of political and economic power.

Keywords: journalism in brazilian television; network of news program; national news; criteria of news.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 (Redes de Televisão no Brasil)	66
Tabela 2 (Objetos de estudos)	96
Tabela 3 (Corpus da pesquisa)	100
Tabela 4 (Telejornais nacionais)	100
Gráficos 1 a 5 (Origem da notícia:Brasil)	109
Gráficos 6 a 10 (Origem da notícia: Mundo)	112
Gráficos 11 a 15 (Assuntos)	116
Gráficos 16 a 20 (Forma da notícia)	121
Gráficos 21 a 25 (Narração)	126
Gráfico 26 (Tempo de produção)	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. JORNALISMO E NOTÍCIA: A CONFLUÊNCIA DE DUAS HISTÓRIAS.	9
1.1. Notícia – percurso em torno de uma definição.	11
1.1.1. As vertentes do desenvolvimento.	14
1.1.2. O jornalismo no Brasil.	19
1.2. Os marcos de uma referência.	24
1.2.1. As pistas para uma definição.	27
1.3. Noticiabilidade: os elementos da notícia.	33
1.3.1. Notícia e noticiabilidade na televisão.	38
2. A INFORMAÇÃO NA TELEVISÃO.	47
2.1. O jornalismo na televisão brasileira.	53
2.1.1. As transformações da tecnologia.	56
2.1.2. A importância do horário nobre.	62
2.2. Os programas de informação no Brasil: uma síntese.	68
2.2.1. O Repórter Esso – a lembrança de um mito.	69
2.2.2. A trajetória do Jornal de Vanguarda.	71
2.2.3. Jornal Nacional: um marco da televisão brasileira.	74
2.2.4. Hora da Notícia: o martírio de Herzog.	79
2.2.5. TJ Brasil, sucesso no estúdio.	83
3. NOTÍCIA NACIONAL: SOBRE A BUSCA DE UM CONCEITO.	88
3.1. Análise: a função da metodologia.	95

3.1.1. O corpus da pesquisa.	99
3.2. Análise: a apresentação dos resultados.	103
3.2.1. A notícia em relação à origem	107
3.2.2. A referência ao assunto	114
3.2.3. A forma da notícia	120
3.2.4. O tempo dos telejornais	128
4.CONCLUSÕES	132
5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
6.GLOSSÁRIO	151

Introdução

A realização deste trabalho representa a confluência de meus interesses, profissionais e acadêmicos, manifestado em diferentes circunstâncias, em relação ao tema desenvolvido: a representação do Brasil, através dos programas de informação, transmitidos por emissoras da televisão brasileira, no horário nobre da programação. A distinção está relacionada à forma como o assunto apareceu, em distintas fases da minha vida como profissional de jornalismo, com atuação em empresas de comunicação, e professor universitário.

A busca da compreensão sobre o tema é uma preocupação, que se manifestou, inicialmente, no meu trabalho como jornalista, em diferentes funções, de repórter a diretor de jornalismo, em emissoras de televisão, jornais e revistas. Esta questão sempre aparecia durante a mesma situação, em diferentes contextos, a saber: a responsabilidade de estabelecer o que representava para as redações, no Rio de Janeiro ou São Paulo, a importância dos temas fora desta localização. Era preciso saber o que propor como pautas, assuntos para a elaboração de reportagens, que tivessem uma dimensão estabelecida como nacional para ser notícia.

A mesma dúvida, sempre esteve presente nas redações, a partir do apresentado. A sensação é que eram utilizados critérios vagos, estratégias expressas em opções, como a publicação de uma mesma edição de uma revista com capas diferentes – uma para cada região do Brasil, subdividido em duas partes, com o Rio de Janeiro e São Paulo como referências. Em cada uma delas, a representação do que seria o interesse do leitor, a partir de um marco referencial do país: uma divisão entre pontos extremos (norte e sul) em torno do reconhecimento de um eixo predominante, materializado pela informação.

O encaminhamento por este enfoque contagia de tal forma as redações, que a visão dos jornalistas sobre os assuntos com esta grandeza tem uma perspectiva determinada pela convicção de quem é o responsável pela decisão: o reconhecimento do *gatekeeper*. Nas emissoras de televisão, o reflexo deste condicionamento é maior. A influência da estrutura, determinada pela relação entre as emissoras, distinguidas pela concepção de rede, gera um peso maior, devido à importância adquirida pela informação neste meio de comunicação. Uma manifestação regional não tem interesse como fato, a não ser pelo que representa como imagem, em termos da possibilidade de exploração das características do veículo.

O interesse em compreender este fenômeno ampliou a minha atenção sobre o tema, e como professor do curso de Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, manifestou-se mais uma das vertentes sobre as motivações relacionadas ao assunto. O trabalho como professor representa um percurso, que transforma o estudo, apresentado aqui, em eco de outras tentativas (SOUZA FILHO, 1995a; 1995b).

A questão central deste trabalho merece a indicação de um conceito, referenciado por Vizeu (2000, p. 72) da seguinte forma:

A produção de programas de informação que alcança, todo o Brasil determinou o desenvolvimento de um processo de seleção de fatos baseado na amplitude da audiência. Isso resultou na constituição de um conceito específico para a apreensão dos acontecimentos que tivessem esta natureza: a expressão da notícia nacional.

O jornalismo faz parte da televisão no Brasil desde a implantação do meio de comunicação no país, em 1950, por iniciativa do empresário Assis Chateaubriand, com a inauguração da PRF-3 Difusora, em São Paulo (SAMPAIO, 1971, p. 23). Os telejornais se transformaram na principal fonte de informação, por meio da televisão, a partir da constituição de um modelo específico de programa, o *Jornal Nacional*, produzido e exibido pela *Rede Globo*, desde 1º de setembro de 1969, que em 2009 completou 40 anos. O lançamento do telejornal alterou a forma de veiculação de informação no Brasil, além de estabelecer uma nova maneira de organizar a programação da televisão, com a valorização da faixa estabelecida como nobre, definida entre as 19h e 22h (MÍDIA DADOS, 2007, p. 166), identificada como a de maior predominância de público.

A produção de telejornais como o *Jornal Nacional* é uma decorrência da implantação no Brasil de um sistema de telecomunicações, que permitiu a exibição da programação através das redes de emissoras. A partir de um único ponto do país, a região sudeste, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, fazem a transmissão para todo o território nacional. A produção está caracterizada por dois aspectos: centralização e padronização.

O sistema é decorrente da instalação de uma estrutura, através da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), constituída pelo Governo Federal, que passou a realizar a transmissão de sinais de áudio e vídeo, além de dados, no fim da década de 60 do século passado. Foi uma ação estabelecida através da estratégia de integração nacional do território brasileiro, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, no âmbito das propostas do regime militar, implantado no país, depois do Golpe de 64 (MATTOS, 1990, p. 6).

A transmissão para todo o Brasil, por meio do sinal aberto, é feita através de oito redes de televisão - duas delas regionais - que são as responsáveis pela distribuição da

programação para suas afiliadas. Tais redes atingem todo o território nacional, que tem 98,7% da área geográfica coberta pela Rede Globo, a com maior cobertura. Essa estrutura permitiu às emissoras constituírem um mercado nacional (MÍDIA DADOS, 2007, p. 164 -165), o que favoreceu a implantação da configuração estrutural dos dias de hoje, inclusive no aspecto econômico, observado por Ortiz (1989), com base nas ações dos governos do regime militar, implantado em 1964.

Esta dissertação estabelece uma proposta para o estudo dos critérios de noticiabilidade vigentes na produção dos telejornais brasileiros, transmitidos para todo o país, com o objetivo de identificar e problematizar o objeto que estamos, provisoriamente, denominando como notícia nacional. A finalidade é contribuir para um melhor entendimento do que é compreendido como notícia nacional, e dos fatores que intervêm nessa construção, diante da importância dos telejornais na veiculação da informação no Brasil. Um estudo deste tipo pode contribuir, entendemos ademais, para tornar mais delineada e explícita a imagem de nação e de nacional relacionadas às práticas jornalísticas que serão analisadas.

A finalidade desta pesquisa é constituir uma tipologia do que é considerado notícia nacional, através de uma análise das informações divulgadas pelos telejornais das emissoras que fazem parte das cinco redes brasileiras de televisão. A pesquisa está baseada no reconhecimento da existência de critérios práticos, adotados nas redações, onde são produzidos os programas referidos, bem como nos poucos estudos sistemáticos sobre os critérios adotados para a seleção de notícias. Este trabalho representa a oportunidade para investigar os critérios de noticiabilidade em uso e os modos de construção do produto jornalístico que é designado com a classificação genérica de *notícia nacional* ou *informação de interesse nacional*. O jornalismo na televisão, no país e no mundo, é a principal fonte de informação, justificando sobejamente a busca de parâmetros que, em última instância, constroem a representação do Brasil, através dos telejornais.

Um ponto de partida para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa é a elaboração apresentada por Traquina (1988, p. 32) que estabelece, com base na investigação desenvolvida por Tuchman (1983), a existência de um processo realizado pelos meios de comunicação para a obtenção de informação em locais possíveis da ocorrência de fatos noticiáveis. Uma estratégia reconhecida como uma espécie de rede informativa.

Um quadro, tal como o descrito por Bresser (1995), é verificado em relação aos programas de informação das redes brasileiras, exibidos no horário nobre, e que têm características semelhantes às observadas por Traquina (1988, p. 38) em relação a Portugal, com base na concentração das empresas de comunicação em Lisboa, a capital do país.

As especificidades do modelo consolidado pelo *Jornal Nacional* para a veiculação de informações apresentadas como nacionais, integradas a um conteúdo, através do qual se pretende registrar os principais acontecimentos do país e do mundo, ainda é um tema pouco compreendido, no que diz respeito a uma análise sistemática e acadêmica dos mecanismos da construção da notícia e dos critérios de noticiabilidade em uso no dia-a-dia das redações.

O que justifica a realização desta pesquisa é a busca da compreensão sobre a forma que este processo é realizado na produção dos telejornais brasileiros, que são transmitidos para todo o país. A importância conquistada pela televisão não foi suficientemente acompanhada em termos de reflexão acadêmica, na realização de estudos para o conhecimento deste aspecto da produção de informação.

Os telejornais, exibidos na faixa do horário nobre da programação, entre 19h e 22h, repetem um padrão mundial, que é a apresentação de um resumo dos principais fatos, que têm a definição de “grandes missas da noite”, apontada por Ramonet (1999, p. 77). O surgimento desses padrões está relacionado ao desenvolvimento da televisão nos Estados Unidos, a partir de 1948, com a implantação dos programas com as características dos atuais, de exibição regular e com tempo determinado, além do conteúdo relacionado aos principais acontecimentos (SQUIRRA, 1993, p. 42).

No Brasil, a valorização deste modelo ampliou uma distorção, com o estabelecimento de um processo de seleção e exibição de notícias à semelhança dos países mais ricos do mundo, que desconhecem os acontecimentos nas regiões consideradas de menor importância, da forma descrita por Hester (1980) e Traquina (1988).

A busca de uma referência para um conceito específico, que contribua para a compreensão de um processo, através do qual a maior parte da sociedade brasileira é informada, servirá para um maior aprofundamento sobre a importância dos telejornais nacionais, quase 40 anos depois da implantação do modelo. A compreensão sobre a representação da notícia nacional, nos telejornais das redes emissoras brasileiras, é um passo importante, uma contribuição para a definição de um aspecto do jornalismo na televisão.

A importância da pesquisa é ampliada pela dimensão do Brasil, um país caracterizado por diversidades regionais, identificadas através de questões sociais e econômicas, que são ressaltadas pela importância da televisão como meio de comunicação. Os telejornais, por conta deste quadro, são transformados em elementos de unidade, em torno de uma idéia de nação,

O *corpus* para a realização da pesquisa está constituído por 60 edições dos programas de informação exibidos pelas cinco redes de televisão brasileiras (Pública, SBT,

Rede Record, Rede Bandeirantes e Rede Globo), que transmitem o sinal, por canal aberto, assistidos em Salvador, exibidos na faixa nobre da programação, entre 19h e 22h, através das seguintes emissoras, respectivamente: *TV Educativa*, *TV Aratu*, *TV Itapoan*, *TV Bandeirantes* e *TV Bahia*. As gravações foram feitas durante o período de 21 de maio a 2 de junho de 2007.

O telejornal da *TV Cultura*, integrante da Rede Pública, ainda que tenha o início às 22h, no horário que marca o fim da faixa que é considerada a de maior audiência da televisão brasileira, foi incluído por representar uma perspectiva diferenciada, a de uma emissora pública, vinculada ao Governo de São Paulo, através da Fundação Padre Anchieta.

A noção de programa de informação que se pretende analisar é a definida por Torán (1982, p. 10), como “os programas que se referem àqueles cujos conteúdos estão baseados na atividade jornalística, que os ingleses englobam sob a denominação *factual news*”.

Os cinco programas selecionados fazem parte de um universo relacionado às oito redes de televisão, duas delas regionais - *CNT e Gazeta* -, que transmitem em todo o país, através de 414 emissoras (MÍDIA DADOS, 2007). São 20 programas, entre os que podem ser classificados como nacionais, porque são veiculados para todo o território nacional, exibidos a partir de 6h25m, de segunda a domingo.

As edições dos programas foram gravadas no período de duas semanas, entre 21 de maio e 2 de junho, escolhidas de forma aleatória, com a preocupação de que não estivessem marcados por eventos específicos, cuja realização pudesse influenciar o conteúdo dos telejornais. Um exemplo deste tipo de evento foram os Jogos Pan-Americanos, realizados no mês de julho, no Rio de Janeiro, em 2007. O procedimento, em relação à definição do período, é o adotado por Rezende (2000) para a realização de um estudo sobre o padrão editorial de três telejornais, exibidos por emissoras brasileiras, com a amostragem de uma semana.

As gravações serviram de base para a realização da pesquisa. Permitiram analisar a representação feita do Brasil, através dos telejornais, com a identificação dos aspectos referentes ao conteúdo dos programas. A definição da origem é a busca principal, a partir da hipótese de que a escolha e a seleção das notícias estão condicionadas por um processo, desenvolvido nas redações dos telejornais, que privilegia a procedência da informação, com a valorização de algumas regiões em detrimento de outras. Uma valorização que tem a influência de critérios extrajornalísticos, como política, economia e influência social.

A problematização do que é a notícia nacional foi feita com o apoio da análise de conteúdo, a partir da definição de Fonseca Júnior (2005, p. 302) que considera esta

metodologia “a mais adequada para produtos de comunicação como filmes, entrevistas jornalísticas, programas radiofônicos e anúncios publicitários”. O que permite o reconhecimento deste procedimento como adequado para a realização da investigação proposta nesta pesquisa.

A apresentação dos objetivos define as metas, que vão orientar a busca dos resultados para a realização desta pesquisa. No contexto da elaboração deste estudo, elas representam a especificação da proposta (a construção de uma tipologia para a definição do que é notícia nacional), além dos critérios de noticiabilidade adotados para a produção de um produto jornalístico estabelecido a partir da estréia do *Jornal Nacional*.

A idéia principal, em termos de objetivos, tem como específicos os aspectos relacionados abaixo:

1. Compreender o processo de seleção e produção do conteúdo dos telejornais estudados, através da análise das rotinas de trabalho nas redações de cada um deles;
2. Analisar a rotina produtiva para a seleção das notícias que compõem o conteúdo de cada um dos telejornais reconhecidos como de abrangência nacional, com base na procedência da informação;
3. Identificar a relação entre a região da qual a informação é proveniente e o formato utilizado para a divulgação das notícias pelos telejornais, com base na procedência da informação e a referência à audiência das emissoras, que fazem a exibição dos programas.

O conjunto de objetivos foi estabelecido a partir das hipóteses relacionadas a seguir:

Principal: a construção do nacional nos telejornais exibidos pelas emissoras brasileiras é caracterizada por modos particulares de operacionalização de categorias como notícia e noticiabilidade, que em última análise não produzem uma representação do país compatível com a sua dimensão e diversidade.

Secundárias:

A) A representação estabelecida pelos telejornais, apesar da abrangência, em relação ao território nacional, não corresponde à dimensão que a televisão atinge no país e faz uma representação do Brasil diferente da sua diversidade, porque privilegia regiões específicas, com o estabelecimento de uma produção a partir de critérios extrajornalísticos, em busca da valorização definida pela audiência, de acordo com o público onde os índices têm maior compensação econômica.

B) O critério para a divulgação das notícias pelos telejornais está relacionado a uma distinção, pela qual os assuntos das regiões que têm menor destaque no aspecto econômico e político são incluídos como conteúdo apenas para a busca de uma referência que pareça nacional pela citação dos pontos menos destacados.

A partir desta introdução, a pesquisa está estruturada em três capítulos, relacionados às três questões que servem de base para a realização deste estudo, mais a conclusão e apêndice.

A primeira, diz respeito às principais transformações do jornalismo, ocorridas a partir do momento definido como o do surgimento da imprensa. Destacam-se as mudanças relacionadas à tecnologia e às contribuições permitidas pelo surgimento de novos equipamentos, que garantiram uma configuração como a atualmente vigente, que tem a tiragem e a venda como metas. Em torno desta questão, consideramos a consequência das transformações em relação ao que é notícia, a forma e as condições que a definem e os estudos desenvolvidos.

A segunda se estabelece em torno da função da informação na televisão, com referência à inserção do jornalismo neste meio de comunicação, ocorrida no Brasil desde sua inauguração.

Por fim, a terceira questão, relaciona-se à definição de uma tipologia do que é a notícia que compõe o conteúdo dos telejornais que são exibidos no horário nobre, uma parcela da estratégia da programação das emissoras, destacado pela audiência alcançada.

A partir das questões relacionadas, apresentamos um resumo dos capítulos que seguem, para uma melhor compreensão deste trabalho.

O Capítulo 1 problematiza a compreensão do que é notícia, através de estudos e modelos adotados para o desenvolvimento de investigações, além da consequente relação com o tema da noticiabilidade, inclusive com a referência ao jornalismo na televisão.

O Capítulo 2 relaciona o jornalismo à televisão, com destaque para a vinculação ao processo desenvolvido no Brasil. A discussão é conduzida com destaque para dois aspectos que marcam a importância e predominância adquirida por este meio de comunicação no país, a partir da adoção do processo de transmissão em rede, que são: 1) a influência do desenvolvimento tecnológico; e 2) o papel desempenhado na programação das emissoras, em particular em relação aos programas que são os elementos desta pesquisa.

Este capítulo também apresenta um panorama sobre o desenvolvimento dos telejornais no Brasil. Uma síntese em torno dos programas mais destacados, desde a

implantação do jornalismo na televisão brasileira, uma vinculação estabelecida, praticamente, a partir da inauguração, em 1950.

A apresentação do objeto de estudo desta pesquisa encontra-se no Capítulo 3, a partir de uma referência sobre o que é compreendido como notícia nacional, com base nos estudos desenvolvidos sobre o jornalismo na televisão. Neste capítulo, encontram-se explicitações da metodologia utilizada para a análise do material coletado, que tem como referência a teoria construcionista em relação aos estudos sobre notícias e a utiliza como técnica para a análise de conteúdo, a partir da concepção de Casetti e Di Chio (1999). A compreensão essencial é que o jornalismo, apesar de submetido a diversos condicionamentos, impostos pela natureza da atuação das empresas e determinados pelas regras de funcionamento do campo, permite um espaço de negociação desenvolvido pelos jornalistas. É uma condição que determina a preferência por algumas notícias, em detrimento de outras.

A partir da amostra coletada foi desenvolvida a análise, em torno dos objetivos relacionados à pesquisa. Em função de uma maior praticidade e como uma consequência do volume acumulado, as fichas dos telejornais foram transformadas em arquivos de dados, incluídas neste trabalho da seguinte forma como duas planilhas Excel, utilizadas para a realização da análise, parte do conjunto do trabalho, incluídas um CD-ROM com as 60 fichas no formato Word, em anexo, - para uma melhor visualização.

1 Jornalismo e notícia: a confluência de duas histórias

A notícia, reconhecida como o elemento essencial do jornalismo, tem o seu desenvolvimento relacionado ao estabelecimento de um padrão, que consolidou o processo de veiculação de informação como um bem imprescindível do cotidiano dos indivíduos e da sociedade. Por meio da função que desempenha, é permitido conhecer os fatos que têm interferência na vida do cidadão, assim como as repercussões de atos e decisões vinculadas às organizações - no limite do horizonte de cada um, ou na amplitude do universo, restringido pelo conhecimento.

As idéias de Traquina (2005a; 2005b), sobre o desenvolvimento do jornalismo, são a base que utilizaremos, neste capítulo, para a compreensão do que é notícia, em uma trajetória dividida em duas partes. A primeira, a partir de uma bibliografia específica, servirá para demonstrar como ocorreu a confluência entre notícia e jornalismo, em função das transformações ocorridas. A segunda, relacionada à exploração dos conceitos, buscará a constituição de um referencial, a partir dos modelos e concepções desenvolvidos sobre o que é notícia. Em relação à natureza do estudo, será incluída uma complementação para a definição da representação da noticiabilidade, como um critério, para a seleção de notícias, e a sua aplicação no jornalismo na televisão.

A referência à notícia existe antes mesmo da consolidação do jornalismo. Ela está vinculada ao estabelecimento de um processo, de seleção, elaboração e veiculação da informação. Uma transformação que tem a interferência das transformações tecnológicas e das condições geradas pelo sistema econômico. Para haver esta compreensão existe a necessidade de promover tal entendimento, como considera Traquina (2005a; 2005b). Este autor aponta três vertentes para demonstrar o processo pelo qual o jornalismo alcançou o patamar em que está instalado.

Para Traquina (2005a, p. 33), três fatores determinaram modificações do jornalismo, em relação ao desenvolvimento de um padrão, que tem o século XIX como marco:

- 1) A expansão, gerada pelo desenvolvimento da tecnologia, que favoreceu as condições para a elaboração e publicação de jornais, associada às novas condições sociais. A conjunção desses elementos permitiu a elevação de tiragens e uma maior circulação dos jornais. A natureza do jornalismo é ampliada, com o surgimento de outros meios de comunicação e, na conjuntura atual, ganha, na definição do autor, “novas fronteiras”;

- 2) A valorização do processo de comercialização, em função da transformação do paradigma, em relação à notícia, que se transforma em um produto, diferente da característica doutrinária que marcou o jornalismo, até os anos 30 do século XIX;
- 3) Uma consequente dicotomia, gerada pela valorização da informação como pressuposto, em detrimento do interesse pela opinião. O jornalismo fica dividido em dois pólos: o econômico e o intelectual, demarcado pelo surgimento de uma categoria profissional especializada, os jornalistas.

A notícia é reconhecida como anterior ao jornalismo, como frisa Jorge (2007, p. 48). Em função deste objetivo, iniciamos o caminho em torno da primeira parte, em busca desta compreensão sobre o que é notícia e do contexto em que ocorreu o desenvolvimento do jornalismo.

Em um estudo sobre o processo de mutação da notícia, Jorge (2007, p. 49) indica quatro pontos como principais no processo de evolução da informação, em relação aos últimos cinco séculos: “A invenção da escrita; a invenção do alfabeto; a invenção dos tipos móveis; e o advento da Internet”. A autora aponta os livros de notícia ingleses, surgidos no século XV e publicados próximo ao período em que Johannes Gutenberg desenvolvia a criação dos tipos móveis, como os primeiros exemplos do que é considerado *jornalismo*.

A criação dos tipos móveis, por Gutenberg, é considerada (CASTAGNI, 1987, p. 88) como um instante de transformação da civilização. Para a autora, a adoção dos tipos móveis representou uma mudança no processo de produção de livros, que é equivalente ao surgimento da escrita.

A noção de jornalismo, como uma atividade periódica, porém, se consolida quase um século e meio depois (JORGE, 2007, p. 52), em torno de 1609, através de publicações na Alemanha e na França. Os inúmeros estudos, entre os que tratam do desenvolvimento do jornalismo e da notícia, têm diversas considerações que relacionam, muitas vezes sem demonstrar a vinculação, a evolução tecnológica e a transformação do jornalismo em uma atividade voltada para o lucro. A intenção é demonstrar, com o apoio de autores como Marcondes Filho (2000) e Marshall (2003), a existência de um processo que condiciona o jornalismo e tem repercussões sobre o que é notícia.

Para Marcondes Filho (2000), a compreensão sobre o desenvolvimento do jornalismo está relacionada ao entendimento da existência de cinco períodos, demarcados por transformações tecnológicas de significativa importância para a expansão da imprensa. Marcondes Filho (2000, p. 10) considera que o jornalismo “reflete de forma bastante próxima

à própria aventura da modernidade”, e o aponta como “filho legítimo da Revolução Francesa”. Ele situa a trajetória do jornalismo em um processo de transformação, em relação à forma e interesse, a uma quebra do poder que o controle da informação representava. A classificação proposta por Marcondes Filho (2000) está separada em cinco fases, com a atual encerrada nos anos 70 do Século XX. As fases são apresentadas como pré-história, primeiro, segundo, terceiro e quarto jornalismo.

Outra abordagem é a elaborada por Marshall (2003). O autor traça um paralelo, relacionando o desenvolvimento do jornalismo à consolidação da publicidade, como essencial para o financiamento daquele. Marshall (2003) relaciona a história do jornalismo a quatro fases, que apresenta como comercial, opinião, publicidade e industrial - esta destacada pela ampliada influência da propaganda, com a utilização dos recursos de marketing.

A compreensão dessas questões permite um melhor entendimento sobre as transformações ocorridas em relação ao jornalismo e sua influência no entendimento do que é notícia. A referência aos registros sobre o desenvolvimento do jornalismo, ajuda na definição dos possíveis aspectos da notícia.

1.1 Notícia: percurso em torno de uma definição

O que é notícia, mesmo sem que possa ter merecido uma definição conclusiva, aparece antes da consolidação dos jornais, como um meio específico para a divulgação de informação, conforme é tratado por diversos autores. Jorge (2007), por exemplo, considera o surgimento do primeiro relato noticioso na China, em 202 a.C., com os *tipao*, relatórios distribuídos entre os oficiais chineses da dinastia Hun.

A autora inclui as chamadas *Actas Diurnas*, publicadas pelo Senado de Roma, em 59 a.C., sob o império de Júlio César, como um dos exemplos pioneiros de uma forma de divulgação de notícia, da mesma maneira que os relatórios militares feitos na China. Para Pena (2005), a idéia de notícia está relacionada às gazetas, que eram veiculadas na cidade italiana de Veneza, um importante entreposto comercial da Europa, no século XVI. O termo - gazeta - é uma referência à moeda local à época e ao preço - custava uma *gazzette*. Da mesma forma que os exemplos referidos antes, são considerados uma demonstração do que viria a ser o jornalismo, por apresentar uma das características que define uma publicação, que é a regularidade da circulação. As características do jornal moderno (MEDINA, 1978, p. 27) são quatro: periodicidade, atualidade, universalidade e difusão. Traquina (2005a, p. 63) promove

uma comparação sobre o conceito, em três fases distintas, no espaço de quatro séculos. O autor relacionou períodos diferentes, entre as primeiras décadas do século XVI, os anos 30-40 do século XIX e uma fase, entre 1967 e 1970 do século XX, para demonstrar que não existe uma maior diferença entre os princípios aplicados para a definição do que é notícia, mesmo com um espaço tão distante de tempo, se consideradas as épocas relacionadas.

O autor recorre a um conceito do historiador Mitchel Stephens, através do qual o que é notícia está vinculado a elementos que são definidos como qualidades duradouras (TRAQUINA, 2005a, p. 63). Segundo ele, são “o extraordinário, o insólito, o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte”.

A comparação entre os três momentos demonstra a pertinência da observação, a partir do primeiro, entre os escolhidos para a comparação. Traquina (2005a, p. 64) usa como referência o ano de 1616, quando morreu o dramaturgo inglês William Shakespeare, para relatar que a folha volante era “uma forma pré-moderna do jornal” – semelhante às gazetas publicadas em Veneza. No ano referido, foram publicadas um total de 25 folhas volantes, e um terço delas foi dedicado a um tipo de acontecimento, os assassinatos. O pesquisador admite um grande interesse pelo tema da violência e mortes.

Em relação ao segundo período da comparação (os anos 30 e 40 do século XIX), Traquina (2005a) relembra como o momento de consolidação da *penny press* foi importante para o jornalismo ocidental. Ele aponta a modificação promovida pelo *New York Sun* como um fator determinante para a definição de uma nova concepção, com o conteúdo dos jornais mais voltados para a informação, separada dos comentários.

A referência do terceiro momento é o estudo realizado pelo norte-americano Herbert Gans, entre 1967 e 1970, com uma análise de conteúdo de telejornais de três redes de televisão (*CBS*, *ABC* e *NBC*) e duas revistas de informação (*Newsweek* e *Time*) dos Estados Unidos. Para Traquina (2005a, p. 68) a pesquisa demonstra a valorização da notoriedade dos envolvidos nos acontecimentos, o que determina a participação até o limite de 85% dos assuntos nacionais de pessoas conhecidas, como o presidente norte-americano, figuras de importância para o país e pessoas proeminentes, envolvidas em escândalos.

Para Neveu (2006, p. 115) as constatações representam, como Traquina (2005a) observou em relação a Stephens, o estabelecimento de “um jogo com a presença de seis valores duradouros da informação”, com dois sentidos: um sobre regras sociais, que devem ser respeitadas; e outro sobre instrumentos para a apresentação e avaliação da notícia. De acordo com Neveu (2006), os elementos do jogo são o etnocentrismo, a democracia altruísta, o capitalismo responsável, o aconchego da pequena cidade, o individualismo e a moderação.

Estes elementos são referências sobre o modo de vida norte-americano, mas determinaram uma influência sobre o jornalismo dos países que tiveram os Estados Unidos como modelo, um fato que é reconhecido, por exemplo, em relação ao Brasil, verificado em estudos, como o de Silva (1991). Para o citado autor uma possível causa da vinculação é a ligação estabelecida através de viagens para os Estados Unidos de jornalistas brasileiros, inclusive de Hipólito José da Costa, o fundador do *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal do país.

Esta influência norte-americana foi questionada, na década de 70 do século XX, pelo surgimento do movimento denominado Uma Nova Ordem da Informação Internacional, que baseado em um relatório das Organizações das Nações Unidas (ONU) denunciava o desequilíbrio da circulação da informação. Hester (1980, p. 90) demonstrou que a veiculação de notícia dos países menos desenvolvidos é tratada com base em “estereótipos e preconceitos”.

A limitação em compreender o que é notícia, ainda que através de uma remissão como a verificada, permite perceber que há mais semelhanças do que diferenças no quadro atual, uma situação que ganha uma dimensão maior com a emergência de dispositivos tecnológicos, entre os quais a Internet, que altera a forma de veiculação da informação e amplia a quantidade. Um crescimento que teve a quantificação constatada por Ramonet (1999, p. 128), com a demonstração de que nos últimos 30 anos circulou mais informação do que em cinco mil anos:

Um único exemplar da edição dominical do *New York Times* contém mais informação do que poderia adquirir durante toda uma vida, uma pessoa culta do século XVIII. [...] Mesmo um leitor capaz de ler mil palavras por minuto, oito horas por dia, precisaria de um mês para ler as informações publicadas em um dia. [...] Teria acumulado um atraso de cinco anos e meio de leitura.

Para Pena (2005, p. 71) o que pode ser descortinado sobre o que é notícia é a chave para entender o significado do mundo, em decorrência das transformações políticas e econômicas, tornadas maiores com a tecnologia. O que gera a constatação de que apesar de parecer diferente, nas notícias o mundo continua igual ao que sempre foi, em busca de uma mudança real: “Revelar o modo como as notícias são produzidas é mais do que a chave para compreender o seu significado, é contribuir para o aperfeiçoamento democrático da sociedade”.

1.1.1 As vertentes do desenvolvimento

A compreensão do desenvolvimento do jornalismo, para Traquina (2005a, p. 33), representa o reconhecimento da existência de três vertentes. Elas são apresentadas como expansão, comercialização e o estabelecimento do campo jornalístico, com a emergência de um pólo econômico, uma decorrência da transformação da informação em um produto, relacionado à busca de uma lucratividade.

O relato a seguir é uma avaliação de como esses fatores tiveram a influência, que é destacada, sobre o jornalismo. Uma questão significativa é a da transformação tecnológica, importante para a evolução do jornalismo, a partir do século XIX, e presente no momento atual, com o surgimento de novas tecnologias, como a Internet, transformada em mídia.

A expansão, no contexto do desenvolvimento do jornalismo, está relacionada à ampliação da circulação dos jornais, favorecida pela maior oferta de publicações e exemplares, refletida pelo aumento da lucratividade, com o aumento do volume de vendas, no século XIX. São fatos decorrentes do estabelecimento de um novo paradigma, que marcará o jornalismo:

Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço ao público – uma constelação de idéias, que dá forma a uma nova visão do ‘pólo intelectual’ do campo jornalístico (TRAQUINA, 2005a, p. 34).

O estabelecimento de um novo paradigma, no qual a notícia é reconhecida como um produto, e o seu consumo vinculado a um processo em que a base é o lucro, geraram uma nova realidade, na qual o jornalismo está inserido. O marco é a década de 30, do século XIX, destacada pelo surgimento da *penny press* nos Estados Unidos.

O desenvolvimento tecnológico impulsiona o aumento da tiragem e o crescimento dos jornais, com o surgimento de dispositivos que permitiram aumentar a capacidade de impressão das publicações, além de aspectos sociais e econômicos. Traquina (2005a, p. 35) aponta quatro fatores, relacionados a esse contexto:

1. Evolução do sistema econômico;
2. Os avanços tecnológicos;
3. Fatores sociais;
4. A evolução do sistema político no reconhecimento da liberdade no rumo à democracia.

Desde o início do século XIX, o desenvolvimento tecnológico tinha permitido aumentar a capacidade de impressão. Invenções como a rotogravura, em 1851, e a

heliogravura, em 1905, trouxeram melhoria ao processo de confecção de jornais. A criação do telégrafo, em 1844, e, posteriormente, o telégrafo por cabo, em 1866, representaram uma nova forma de conexão com os fatos, maior velocidade e a redução do fator tempo na divulgação de informação. São modificações que restringiram a distância geográfica e incorporaram a noção de atualidade ao jornalismo. A implantação das linhas telegráficas, nas décadas de 50 e 60 do século XIX, permitiu a consolidação das agências de notícias, importantes para o fortalecimento de um jornalismo baseado em informação (Traquina, 2005a, p. 39).

O que caracteriza a comercialização como uma vertente do desenvolvimento do jornalismo é o estabelecimento de uma ideologia, como define Traquina (2005a, p. 50), através da qual a função dos jornais é servir aos cidadãos, com informação útil e interessante. A comercialização representa uma forma de independência dos laços políticos, porque transforma a atividade em uma indústria, com a venda de um produto – as notícias – com o objetivo de conseguir lucro.

A *penny press*, denominação herdada do valor que correspondia ao pagamento de um exemplar do jornal, é apontada como o modelo deste novo padrão do jornalismo. A partir de seu surgimento, em 1835, com o lançamento do *New York Sun*, passa a ser uma inspiração para outras publicações com o mesmo estilo:

Novo jornalismo que privilegia a informação e não a propaganda, distinção que é vista como pressupondo um novo conceito de notícia onde existiria a separação entre fatos e opiniões. É precisamente esta idéia que a denominada penny press dinamizou, efetuando assim a mudança de um jornalismo de opinião para um jornalismo de informação (TRAQUINA, 2005a, p. 51).

O jornal *New York Sun*, publicado a partir de três de setembro de 1833 e editado pelo impressor Benjamim H. Day, é considerado o precursor de “uma nova era do jornalismo que em poucos anos revolucionaria a publicação jornalística” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 67). Uma das estratégias do jornal era buscar um aspecto mais atrativo para a informação divulgada, em relação ao conteúdo. As transformações ocorridas nas grandes cidades permitiram o aumento da importância dos jornais, o que DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 66) definem como “audiência”.

Dois pesquisadores norte-americanos, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 63), relacionam este momento, como o de busca de um público, adequado a uma nova realidade do jornalismo: “Ao livrar-se do controle político no século 19, o jornalismo procurou seu primeiro grande público com base no crime, no escândalo, nas emoções fortes e no endeusamento das celebridades”.

As características do novo modelo de jornalismo, amparado em um estilo que valoriza a informação e busca atrair o interesse do leitor, estão vinculadas às transformações que determinam o aumento do índice de leitura dos jornais. A emergência do repórter, termo atribuído a Samuel Morse, inventor do telégrafo (ADGHIRNI, 2005, p. 48), inaugura uma nova forma de relatar a informação, em termos de testemunho direto.

A utilização dos recursos decorrentes das inovações tecnológicas permite uma transformação na forma de elaboração da reportagem, conforme descrita por Schudson (1993). O autor, com base em um estudo sobre a mensagem apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, ao Congresso norte-americano, constata que a adoção do *lead*, como técnica para a redação das reportagens, alterou a forma de participação dos jornalistas. Ele registrou três formas básicas de redação das reportagens, em um período entre 1790 e 1978. A observação de Schudson (1993, p. 284) é que, a partir da nova forma de elaboração da informação, o papel desempenhado pelos jornalistas passa a ser outro: “Com o estabelecimento do *lead* como convenção jornalística, tornou-se claro que os jornalistas deixaram de ser estenógrafos ou gravadores para passarem a ser intérpretes”.

O episódio da Guerra Civil Americana, entre 1861 e 1865, é considerado como um marco importante para a história do jornalismo, no contexto tratado. Eram mais de 80, os correspondentes de jornais norte-americanos que fizeram a cobertura da Guerra, iniciada após a eleição do presidente Abraham Lincoln (1809-1865), um ano antes, em 1860. Essa ação jornalística permitiu o surgimento da reportagem como uma técnica para a transmissão de informação dos acontecimentos, além do uso da entrevista para a coleta de dados. Foram modificações favorecidas por inovações tecnológicas, como o telégrafo e a máquina fotográfica.

O objetivo maior era que fosse mantido o crescimento da circulação, o que ocorre com o denominado jornalismo amarelo, a partir de 1880. Dois dos grandes proprietários de jornais, William Randolph Hearst (1863-1951) e Joseph Pulitzer (1847-1931), envolvidos em uma disputa direta pela expansão da tiragem dos seus veículos, são os protagonistas deste momento.

No Brasil, a denominação com o sentido correlato é a de imprensa marrom (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 22) relaciona a expressão ao francês, por meio da apropriação da palavra *cimarron*, que tem o significado de ilícito, pouco confiável. O termo adotado nos Estados Unidos, jornalismo amarelo, está relacionado à publicação de trechos de histórias em quadrinhos, além de que a *penny press* tinha um menino amarelo como personagem.

A compreensão sobre o modelo deste tipo de jornalismo permitiu a Angrimani Sobrinho (1995) propor uma definição para o chamado de sensacionalismo, em relação à forma de destacar uma informação. Angrimani Sobrinho (1995) considera o sensacionalismo a opção de divulgar um fato, baseado na intenção de ampliar o seu valor. A diferença está na linguagem, que autores, como DeFleur e Ball-Rockeach (1993, p. 72), ainda identificam, mais de um século depois, nos jornais contemporâneos, a partir de uma constatação de que: “Os jornais de hoje contêm certos artifícios que foram na verdade produtos das rivalidades da década de 1890”.

A valorização alcançada com o crescimento da circulação dos jornais, baseada nas características do jornalismo denominado como sensacionalista, estabeleceu uma série de reações, uma delas relacionada ao surgimento de uma nova atividade, de referência direta ao trabalho dos jornalistas. A profissão de relações públicas é apontada por autores, como Chaparro (2006, p. 34) e Amaral (2006, p. 54) como uma decorrência de fatores, relacionados ao jornalismo e à evolução da economia norte-americana no fim do século XIX. Um jornalista, Ivy Lee, é reconhecido como um dos criadores do trabalho de relações públicas, depois de ter realizado, em 1906, uma campanha para uma empresa ferroviária dos Estados Unidos, envolvida em um acidente (AMARAL, 2006).

Autores, Amaral (2006) entre eles, relacionam três fatores como importantes para o surgimento da nova atividade: 1) o espaço conquistado pelos agentes de imprensa, considerados como precursores das relações públicas; 2) a intensificação das campanhas políticas; e 3) a utilização de redatores para a elaboração de textos, através de políticos e empresários. A valorização da atividade de relações públicas e a influência sobre o jornalismo determinaram uma compressão sobre a informação, que alterava o paradigma sobre a veracidade, a partir de uma constatação atribuída ao jornalista Ivy Lee, por causa de uma definição: “Não há fatos, tudo é interpretação” (AMARAL, 2006, p. 54).

A objetividade representa, para o jornalismo, o estabelecimento de uma norma, que tem os Estados Unidos como o país onde a sua aplicação é considerada mais eficaz, até a consolidação em outras regiões, em especiais as que estavam sob a influência norte-americana, como o Brasil. A sua utilização é compreendida de diversas formas, mas uma autora, Tuchman (1993, p. 74), a define como um ritual, que faz parte do trabalho do jornalista.

Para Tuchman (1993, p. 79), a objetividade está condicionada ao que chama de “procedimentos estratégicos”, aos quais os jornalistas recorrem para a elaboração das reportagens, o que permite: a apresentação de possibilidades conflituosas; o uso judicioso de

aspas; e a estruturação da informação em uma seqüência apropriada, que são condições influenciadas por três fatores, a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo.

A objetividade é uma decorrência, para Barros Filho (2003, p. 22), da valorização do positivismo, elaborado por Augusto Comte, como uma corrente filosófica de pensamento, estabelecida no século XIX. Ele considera que o pensamento positivista “estabelece a distinção entre o fato e o juízo de valor; entre o real e a valoração humana”, que vão ter influência em outras ciências humanas e atinge o jornalismo. São as distinções apontadas que definem a diferença entre o jornalismo opinativo e o informativo: “A reportagem informativa atende a um interesse comercial. [...] a agência *Havas* divulgava três versões do mesmo informe: uma republicana acentuada, outra de coloração moderada e uma terceira conversadora anti-republicana” (BARROS FILHO, 2003, p. 24).

O estabelecimento de um padrão de jornalismo, que tinha como referência a publicação de informação reconhecida como atividade empresarial, impõe uma concepção sobre a função da notícia, apresentada sob duas perspectivas. A primeira, a que estava vinculada a um modelo no qual a informação era definida como sensacionalista em busca da elevação das tiragens das publicações, com a divulgação de assuntos que mobilizavam o interesse do público. A outra relacionava a informação associada à prestação de um serviço, através do qual era oferecido aos cidadãos, pelos meios de comunicação, o maior conhecimento possível sobre os fatos considerados mais importantes.

Este momento, no século XIX, marcado pelo sucesso da *penny press*, é apontado como o do surgimento do que é definido como o campo jornalístico, da forma como é abordada por Bourdieu (1977). Representa um instante de transição do jornalismo, um direcionamento para vinculação a um modelo relacionado à lógica comercial: “A legitimação do campo jornalístico desloca o campo jornalístico do sucesso democrático (informar o cidadão [...]) ao sucesso comercial (o jornal mais vendido, de maior tiragem, aquele que proporciona um maior número de negócios)” (FERREIRA, 2002, p. 244).

A noção de campo social e mais particularmente de campo jornalístico, estabelecida por Bourdieu (1997, p. 106), através de diversos de seus escritos, a partir da década de 80 do século passado, está relacionada à existência de uma legitimidade, que estabelece um domínio de competência em função de lógicas internas e externas. Uma evidência, relacionada ao jornalismo, pelo interesse no uso do espaço, intermediada pela atuação de um grupo especializado - os jornalistas, que detêm o monopólio de decidir sobre o que publicar e a forma dessa publicação:

Como o campo literário ou o campo artístico, o campo jornalístico é então o lugar que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional.

Rodrigues (1990, p. 152) busca a teoria dos campos sociais para propor uma definição mais ampliada, distinguida pela compreensão de uma referência que pode ser percebida para além dos meios de comunicação:

Campo dos *media* é uma designação que aqui utilizamos para dar conta da instituição de mediação que se instaura na modernidade, abarcando, portanto, todos os dispositivos, formal ou informalmente, organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem a prossecução dos seus interesses.

A aplicação da noção de campo para permitir o entendimento sobre o funcionamento, em relação ao jornalismo, conduz a uma abordagem, em torno da relação com os outros campos, notadamente o econômico e o político, em relação à informação. A transformação que a comercialização impõe, gera considerações sobre aspectos da sua definição, como a autonomia e as práticas adotadas.

A primazia sobre a informação implica uma relação contraditória do campo jornalístico com os outros campos, compreendida por Bourdieu (1997, p. 77) como uma dependência do campo econômico. A busca da lucratividade como uma alternativa para viabilizar a atuação do campo jornalístico, independente do campo político, o transformou em refém de uma lógica que é relacionada pelo autor a uma “pressão do campo econômico pelo índice de audiência”.

1.1.2 O jornalismo no Brasil

O início do jornalismo no Brasil está estabelecido como ocorrido em 1808, o ano da vinda da família real portuguesa para o país, em fuga de Lisboa, com a ajuda da coroa inglesa, diante da ameaça de invasão pelo Imperador francês, Napoleão Bonaparte. O marco é a instalação da primeira tipografia, em maio, no mês seguinte à chegada de Dom João, Príncipe Regente, com a constituição da Imprensa Régia. O processo de implantação da imprensa no Brasil é reconhecido como atrasado, através de estudos como o de Melo (*apud* ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 19)¹.

¹ MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 82 *apud* ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia, 2007, p. 19.

A primazia de ser o primeiro jornal do país é de uma publicação lançada no exterior, o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito José da Costa (1774-1823), em Londres, onde vivia exilado, depois de fugir da prisão em Portugal, acusado de difundir a maçonaria. O jornal circulava, clandestinamente, no Brasil. Morel (2008, p.31) aponta na atuação do *Correio Braziliense* uma dicotomia, verificada na existência de posições semelhantes à *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada, desde 1808, pela Imprensa Régia, após a chegada no Brasil da família real. Era a favor da monarquia, defendia a liberdade de opinião, a abolição da escravatura e aderiu, posteriormente, a luta pela independência do Brasil.

O *Correio Braziliense* foi editado até 1822, com a publicação mensal de 175 números, com 140 páginas em cada edição. Na Bahia, durante 12 anos, entre 1811 e 1823, circulou o que é reconhecido como o primeiro jornal do Estado, *Idade d'Ouro do Brazil*, publicado por Manoel Antônio da Silva Serva.

A censura prévia no país no período imperial terminou em 1821, com a volta de Dom João para Lisboa, como VI detentor do título de Rei em substituição à mãe, Dona Maria, intitulada a Rainha Louca. A mudança é uma decorrência da ascensão de Dom Pedro I, que proclamou, um ano depois, a Independência do Brasil de Portugal. No mesmo ano, 1822, surgiu o *Diário do Rio de Janeiro*, considerado o primeiro jornal informativo brasileiro, interessado em assuntos locais, distanciado de temas da política. O mais antigo jornal em circulação na América Latina, o *Diário de Pernambuco*, é fundado em 1823.

Os estudos sobre a história e o desenvolvimento do jornalismo brasileiro são influenciados pelo trabalho de Sodré (1977). Autores como Lage (1979), Bahia (1990) e Ribeiro (1994) estão entre os mais destacados; assim como Martins e Luca (2008) e Romancini e Lago (2007), são indicados como mais recentes.

A João do Rio, João Paulo Alberto Coelho Barreto (MEDINA, 1978, p. 62), é atribuído o surgimento da figura do repórter no jornalismo brasileiro, em função do estilo baseado na observação da realidade, coleta de informação e tratamento literário do texto. Dos grandes jornais brasileiros em circulação, dois são do início do século XX. *O Globo*, origem das Organizações Globo, assumido pelo jornalista Roberto Marinho, após a morte do pai, Irineu Marinho, e a *Folha de S. Paulo*, fundada como a *Folha da Manhã*. Neste período, o rádio surge como novo meio de comunicação no Brasil, em 1927, com a operação da primeira emissora, no Rio de Janeiro, a Sociedade.

A modernização, que tem como marco a adoção de um manual de redação pelo *Diário Carioca*, ocorre no início da década de 50 do século XX (LAGE, 2005, p. 57), influenciada pela passagem de Pompeu de Souza pelos Estados Unidos, onde trabalhou como

jornalista, no período da Segunda Guerra Mundial. Pompeu de Souza aplicou no Brasil os paradigmas norte-americanos.

A reforma realizada pelo *Diário Carioca* impulsiona transformações nos jornais brasileiros, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo. As que são reconhecidas como as mais importantes são as do *O Estado de S. Paulo*, menos citada, e a do *Jornal do Brasil*, sempre destacada como uma referência por ser um prosseguimento da reformulação iniciada por Pompeu de Souza no *Diário Carioca*.

A de *O Estado de S. Paulo* é descrita por Abramo (1988, p. 34). O processo de reformulação está relatado pelo jornalista, em uma publicação de caráter autobiográfica, lançada um ano após a sua morte, em agosto de 1987:

O que fizemos, primeiro sob a capa de reforma gráfica e depois com a anuência total da direção, foi uma reforma total na maneira de fazer o jornal, nos métodos de cobrir as coisas e na introdução de um tipo de cobertura 'científica', que previa grandes operações com todos os detalhes perfeitamente estudados, previstos e calculados, com espaços pré-determinados, fotografias desenhadas antecipadamente, etc.

As modificações implantadas em *O Estado de S. Paulo*, apesar de realizadas há mais de 50 anos, representaram transformações, mantidas no jornalismo brasileiro, como as edições de domingo. Abramo (1998) superou as convicções dos proprietários do jornal, a família Mesquita, para incluir os principais assuntos na primeira página. Ele utilizava o recurso de colocar os destaques na última página, diferente do que era feito em outros jornais.

A reforma que foi realizada pelo *Jornal do Brasil*, iniciada em 1956, aparece com maior referência, no estudo realizado por Ferreira (1996). A autora fez uma análise da reformulação realizada pelo jornal, considerada um marco, a partir do lançamento, em abril de 1891. Ferreira (1996) a justifica como uma decorrência dos anos 50, que representaram um momento-chave das transformações ocorridas no país.

Outro fato, digno de nota, é o sucesso da revista *O Cruzeiro*, que lançada em dezembro 1928, transforma-se em um sucesso editorial a partir de 1946, quando atingiu a marca de 100 mil exemplares (NETTO, 1998, p. 124). O principal momento ocorreu em 1954, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas. A edição que incluía este assunto teve uma tiragem de 850 mil exemplares, em um período em que a população do Brasil era em torno de 50 milhões de habitantes.

O período de transformações do jornalismo é marcado pela atuação de três jornalistas, importantes para a história da imprensa do Brasil. Os conflitos entre Assis Chateaubriand (1908-1968), Carlos Lacerda (1914-1977) e Samuel Wainer (1912-1980)

marcaram o Brasil, diante da forma que eles escolheram para atuar no jornalismo (LAURENZA, 2008, p. 199). A referência a tais jornalistas permite, através da compreensão de um momento da história do jornalismo, perceber como a atuação das empresas e dirigentes estava vinculada ao quadro político. Uma situação que será repetida mais adiante, com a ascensão dos militares brasileiros ao poder no Brasil, a partir de março de 1964.

O golpe militar impõe uma série de restrições, muitas delas, inicialmente, apoiadas pelos principais jornais e jornalistas brasileiros. A mudança do panorama ocorre com o surgimento da chamada imprensa alternativa. Kucinski (1991) aponta o período de 1964 a 1980, como o da sua existência no Brasil. Entre o início do regime militar e o fim, em 1985 - com a posse de um civil, José Sarney, como presidente da República -, foram publicados 150 periódicos.

As publicações tinham como foco denúncias de torturas e violações dos direitos humanos e críticas ao modelo econômico. Estavam divididos em duas classes. A primeira predominante política, baseada em idéias relacionadas às concepções de nacional e popular dos anos 50 e do pensamento marxista do movimento estudantil. A segunda, criada pelos jornalistas, estava mais fortemente relacionada à busca de formas de expressão, em função da censura imposta aos meios de comunicação, um assunto tratado por autores como Abreu (2000), Smith (1997) e Marconi (1980).

A atuação da imprensa alternativa, combatida pelo regime militar, principalmente por meio da censura, é marcada pelas contradições, em relação à forma de ação. Aguiar (2008, p. 234) cita o processo de surgimento, funcionamento e o fim de três jornais desta categoria – *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo* – para demonstrar como a confluência de um mesmo objetivo - combater o período de exceção, decorrente do Golpe de 64 - permitiu a materialização em publicações, mas o desacordo sobre as estratégias causou o fim de algumas:

Do racha de *Opinião* [lançado em 1972, pelo empresário Fernando Gasparian], construído no jornal de 1974 e começo de 1975, e que opôs Gasparian a maioria da redação liderada por Raimundo Pereira [jornalista, que fez parte de diversos jornais da imprensa alternativa e editor da *Veja*] nasceu *Movimento*; daquele racha de *Movimento*, ao final de abril de 1977, nasceu *Em Tempo*. Na passagem entre os três, de um para o outro, um tipo de imprensa alternativa se consolidou, entrou em crise e morreu. Mas deixou, é claro, um legado.

A televisão, inaugurada em 1950, por Assis Chateaubriand, ganha importância e abrangência, beneficiada pela ação do Governo brasileiro, que constituiu uma empresa – a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) – para realizar a implantação de um

sistema de microondas. Através desta estrutura passou a ser feita a transmissão para todo o território nacional da programação das redes formadas pelas emissoras de televisão a partir de um ponto, no Rio de Janeiro e em São Paulo (SOUZA FILHO, 1995b, p.128).

O *Jornal Nacional*, programa de jornalismo da Rede Globo, é o símbolo desta evolução tecnológica. O telejornal é o primeiro da televisão brasileira transmitido, simultaneamente, para todo o país. A estréia, em 1º de setembro de 1969, é marcada pela ação da censura, que não permite a divulgação de informações corretas (GASPARI, 2002, p. 105) sobre o estado de saúde do presidente Costa e Silva.

A força e abrangência da televisão foram utilizadas pelos lados em disputa, em um período do regime militar, na década de 70. O mesmo *Jornal Nacional*, três dias depois da estréia, serviu para a divulgação de um manifesto (TOSTES, 2005, p. 47), sobre o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, ocorrido em quatro de setembro de 1969.

A informatização na imprensa brasileira é iniciada antes de alcançar as redações, com a aplicação de recursos da informática na impressão dos jornais, como está descrito em Vianna (1992). A introdução dos terminais nas redações, na *Folha de S. Paulo*, em 1983, representa um salto tecnológico, porque permite a junção de três sistemas – computadores, terminais e fotocomposição, por meio das tarefas de redação, edição, composição e impressão.

O quadro contemporâneo da imprensa brasileira, marcado pelo processo de redemocratização, a partir de 1985, está refletido através dos grandes grupos do setor de comunicação do país, descrito na análise de Nassif (2003). Ele considera que o atual período é marcado pelo desvirtuamento da função do jornalismo, com a submissão do conteúdo dos jornais aos interesses mais imediatos da circulação e tiragem. Para o autor, o marco da atual conjuntura é o *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992.

Um estudo, realizado por Sant'Anna (2008), serve como referência sobre a situação atual do jornalismo impresso brasileiro, no contexto do século XXI. Ele demonstra que o quadro é de deslocamento do público para novas mídias, como a Internet, um processo paralelo à queda de circulação dos jornais. A partir do cruzamento de dados, em que constata a redução do tempo de leitura e de compra de novos exemplares de jornais e revistas, o autor demonstra o crescimento do público na Internet:

Dos 63 milhões de pessoas com mais de 16 anos e telefone fixo residencial, 44,9% (ou 28,3 milhões) tinham acesso à Internet no início de 2002. No fim de 2005, essa fatia tinha aumentado para 53,1% (ou 33,4 milhões). [...] Um ingresso de 5,1 milhões de novos usuários em apenas quatro anos (SANT'ANNA, 2008, p. 44).

Um registro importante, apresentado por Sant'Anna (2008), é que entre o contingente formado pelos usuários da Internet, mais da metade (57,6%), busca no novo meio a oferta do que sempre procurou nos meios de comunicação mais antigos: notícia e informação.

Nesta primeira parte, em função do objetivo de buscar compreender o desenvolvimento do jornalismo, analisou-se a relação desta transformação como uma referência importante para a compreensão do que é notícia. Evidenciou-se a importância de três aspectos, com base na proposição de Traquina (2005a), se que o desenvolvimento do jornalismo é compreendido através da sua expansão, do processo de comercialização e da constituição de um campo específico, em torno da noção de campo social, na forma tratada por Bourdieu (1997).

O jornalismo, entendido através dessa referência vinculada aos aspectos destacados, configurou um padrão, influenciado, principalmente, pela prática adotada nos Estados Unidos e Inglaterra. Um modelo centrado na concepção da *penny press*, surgido no século XIX. O mais significativo desta influência é a configuração de um jornalismo relacionado à divulgação de fatos. Condição que determina uma nova função para a notícia, em torno de seu reconhecimento como elemento central do jornalismo.

É nos limites da circunscrição da relação entre o desenvolvimento do jornalismo e o papel desempenhado pela notícia que trataremos a seguir. Um percurso entre concepções diferentes, proposições e teorias divergentes, porém relacionadas pela compreensão da função desempenhada pela notícia no jornalismo.

1.2 Notícia: os marcos de uma referência

A preocupação em definir o que é notícia existe a partir do surgimento do jornal: “Desde o nascimento do jornal no início do século XVII, como meio de comunicação constante, existe a necessidade de escolher, dentre um grande número de acontecimentos, aqueles que merecem ser divulgados” (KUNCZIK, 1997, p. 21).

Kunczik (1997, p. 20) considera poucas, de um modo geral, as investigações sobre o jornalismo, em comparação com os estudos e pesquisas sobre comunicação. O autor estabelece uma primazia da Alemanha no reconhecimento da importância do jornalismo para a sociedade do país, antes da Primeira Guerra Mundial (1910-1914), ao destacar que em 1910,

o sociólogo Max Weber (2005, p. 13) propôs a realização de uma pesquisa para analisar a imprensa.

A importância da Alemanha nos estudos sobre jornalismo é reconhecida por Machado (2005, p. 24), ao registrar a viagem do sociólogo norte-americano Robert Park para realizar doutoramento naquele país. Park é apontado por Machado (2005, p. 25) “como um dos pioneiros na pesquisa em jornalismo do mundo”.

Uma pesquisa apresentada em 1690, na Universidade de Leipzig, na Alemanha, da autoria de Tobias Peucer (KUNCZIK, 1997, p. 241) é reconhecida como a primeira tese de doutorado em jornalismo. É um estudo, intitulado *De Relatiobus Novellis*, sobre valores da notícia e contém, principalmente, aspectos que serão destacados mais adiante, relacionados aos critérios de noticiabilidade.

Há autores, como Pena (2005) e Traquina (2005a; 2005b) que usam como referência um marco diferente, relacionado ao início da realização de estudos sobre a notícia. Os dois consideram a pesquisa de David Manning White, publicada em 1950, como a primeira de natureza acadêmica sobre o tema. O estudo de autoria de White, no contexto das teorias que foram formuladas sobre o jornalismo e a notícia, analisa o processo de seleção da informação e o papel desempenhado pelo jornalista.

A pesquisa incorporou para analisar a tarefa do jornalista na escolha da notícia, o termo *gatekeeper*, um conceito que teve uso, pela primeira vez, atribuído ao psicólogo social Kurt Lewin, em uma pesquisa publicada em 1947 (TRAQUINA, 2005a, p.150). O uso do conceito por Lewin está relacionado à análise de decisões dentro de grupos. Kunczik (1997, p. 21) reivindica para o idioma alemão esta primazia, ao indicar que a utilização do termo pela primeira vez ocorreu em 1913, citado pelo sociólogo Lewin Schüeking, em um trabalho sobre a formação do gosto literário.

A referência aos estudos sobre o jornalismo é modificada na década de 70 do século XX, como apontam diversos autores, e a sistematização desenvolvida por Wolf (1987) é considerada como uma das mais significativas, em um momento em que são feitas várias pesquisas relacionadas ao tema. Uma tendência foi a realização de estudos que tinham como temas a prática profissional dos jornalistas e a organização das empresas para a produção de notícias:

É especificamente sobre o emissor, no caso o profissional da informação, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e sua narratividade, que é a notícia, que está centrada a atenção destes estudos, que incluem sobretudo o relacionamento entre fontes primárias e jornalistas, bem como as diferentes etapas da produção informacional, seja do nível da captação da

informação, seja no tratamento e edição, enfim, em sua distribuição (HOHLFELDT, 2001, p. 203).

A corrente de investigação demarcada por estas características considera o estudo da notícia com base em um novo paradigma, o da construção da realidade. Esta linha de pesquisa, denominada *newsmaking*, tem como base a sociologia do conhecimento, em torno, principalmente de autores como Berger e Luckmann (1985). Para estes, a noção de realidade social está no nível da vida cotidiana. Um entendimento transferido para a reprodução feita pelos meios de comunicação, em relação ao ordenamento que fazem dos acontecimentos, através da reconstituição como notícia, por meio da ação dos jornalistas.

Alsina (1993, p. 184) estabeleceu que a distinção sobre os estudos da notícia, como um objeto de pesquisa do jornalismo, está determinada entre as duas concepções. Para ele, a definição sobre a forma de estudar e compreender a notícia está resumida através do entendimento do que são as duas compreensões. Elas estão separadas, distintas uma da outra “de um lado estão os que defendem a concepção de que a notícia é um espelho da realidade. Do outro, o que a notícia seria concebida como construção”.

A valorização do paradigma da notícia como construção é definida por Ponte (2005, p. 182) como um momento de transformação, porque permitiu uma alteração em relação aos métodos para a realização de pesquisas sobre a notícia. A importância destacada por ela é da influência da antropologia nos estudos de temas do jornalismo:

Da viragem sociológica de sentido interacionista resultou a aproximação de métodos utilizados por antropólogos em trabalhos de campo, o que permitiu uma observação mais importante sobre as ideologias e as práticas profissionais dos produtores de notícias em contexto de situação, contemplando tempos de rotina e momentos de crise.

A influência desta corrente atingiu o Brasil. Pena (2005) aponta um estudo de Vizeu (2000) sobre a produção de um telejornal local da TV Globo, exibido no Rio de Janeiro, como um exemplo da utilização deste tipo de pesquisa no país. Os estudos sobre o jornalismo no Brasil foram inventariados por Melo (2006). O início é relacionado à década de 50, do século XX, com a implantação do curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo.

Os estudos de dois pesquisadores, Genro Filho (1989) e Meditsch (1992), estão entre os que estabeleceram nova perspectiva para as pesquisas desenvolvidas no Brasil. Genro Filho (1989) se destaca pelo pioneirismo, ao inovar com o reconhecimento do jornalismo como uma forma social de conhecimento; Meditsch (1992) ao propor uma diferença entre o conhecimento do jornalismo e o da ciência.

1.2.1 As pistas para uma definição

A necessidade de determinar o que é notícia está relacionada à natureza do trabalho apresentado. Uma das iniciativas, utilizada por alguns autores, é buscar a definição sobre o que é notícia a partir da significação da palavra.

A referência à origem, no latim, é usada por Fontcuberta (1981, p. 09), que aponta a relação com a palavra nova, que “significava originariamente coisas novas”. Jorge (2007, p. 37) verificou outras vinculações com o idioma e encontrou dicionários com diversos significados:

São muitos os conceitos de notícia. Do latim *notitia*, sua raiz está em noção, conhecimento. Nos dicionários, a palavra pode ter vários significados. 1. Informação, notificação, conhecimento; 2. Observação, apontamento, nota; 3. Resumo de um acontecimento; 4. Escrito ou exposição sucinta de um assunto qualquer; 5. Novidade, nova; 6. Nota breve sobre um assunto, lembrança.

Muniz Sodré (1998, p. 135), em um estudo no qual faz um balanço da aliança entre tecnologia e comunicação, em ambiente de economia do mercado, apresenta o reconhecimento da particularidade que possui a notícia como forma narrativa. Ele a define como o “produto mais típico do jornalismo”.

As definições sobre o que é notícia, considerada como “unidades discursivas” por Sousa (2002, p. 25) são diversas. Relacionam-se à idéia do que pode ser tratado “como matéria-prima do jornalismo, a base do que é publicado” (AMARAL, 1978, p. 40). Erbolato (2006, p. 53) relacionou definições para estabelecer a existência de algumas que podem ser classificadas como “insatisfatórias”. Para Erbolato (2006) existem particularidades sobre a natureza dos meios de comunicação e o interesse do público em relação aos assuntos que são divulgados.

A atuação dos jornalistas tem interferência na definição do que é notícia. Esta observação está relacionada à noção de cultura profissional, da forma como trata Traquina (2005a, p. 102), como um dos “mais importantes atributos de uma profissão”. A avaliação é que esta capacidade dos jornalistas dá à categoria uma competência específica. A condição de conviver com a busca do inesperado e do imprevisto para a adequação a um processo, encerrado com a divulgação de um fato. Esta capacidade é relacionada por Traquina (2005a, p. 45) a um padrão, adquirido entre os profissionais, de forma progressiva, um saber particular, intrínseco à profissão: “Os jornalistas reivindicam o monopólio de um saber

específico, precisamente o saber de produzir notícias. Ser jornalista é saber não só buscar a notícia: é ter uma perspicácia profissional, possuir uma perspicácia noticiosa”.

Este saber é definido por Bourdieu (1997, p. 25) como um jeito particular de ver o mundo, os fatos transcorridos, compreendido como uma metáfora, a de que a categoria, os jornalistas dispõem de “óculos especiais, a partir dos quais veem certas coisas e não outras”. Ele a descreve como uma ação em torno da escolha do sensacional que determina o interesse, pelo que é representado como “rebelião”, como, por exemplo, o ocorrido nos subúrbios da França.

Tuchman (1983) desenvolveu uma referência de que a notícia é influenciada por três níveis: o do jornalista, o da organização e o da comunidade profissional. A utilização dos três níveis é pela necessidade de captação da maior quantidade possível de acontecimentos, através de uma estratégia que permita o estabelecimento de uma ordem no tempo e no espaço.

As idéias de Tuchman (1983, p. 34) geram o que ela define como “rede informativa”. A rede é formada com base, de acordo com a pesquisadora, em três presunções sobre o público: 1) de que existe o interesse sobre o que ocorre em determinados lugares; 2) sobre assuntos relacionados às organizações e instituições específicas; e 3) sobre temas determinados.

Para Tuchman (1983, p. 36), “a rede informativa impõe uma ordem no mundo social, porque faz possível que os acontecimentos informativos ocorram em alguns lugares mais do que outros”. O que para Traquina (1988, p. 32) determina, em Portugal, a reprodução de um padrão que também ocorre com a cobertura dos países em desenvolvimento e dos mais pobres:

O ‘resto do País ‘ é notícia, como os países do Terceiro Mundo, quando há desordem: desordem natural (cheias, por exemplo), desordem tecnológica (acidentes), desordem social (distúrbios ou cortes de estradas), desordem moral (crimes). O ‘resto do País ‘ é também notícia quando serve de palco para as deslocções das autoridades institucionais.

A existência de uma rede informativa estabelece a idéia de um sistema para a produção da notícia, o que a coloca como um produto da informação, definição utilizada por Cesareo (1986). O autor entende a definição do que é notícia como parte de um processo, em que o reconhecimento representa a confirmação da existência de uma estrutura voltada para esta finalidade (CESAREO, 1986, p. 16) “é notícia o que confirma, conjuntamente, a norma social e a produtiva”.

A escolha da notícia, da forma que Cesareo (1986, p. 15) a define, está relacionada a uma “lógica produtiva”. Esta representa, de acordo com o autor, um conjunto de

relações que envolvem os critérios aplicados pelos jornalistas e a estrutura dos meios de comunicação em torno de mecanismos próprios para seleção de um assunto. Cesareo (1986, p. 62) considera que é neste momento, quando existe um corte, que se determina “o que é notícia”. Algo que representa “um desvio do que se considera a norma em relação aos processos sociais e naturais”. Este ponto é que se configura como o de reconhecimento do que é um acontecimento, o marco zero da notícia.

Dois autores, Molotch e Lester (1993, p. 37), desenvolveram uma concepção sobre a noção de acontecimento, em torno da interferência de indivíduos ou grupos, aos quais denominam de agências. As interferências são realizadas por três grupos; 1º) formados pelos promotores de notícias, denominados de *news promoters*; 2º) os jornalistas, identificados como *news assemblers*; e 3º) os leitores, relacionados como *news consumers*. A esses grupos, os autores atribuíram características, relacionadas à interferência que realizam sobre a definição de um acontecimento: 1) o acontecimento de rotina; 2) os apresentados como acidentes, escândalos e *serendipity*².

O primeiro grupo, *news promoters*, Molotch e Lester (1993) definem como indivíduos ou associados que têm a capacidade reconhecida pela posição que ocupam ou o fato identificado, para tornar algo em uma ocorrência de interesse. O segundo grupo, *news assemblers*, corresponde aos jornalistas, que utilizam a informação proveniente de quem está no primeiro grupo e a transformam em acontecimento, por meio da divulgação. O último, *news consumers*, abrange o público que estabelece uma compreensão sobre o acontecimento tornado público pelos meios de comunicação.

Talese (2004), em *Fama e Anonimato*, livro que teve uma edição publicada no Brasil, em 1973, com o título de *Aos Olhos da Multidão*, transformado em uma espécie de bíblia dos jornalistas brasileiros, intitula um capítulo *Nova York: a jornada de um serindipitoso*. São relatos de um jornalista e escritor norte-americano sobre fatos desapercibidos na cidade, como a vida de personagens, suas atividades e o trabalho, que permitem uma melhor compreensão sobre o jornalismo.

A transformação do acontecimento em notícia é uma ação influenciada pelo tempo, considera Fontcuberta (1999, p. 15). Para a autora, esta característica condiciona, através de três fatores, a definição do que é notícia: ser recente; ser imediata; e circular. Fontcuberta (1999) aponta a atualidade como o eixo central da coerência que é concedida aos fatos, mas depende de uma variável determinada pela periodicidade. Ela relaciona a

² Expressão em inglês para facilidade ou talento para fazer uma descoberta por acaso ou involuntariamente.

periodicidade à frequência da circulação da informação, de acordo com o padrão de um veículo. Esta condição está vinculada ao que Traquina (2005a, p. 37) define como o ciclo de tempo que os jornalistas precisam para cumprir os horários de fechamento.

As notícias têm uma classificação, em consequência de sua própria emergência, que leva em conta a ocorrência em relação ao tempo. De acordo com Tuchman (1983, p. 60), as notícias são divididas em duras e brandas, diferenciando-se em função da publicação imediata ou não, devido à importância do assunto.

O processo de escolha da notícia está condicionado a uma rotina, como define Wolf (1987, p. 193), dividida em três etapas: recolha, seleção e apresentação. A rotina é identificada como o contexto em que são adotadas as decisões. Santos, R. (2001, p. 116) a apresenta como o conjunto de ações realizadas em uma redação: “As rotinas produtivas, que procuram enquadrar o acontecimento e transformá-lo em notícia, incluem as reuniões, os contatos com as fontes, colaborações e formatos”.

A primeira fase, que Wolf (1987, p. 195) compreende como recolha, corresponde à definição de um acontecimento como notícia, que para este autor tem maior preponderância na televisão, “por ser mais passiva que a imprensa escrita e ter a necessidade de um fluxo constante”. Nesta, a definição das notícias tem a influência das fontes de informação.

A etapa seguinte, a de seleção, é de atributo exclusivo dos jornalistas, na qual interferem os condicionamentos pessoais, profissionais e da organização. Ela é comparada por Wolf (1987, p. 215) “a um funil dentro do qual se colocam inúmeros dados de que apenas um número restrito consegue ser filtrado”. O circuito da rotina é encerrado com a apresentação, que é determinada pelas características do produto e indicado pelo formato. Em todas as etapas, a atuação do jornalista está condicionada à referência do que é o público, sem conhecer o pensamento de quem consome a informação.

Os estudos sobre o jornalismo e a notícia estabeleceram modelos, que determinam compreensões relacionadas a diversos fatores, principalmente à conjuntura de seu desenvolvimento. São referências sobre a forma de fazer jornalismo, que estão definidas por paradigmas e postulados decorrentes de pesquisas e investigações, importantes para a realização de estudos sobre o tema.

Em função da existência deste quadro, a nossa opção é pela concepção adotada por três autores, Pena (2005), Sousa (2002) e Traquina (1988; 1993; 2005). A orientação definida por eles é construcionista e utilizam a compreensão de que a notícia é um processo de construção, mas analisam o entendimento sobre o tema sob perspectivas diferentes.

Para Pena (2005) e Sousa (2002) a concepção do que é notícia pode ser verificada de duas formas. A primeira: porque as notícias são como são. A segunda: quais os efeitos que elas produzem. Em relação à primeira concepção, os dois partem da referência de Schudson (1988, p. 20), de que a notícia é uma decorrência de três ações: pessoal, social e cultural. Sousa (2002) fez um acréscimo, de que a notícia é um processo decorrente de outras ações, como ideológica, meio físico ou tecnológico e a histórica.

A proposta de Sousa (1999, p. 16) estabelece que a transformação dessas ações em forças embasadas pela referência aos diversos modelos teóricos permite o estabelecimento de outra teoria, à qual denominou de multifatorial. Ele sugere a construção de um modelo unionista (SOUSA, 2002, p. 17), “uma teoria mais completa sobre o conteúdo das notícias”.

Traquina (1988; 1993; 2005a, 2005b) utiliza como referência apenas a primeira perspectiva, relacionada à compreensão sobre porque as notícias são como são. Para facilitar a compreensão, utilizaremos como indicação, ao modo de definição das notícias, a representação que está relacionada a esta concepção, destacada acima abdicando da relacionada à que trata dos efeitos que produzem as notícias. Para melhor compreensão, as principais correntes teóricas e estudos estão relacionados abaixo:

A) Espelho: é apontada como a primeira teoria que representa o pensamento dos jornalistas sobre o que é notícia, ou seja, que não é reconhecida como um processo de construção da realidade e sim o de uma reprodução. É um paradigma demarcado pelas modificações ocorridas no jornalismo, na metade do século XIX, para determinar que o comprometimento do jornalista era com a transcrição de um relato, sem qualquer interferência dele.

B) Ação Pessoal ou *Gatekeeper*: considerada como a primeira teoria de origem acadêmica. Está baseada no estudo realizado por David Manning White, publicado em 1950. O termo *gatekeeper* está relacionado ao conceito utilizado pelo psicólogo social, Kurt Lewin, divulgado em 1947, vinculado à pessoa que é a responsável pela tomada de decisões. A pesquisa de White está relacionada a um estudo realizado em uma cidade dos Estados Unidos, a partir do trabalho de um jornalista, que tinha como tarefa realizar a seleção das notícias para publicação em jornal. A conclusão deste estudo indica que as decisões são subjetivas e arbitrárias.

C) Organizacional: é uma teoria que relaciona o jornalista ao contexto no qual trabalha, a empresa. O primeiro estudo sobre esta teoria é de Warren Breed, publicado na revista *Força Social*, em 1955 (PENA, 2005, p. 136). Está relacionada à idéia de que os

jornalistas são adaptados com maior facilidade às normas editoriais de uma empresa, com a perda das convicções sobre o entendimento que tenha sobre o trabalho que realiza.

D) Ação Política: seu desenvolvimento relaciona-se à ampliação dos estudos sobre o jornalismo na década de 70 do século XX. O ponto de partida para as investigações é a hipótese da parcialidade, sob a consideração de que as notícias devem refletir a realidade sem distorção. As teorias definidas como de ação política são caracterizadas como instrumentalistas, com pontos de vista antagônicos, relacionados ao espectro político.

E) Construcionista: a aparição da teoria está localizada, nos anos 70 do século XX, com o desenvolvimento dos estudos relacionados aos *newsmaking*. Representa uma nova perspectiva, a partir de outro paradigma de investigação: o de que a notícia é um processo de construção social, mediado pelos jornalistas e submetido a outro processo condicionado pela organização imposta pela empresa, com a finalidade de buscar os acontecimentos e promover a sua veiculação. Para Traquina (2005b, p. 169), esta compreensão apresenta três razões, que determinam a rejeição da noção de espelho. A primeira é a impossibilidade de uma distinção entre a realidade e os meios de comunicação, que devem refletir a realidade. A segunda é que a linguagem não é garantia de uma neutralidade, diante da impossibilidade de seja deste jeito. A terceira é que os veículos são estruturados para a busca de informação, o que permite uma representação dos acontecimentos.

F) Estruturalista: está relacionada à Escola Culturalista inglesa. A concepção básica sobre essa teoria deve-se ao papel dos definidores primários, ou seja, a como são apresentadas as fontes de informação que têm acesso privilegiado aos meios de comunicação. É uma relação estrutural, que coloca os meios de comunicação em uma posição secundária. Porém, estabelece que os jornalistas estão submetidos a fontes privilegiadas, que têm interferência nos conteúdos que são veiculados como informação.

G) Interacionista: a compreensão principal é que os jornalistas vivem sob a tirania do fator tempo. Em busca da necessidade de cumprir o ciclo de produção, as empresas buscam ordenar a busca das informações, que compõem o seu produto: as notícias. As empresas constituem uma estratégia, com a finalidade de estabelecer uma ordem no tempo e no espaço.

H) Gnóstica: É uma concepção elaborada por Pena (2005). Os procedimentos dos jornalistas que definem essas características foram estudados pelos pesquisadores canadenses Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan (PENA, 2005, p. 139), classificados como um vocabulário de precedentes, relacionados à formação de uma cultura profissional, que corresponde ao acúmulo de saberes, gerados pela prática e transferidos aos mais jovens.

A referência sobre o papel desempenhado pela notícia no jornalismo, assim como a variedade de concepções e estudos, permite estabelecer uma compreensão, em torno de uma idéia presente na formulação da concepção adotada pela teoria construcionista. Esta se relaciona à definição de que a notícia é decorrente de uma lógica: 1) na qual existe a interferência da atuação dos jornalistas, por meio de um conjunto de fatores, relacionados à profissão; 2) bem como a da estrutura adotada pelas empresas para oferecer informação ao público, como um produto, em busca de um reconhecimento, através da audiência, que influencia o padrão adotado; 3) da ação das fontes.

Em torno desta concepção, trataremos a seguir da especificidade dos aspectos que interferem na seleção do que é notícia, um processo que existe desde um conjunto de elementos adotados pelos jornalistas e influenciados pelas características da informação, em relação ao acontecimento, ao produto, aos meios de comunicação e ao público, denominado de noticiabilidade. A meta é compreender a definição do que é notícia e, no ponto máximo, a decisão sobre a validade de sua divulgação.

1.3 Noticiabilidade: os elementos da notícia

A noticiabilidade está relacionada ao processo que contribui para a definição de um assunto como notícia. Ela corresponde aos requisitos necessários para a determinação do que torna um tema diferente, entre todos os outros avaliados. “A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos - do ponto de vista do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas - para adquirirem a existência pública de notícias” (WOLF, 1987, p. 168).

O processo de seleção de notícias está condicionado pela busca da noticiabilidade. É necessária sua identificação, com a observação dos critérios utilizados pelos jornalistas e da organização jornalística, adequado ao ciclo e à publicação. Esta realidade é considerada restritiva, porque limita a seleção da notícia:

A notícia resultaria, portanto de um processo organizado e constringido de fabrico que nela deixariam as suas marcas, até porque só seria notícia o que fosse perspectivado como tal no seio da cultura profissional e da cultura própria do meio social envolvente, exceto em casos excepcionais só seria notícia o que pudesse ser processo pela organização noticiosa sem grandes sobressaltos ou complicações no ciclo produtivo (SOUSA, 2002, p. 99).

O marco dos estudos sobre este tema é a pesquisa realizada por dois noruegueses, Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1993, p. 61-73), publicada em 1965, denominada *A*

Estrutura das Notícias Estrangeiras. A partir de uma análise sobre as informações divulgadas em relação a fatos de três países, Congo, Chipre e Cuba, os autores apontaram critérios que determinam a transformação em notícia.

O estudo desenvolvido pelos pesquisadores noruegueses permitiu o estabelecimento de elementos que caracterizam a noticiabilidade: os valores-notícia. Wolf (1987, p. 173) os define “como componentes da noticiabilidade”, os quais possibilitam determinar, como se fora uma resposta, sobre os acontecimentos que apresentam potencial significativo, além de interesse e relevância para serem divulgados:

Os valores-notícia utilizam-se de duas maneiras. São critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até à redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público.

A compreensão da noticiabilidade com o conjunto de requisitos para a seleção de um assunto como notícia e o entendimento de que seu desenvolvimento é parte de um processo, que é percorrido até a publicação, determina para Wolf (1987, p. 177) a existência de valores-notícia, que têm relação com o conteúdo, produto, meios de comunicação, público e concorrência. Os critérios apontados por Wolf (1987) dizem respeito ao acontecimento; aos processos de produção e seleção; à imagem relacionada aos destinatários; e ao mercado.

Pena (2005, p. 72), apresenta um quadro, da forma adotada por Wolf (1987) para relacionar os critérios que ele distinguiu, separados por categorias:

1. **Categorias substantivas, relativas ao acontecimento:** importância dos envolvidos, quantidade de pessoas envolvidas; interesse nacional; interesse humano; feitos excepcionais.

2. **Categorias relativas ao produto:** brevidade, atualidade, novidade, organização interna da empresa; qualidade (ritmo e ação dramática); equilíbrio (diversificação de assuntos).

3. **Categorias relativas aos meios de comunicação:** acessibilidade à fonte, local da ocorrência do acontecimento; formatação prévia, recurso aos manuais; política editorial.

4. **Categorias relativas ao público:** identificação dos personagens, reconhecimento da notoriedade e proeminência dos atores; noção de serviço e de interesse público; respeito às normas de proteção do público, como evitar a divulgação de fatos e imagens que desagradem;

5. **Categorias relativas à concorrência:** predominância do interesse na exclusividade ou furo; gerar expectativas; aplicação de modelos que tenham referência.

A classificação, desenvolvida por Wolf (1987), é reordenada por Traquina (2005a, p. 78) em dois grupos: 1) valores-notícia de seleção, distintos entre substantivos e contextuais; e 2) valores-notícia de construção. Outra autora, Silva (2005, p. 97), parte do mesmo ponto ao buscar uma sistematização, na qual pretende “situar valores-notícia e seleção de notícias como conceitos pertencentes ao universo mais amplo do conceito de noticiabilidade”.

Para Silva (2005), os valores-notícia estão separados por três aspectos, que são desenvolvidos em etapas diferentes do processo de seleção e produção da notícia, definidos como: origem dos fatos, onde é desenvolvida a seleção primária; tratamento dos fatos, a que permite a elaboração da forma de apresentação ao público; e visão dos fatos, determinada pela etapa que é representada pelas questões ético-epistemológicas do jornalismo.

De acordo com as concepções desses autores, o quadro que relaciona os valores-notícia não teria a distinção com a especificidade que Wolf (1987) apresenta. O proposto por Traquina (2005a, p.77), é uma influência do trabalho realizado por Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan, além da contribuição de Galtung e Ruge (TRAQUINA, 2005a, p. 78). A lista de valores-notícia que este autor propõe é a seguinte:

1. **Valores-notícia de seleção, critérios substantivos:** morte, notoriedade, proximidade, relevância, raridade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração e escândalo;

2. **Valores-notícia de seleção, critérios contextuais:** disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso.

3. **Valores-notícia de construção:** simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

A proposta de Silva (2005) apresenta apenas os valores-notícia que relaciona à origem dos fatos. É uma lista, com a relação de temas e assuntos, com base nas pesquisas de diversos autores.

1. **Impacto:** número de pessoas envolvidas (no fato), número de pessoas afetadas (pelo fato), grandes quantias (dinheiro);

2. **Proeminência:** notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite (indivíduo, instituição, país), sucesso / herói;

3. **Conflito:** guerra, rivalidade, disputa, greve e reivindicação;

4. **Entretenimento/Curiosidade:** aventura, divertimento, esporte e comemoração;

5. **Polêmica:** controvérsia e escândalo;
6. **Conhecimento/Cultura:** descobertas, invenções, pesquisa, progresso, atividades e valores culturais, e religião;
7. **Raridade:** incomum, original e inusitado;
8. **Surpresa:** inesperado;
9. **Governo:** interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens e pronunciamentos;
10. **Tragédia/Drama:** catástrofe, acidente, risco de morte e morte, suspense, emoção e interesse humano;
11. **Justiça:** julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais e crimes.

Os valores-notícia são apresentados como lista, de forma extensa, que relacionam os vários aspectos que interferem na noticiabilidade. Gomis (2002, p. 226) retoma um estudo realizado por ele mesmo em 1991 para estabelecer a predominância de dois valores como os mais significativos para a seleção de uma notícia:

O importante e o interessante são dois valores básicos no mercado da notícia. O interessante porque o interesse é o termo mais freqüente, o mais usado na definição de notícia; se um fato não interessa ao público, tampouco convém ao meio incluí-lo em seu menu informativo. O importante, porque desde o aparecimento da imprensa se tem considerado que se o importante ocorre, ou seja, se acontece algo que pode afetar a população, o fato deve ser comunicado da forma mais popular de conhecimento que existe: a notícia.

Gomis (1991) identifica a presença dos valores-notícia, importância e interesse, nos modelos que classificou, para distinguir o que é notícia. Para ele, a notícia está classificada em quatro tipos: resultados, que correspondem ao registro que encerra um processo ou ação; explosões, que significa o contrário do primeiro modelo citado e tem a morte como principal símbolo; aparições, relacionadas às ações públicas de personagens relevantes; e deslocamentos, que são considerados como representações coletiva e social das aparições – por exemplo: visitas ou reuniões de Chefes de Estado ou Governo, manifestações ou greves etc.

A partir dos modelos que correspondem aos resultados e explosões, Gomis (2002, p. 232), aponta aspectos que correspondem ao valor-notícia importante ao estabelecer que “as notícias importantes costumam ser resultados”. Por outro lado, reconhece o destaque do outro elemento (interesse) na observação sobre os outros dois modelos (aparições e deslocamentos), que considera ter mais evidência que o primeiro, porque são facilitados pela existência de uma previsão, que favorece a cobertura.

Wolf (1987), a partir da referência construída por Galtung e Ruge (1993), usa quatro aspectos para determinar o que é importante para a escolha de uma notícia. O primeiro é o grau e nível hierárquico dos envolvidos, o qual vincula aos valores-notícia que são apresentados por Galtung e Ruge (1993) como relacionados aos países e pessoas de elite. O segundo é o impacto sobre a nação e o interesse nacional, considerada como a capacidade de influir ou incidir no interesse do país.

A base para Wolf (1987) é o estudo de Gans, entre 1967 e 1970, sobre conteúdo de revistas e redes de televisão dos Estados Unidos, no qual aponta a predominância de uma diferença de categoria entre os países, com a consideração do período pesquisado, entre o fim da década de 60 e o início da década de 70 do século XX, na cobertura feita pelos meios de comunicação norte-americanos:

Nos Estados Unidos, predominam três categorias de países: os que estão mais próximos dos Estados Unidos ou os mais fortes entre os aliados da Nato [Organização do Tratado do Atlântico Norte]; os países do bloco Leste e os aliados mais poderosos da União Soviética; finalmente, os países não incluídos nas duas primeiras categorias e que só esporadicamente são cobertos. Estes constituem notícia apenas quando são teatros de acontecimentos insolitamente dramáticos como conflitos, golpes de estado ou grandes desastres (GANS *apud* WOLF, 1987, p. 179)³.

O terceiro grau que Wolf (1987) cita para destacar o valor-notícia importância é a quantidade de pessoas envolvidas em um acontecimento. Nesta consideração, o destaque é estabelecido pela valorização do fator proximidade, pelo qual um acontecimento que envolva um menor número de pessoas, que tenha ocorrido mais próximo, será mais noticiável do que outro de um mesmo tipo, que tenha ocorrido mais distante. O princípio para esta definição é apresentado como uma lei, de circulação nas redações, elaborada por um jornalista inglês, McLurg: “A lei de McLurg é, exatamente, a codificação prática da complementaridade destes valores-notícia e estabelece uma escala graduada de noticiabilidade relativa para os desastres: um europeu equivale a 28 chineses, 2 mineiros galeses equivalem a 100 paquistaneses”. (WOLF, 1987, p. 81).

A referência à lei é corroborada por outros autores, como Santos (2001, p. 96) e Correia (1997, p. 114). No que é importante, desde sua origem, - conforme indicado e referendado por seu autor, que era inglês -, é a noção de que na perspectiva de um país que está na condição de protagonista dos fatos do mundo, aqueles considerados de menor

³ GANS, Hebert. **Deciding What's News**. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time. Pantheon Books: Nova York, 1979, p. 31 *apud* WOLF, Mauro, 1987, p. 179.

importância no contexto geopolítico ou que ofereçam maior dificuldade para a cobertura estão em um nível diferente, que se evidenciará no espaço que as notícias ocuparão.

O quarto grau que Wolf (1987) relaciona para determinar a importância é a relevância e significatividade do acontecimento. Para ele, a interferência deste fator em relação a outros valores-notícia, mais específica do processo de elaboração e circulação da notícia, é mais significativa. A referência de Wolf (1987, p. 181) é para as condições como a concorrência, no destaque que é dado a uma entrevista exclusiva, ou a um furo, assim como a qualidade de um recurso, como uma imagem. Ele ainda destaca outros aspectos, vinculados ao produto e às características técnicas, com a observação de que existe uma variação do valor-notícia importância, “associada a outros fatores de noticiabilidade”.

O valor-notícia interesse tem outra conotação, para este autor. A consideração de Wolf (1987) é que o reconhecimento é feito através das notícias que procuram dar uma interpretação mais humana, com a busca dos fatos insólitos e de pequenas curiosidades. Outra vez com o apoio de Gans (*apud* WOLF, 1987, p. 182)⁴, ele faz uma relação que permite identificar acontecimentos que têm as características deste valor-notícia.

1. Histórias de gente comum que é encontrada em situações insólitas, ou de homens públicos surpreendidos no dia a dia da sua vida privada;
2. Histórias que se verifica uma inversão de papéis;
3. Histórias de interesse humano;
4. Histórias de feitos excepcionais e heróicos.

A esta compreensão está relacionada uma idéia presente no processo de seleção das notícias, que é a dimensão que o assunto pode alcançar. Uma concepção manifestada pelo índice de audiência, que no caso do jornalismo da televisão está vinculada à natureza do veículo. A referência a esses aspectos, da noticiabilidade, na televisão, é o que trataremos a seguir.

1.3.1 Notícia e Noticiabilidade na Televisão

A determinação do que é notícia na televisão, está relacionada à compreensão sobre o conteúdo de um espaço específico da programação de uma emissora, para a veiculação de informação. A esta compreensão corresponde à definição do autor espanhol Torán (1982, p. 10), para quem “o termo informação, aplicado aos programas de televisão se refere, principalmente, àqueles programas de televisão cujos conteúdos caem dentro da

⁴ GANS, Hebert. **Deciding What's News**. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time. New York: Pantheon Books, 1979. p. 156 *apud* WOLF, Mauro, 1987, p. 182.

atividade jornalística, como os programas que são denominados pelos ingleses pela rubrica *factual news*".

O reconhecimento desta definição, porém, está condicionada à realização de um percurso, através do qual foram estabelecidas. Propomos assim, aproximações e distanciamentos em relação aos outros meios, em destaque o impresso. Esta é uma descrição que faz referência à trajetória realizada pelo pesquisador norte-americano Paul H. Weaver (1993), em um estudo em que analisou, nos Estados Unidos, as características da notícia em televisão em comparação com as publicadas nos jornais.

A conclusão dele é que existe uma evidente diferença, no caso da televisão, ainda que sejam constatadas características compartilhadas entre os dois meios de comunicação: "Apesar de muitas características partilhadas, os jornais e a televisão diferem em vários aspectos fundamentais e, por consequência, tendem a dar forma a percepções públicas e a opiniões de diferentes maneiras" (WEAVER, 1993, p. 295).

O percurso que Weaver (1993) fez permitiu determinar as semelhanças e diferenças entre os dois modelos, em relação aos meios de comunicação indicados. Para ele, a análise sobre a notícia na televisão deve partir da variação dela como gênero do jornalismo, uma consideração observada por Ponte (2005, p. 16): "Quando falamos assim de notícia, falamos em sentido lato, englobamos diversos registros discursivos do jornalismo: notícia, reportagem, entrevista, artigo, editorial".

A definição gênero no jornalismo é um assunto controverso, em consequência das distinções apresentadas em diversos estudos. Para uma melhor compreensão, uma referência é o trabalho de Seixas (2008). Neste estudo, utilizaremos à compreensão de Rezende (2000), do mesmo estudo identificado como referência para a coleta da amostra desta pesquisa que relaciona a noção de gênero a um modelo de jornalismo, o qual denomina de informativo. A partir da classificação elaborada por Melo (1985), ele distingue o jornalismo em dois modelos, em relação à televisão: o referido informativo e o opinativo.

Rezende (2000, p. 157) enquadra a referência à notícia na televisão a cinco formatos, listados como: nota, notícia, reportagem, entrevista e indicador. Para a noção de formato, a referência é a utilizada por Wolf (1987, p. 188), que a define como "limites espaço-temporais que caracterizam o produto informativo".

Para Weaver (1993) as notícias na televisão e nos jornais têm semelhanças, que permitem compreender as diferenças, em decorrência das características dos meios de comunicação. A apresentação das semelhanças permite que Weaver (1993) identifique as diferenças entre as notícias na televisão e nos jornais.

As distinções apontadas estão relacionadas a aspectos como a organização do conteúdo informativo, seja de acordo com o todo, referente a uma edição, ou em relação a uma unidade noticiosa, determinada pela narrativa. Para ele, são diferenças justificadas pela estrutura de cada um dos meios de comunicação, que precisam ser compreendidas na dimensão em que eles atuam. “Esta diferença está associada ao fato de a televisão estar organizada no tempo, enquanto a edição do jornal está organizada apenas no espaço” (WEAVER, 1993, p. 297).

Para Weaver (1993), existe um aspecto a mais, que permite estabelecer a diferenciação entre a notícia na televisão e nos jornais, uma outra evidência, denominada de espetacularização. Para o autor, a televisão dá mais importância ao espetáculo, em relação à informação. É uma condição que não pode ser estabelecida como uma consequência, apenas, da maior capacidade tecnológica. Representa uma tendência pela intenção de explorar ao máximo esta possibilidade, uma prática do jornalismo na televisão, que o torna distinto do impresso: “Esta ênfase no espetáculo releva-se na preocupação dos responsáveis pela notícia televisa com filme, e especialmente com bom filme, isto é filme que clara e dramaticamente descreva ação, conflito ritual ou cor” (WEAVER, 1993, p. 303).

Pelo caminho que este autor percorreu, em relação às diferenças, a primeira consideração a ser tratada é quanto à forma de organização da notícia na televisão. Ele indica que na televisão existe uma maior coesão. Weaver (1993, p. 298) apresenta um programa de informação como um resumo dos acontecimentos do dia, diferente do jornal que dispõe de maior espaço e tempo para aprofundar a cobertura sobre os principais assuntos.

Esta primeira diferença está vinculada ao fato de que a notícia na televisão faz parte de uma estrutura, um programa, que compõe a grade de programação de uma emissora:

Com exceção dos canais temáticos, os espaços informativos integram uma grelha [expressão portuguesa para grade, utilizada no Brasil] diversificada, na qual devem promover uma ruptura na continuidade, ou seja, devem anunciar a sua especificidade, continuando, no entanto, a emitir para um público que a até aí/a partir daí recebeu/receberá outro gênero de programas (LOPES, 1999, p. 73).

Os programas têm uma lógica de distribuição na grade da programação das emissoras. A compreensão mais comum, no caso dos telejornais exibidos no Brasil, é a definida por Bittencourt (1993, p. 71). Ele classifica os programas em quatro tipos, de acordo com o horário de exibição: matutino, vespertino, noturno e fim de noite. Está baseada na relação com o horário de exibição e dividida entre os programas nacionais e locais.

O esquema apresentado repete a mesma classificação adotada nos Estados Unidos, onde a divisão entre os programas é feita observando o horário de exibição para a definição do seu formato (SQUIRRA, 1993, p. 44). Uma semelhança evidenciada na escolha dos nomes para os telejornais exibidos no Brasil pela Rede Globo, que são traduções literais de programas norte-americanos como *Today*, da NBC, do horário matutino, exibido pela primeira vez em 14 de janeiro de 1952 - que tem a correspondência em denominação no *Jornal Hoje* - ou o *Good Morning América*, da ABC, nome adotado em 1976, na televisão brasileira, quando estreou o *Bom Dia São Paulo*, que depois ganhou versão nacional - *Bom Dia Brasil* - e regionais, apresentados com o nome do Estado no qual é veiculado.

Outro aspecto sobre a organização está relacionado ao modelo adotado pelo programa, em função do conteúdo e da forma de condução pelo apresentador, o que estabelece uma identidade para cada um deles. Essa classificação é adotada por Aguilera (1985).

Na primeira distinção, em relação ao conteúdo, a divisão dos programas é em dois tipos: telejornais quantitativos; e telejornais qualitativos. Para Aguilera (1985, p. 96), o primeiro tipo, quantitativo, está caracterizado pela preocupação em incluir o maior número de notícias possíveis, o que representa a veiculação de toda a informação produzida no tempo da exibição.

Em relação ao segundo modelo, qualitativo, a pretensão é a produção de um programa em que a tentativa é apresentar as notícias de uma forma mais detalhada, extensa, completa e documentada. Esta opção determina um volume de notícias menor, em função da limitação do tempo, compensada por maior aprofundamento dos assuntos escolhidos.

A estrutura dos programas, em função do que é estabelecida por Weaver (1993), referente a uma melhor organização para a veiculação da notícia, está condicionada pelo que é chamado por Schlesinger (1993, p. 181) de “dia noticioso”. O termo está relacionado ao ciclo no espaço da programação das emissoras, estabelecido para a divulgação de informação, de acordo com as características relacionadas por Bittencourt (1993).

O ciclo é composto por diversos *time-slots*, na observação de Schlesinger (1993), o que corresponde no Brasil ao tempo na programação que é concedido a um programa de informação. Os *slots* correspondem ao tempo que os jornalistas têm de preencher com notícias, o que para o autor representa um constrangimento, diante da obrigatoriedade de atender a essa condição, intrínseca ao funcionamento da televisão: “Os *time-slots* moldam o dia, apresentando um conjunto de alvos formais à equipe de produção. Para estar à altura dos

time-slots os jornalistas têm de primeiro respeitar os seus *deadlines*” (SCHLESINGER, 1993, p. 182).

As ações e tarefas que relacionam o tempo de produção ao conteúdo estão vinculadas ao processo de seleção de notícias, um assunto que será tratado mais adiante. Existe, porém, a necessidade, de uma referência ao tema, a partir da importância que tem para a organização. É uma prática desenvolvida nas redações, que estão integradas, durante todo o período do trabalho, em relação a cada programa. A forma de adequar o tempo disponível na programação ao conteúdo está relacionada à idéia da rotina produtiva, materializada na seqüência de procedimentos para o fechamento de cada edição, repetido a cada período do *time-slot* correspondente.

O conjunto de procedimentos é o que permite estabelecer a noção de totalidade, observada por Weaver (1993, p. 297), o que garante “um todo unificado”, diferente do jornal, como ele descreve como “um agregado diverso, numeroso e freqüentemente incompleto”. Esta transformação, de acordo com Vilches (1989, p. 195), é uma operação, através da qual são utilizados dois recursos para a apresentação do conteúdo, durante a exibição de um telejornal. A tarefa é uma atribuição do editor-chefe. O primeiro recurso, observado com maior facilidade nos programas de informação, é a organização das notícias em blocos, distinguidas por assuntos, como “nacional”, “economia” etc, da forma como ocorre nos jornais impressos. Outro, por meio da importância que os assuntos têm, sendo que o mais habitual “é a colocação das principais notícias no primeiro bloco”.

Para Gurevitch e Blumer (1993), a partir de um estudo sobre a cobertura das eleições gerais de 1979, na Grã-Bretanha, pela BBC, essa situação é permitida pelo controle que a redação desenvolve em torno da atuação dos repórteres, em um processo que eles classificam como uma atuação do centro, representado pelos editores, colocados em uma escala hierárquica superior sobre a periferia, os que estão em um nível mais abaixo, apesar da maior proximidade com o acontecimento – no caso, os repórteres.

A situação, que pode ser determinada como particular da BBC ou distante no tempo, com base no período de realização do estudo, corresponde, ainda assim, a outras, verificadas no Brasil, em duas investigações (VIZEU, 2000; TEMER, 2002), sendo que a observação realizada por Vizeu (2000) é ampliada por outra pesquisa (VIZEU, 2005).

A influência da maior capacidade de organização, que a televisão tem, apontada por Weaver (1993), remete a outra condição, destacada por Schlesinger (1993, p. 186), que a define como cadência. Corresponde à idéia de que “o público não pode voltar atrás no acabou de ver e ouvir”, para fazer referência ao ritmo que um programa de informação precisa ter.

Para obter a cadência, Schlesinger (1993) aponta algumas opções, como a alternância entre os apresentadores, com a utilização de mais um deles, assim como em relação ao conteúdo, entre as notícias previstas, principalmente as que têm imagens. A que ele considera a mais destacada é o *headline*, que corresponde ao texto lido pelo apresentador que serve como introdução de um assunto, durante a exibição do programa, que no Brasil é chamado de cabeça. O *headline* é definido como essencial para o ritmo, por incorporar um tom de dramaticidade.

A definição do *headline* apresenta uma divergência, de acordo com a maneira que é apresentada por alguns autores no Brasil. Paternostro (1999) e Rezende (2000) o consideram semelhante ao “*lead* do jornalismo impresso”. Mazzarolo (2001), que realizou um estudo inédito sobre a função do *lead* na notícia da televisão, propôs uma definição diferente. Para ela, os elementos da notícia na televisão não são utilizados da mesma forma que no jornalismo impresso. A autora observa que no telejornalismo eles aparecem distribuídos em torno de uma estrutura que tem começo, meio e fim.

Na busca sobre a diferenciação da notícia, na televisão e no jornal, de acordo com análise realizada por Weaver (1993) há outra consideração a ser feita em torno do segundo ponto de distinção. Para ele, a forma narrativa adotada pela televisão promove uma evidente diferença por estar amparada na influência da utilização das imagens, que não está separada no recurso verbal, da fala.

A forma narrativa adotada pela televisão está, diretamente, relacionada à sua estrutura, o que contribui para uma personalização da notícia com a presença do repórter no vídeo. É uma condição que favorece o reconhecimento da valorização do repórter em relação ao relato de um fato, o que não é possível no jornal, que faz a veiculação de uma maneira distinta, impessoal.

A narrativa da televisão está amparada na utilização de recursos tecnológicos, permitidos pelos equipamentos, decorrentes da natureza deste meio de comunicação, necessários para a utilização do áudio e vídeo, que definem uma linguagem específica. A especificidade é determinada pela adoção de dois processos, que Hernandez (2006, p. 136) relaciona como recursos de câmera, através dos planos, focalização e movimentos; e recursos de montagem, por meio da edição.

A este processo, Aguilera (1985, p. 187) relaciona o conceito de linguagem informativa própria do meio de comunicação, que é promovida por dois aspectos, destacados como 1) seleção espacial, que representa a opção pelo que é mostrado; e 2) seleção temporal,

a organização do que foi escolhido para ser mostrado. É uma ação que tem a interferência da atuação dos jornalistas no interior da redação, a força do centro sobre a periferia.

O verbal, recurso da fala, complementa a narrativa, o que dá para Weaver (1993) a força para a notícia na televisão. A necessidade de permitir a compreensão da forma relacionada às características do meio de comunicação impõe um padrão para a sua elaboração. Wolf (1987, p. 189) estabelece a importância do uso de expressões que facilitem o entendimento do que é divulgado, o que é compreendido como a não existência da possibilidade do público voltar ao ponto que não compreendeu ou não percebeu, como ocorre com a notícia do jornal.

Lima (2004) fez uma observação de ordem prática sobre este aspecto. O jornalista aponta que existe uma preocupação na redação do *Jornal Nacional* sobre o que é divulgado, a ponto de, no caso de uma reportagem exibida sobre a reforma tributária, haver a utilização da expressão “mudança de impostos”, para uma de melhor compreensão. Lima (2004, p. 100-108) destaca que a forma de escrever é importante, em função do público, porque “três em cada quatro espectadores são da classe C, D ou E”.

A televisão, marcada por características determinadas pela natureza tecnológica relacionada ao meio de comunicação, impõe, na elaboração da notícia, condições que favorecem uma melhor compreensão da informação, mas determina uma redução na capacidade de conhecimento crítico do público. A lógica de tornar mais fácil gera, como consequência, o distanciamento de temas que exijam uma maior reflexão, o que tem influência sobre o conteúdo.

A caracterização do que Weaver (1993) apresenta sobre a dimensão que é concedida pela televisão ao acontecimento como espetáculo, enfatiza aspectos da informação, em relação à seleção. A importância desta observação, feita pelo autor, permite constatar a influência alcançada pelo padrão norte-americano, em relação ao conteúdo dos programas de informação, em várias partes do mundo, como ocorre no Brasil.

A opção é pelos acontecimentos, anota Weaver (1993, p. 304) que possam reforçar “o melodramatismo inerente ao jornalismo americano, tornando a televisão preminentemente um instrumento da política simbólica”. A esta concepção, Jespers (1998, p. 38) denomina de “informação-produto”, como uma idéia relacionada à vinculação entre o conteúdo e a audiência reconhecida dos programas de informação, para atender aos interesses comerciais das empresas:

A informação dada não será destinada senão a satisfazer as necessidades comerciais, quantificáveis, sem consideração pela natureza destas

necessidades. Por outras palavras, a informação dada apenas responderá os pulsões inconscientes, libidinosos do público prazer “voyeurista “[aspas do autor] ou sádico, sentimento de fusão com o ambiente, uma medida que tem como objetivo provocar a adesão do público aos media afim de maximizar o impacto dos anúncios publicitários que são a principal fonte de rendimento desse media”.

O reconhecimento de que as escolhas feitas pelos jornalistas recaem sobre o pensamento que têm do público é reforçado pela observação que prevalece o interesse pelo acontecimento relacionado a um fato de impacto. Temer (2002, p. 133) constatou a predominância desta opção, ao realizar um estudo comparativo do conteúdo dos telejornais exibidos para todo o país pela Rede Globo: “A análise do processo de construção de pauta e o telejornal efetivamente veiculado mostram como as matérias de serviço estão sempre a um passo de serem guardadas na gaveta sempre que surge uma notícia de grande impacto”.

Da mesma forma que para o jornalismo, em geral, o imediatismo é a idéia-chave é na televisão. Ele está relacionado à logística que é necessária para a realização de uma cobertura, de acordo com as condições existentes. Este dia noticioso é composto por diversos momentos, com as mesmas características, de acordo com o número de programas: “Este ciclo de produção é repetido a cada *deadline* ao longo do dia noticioso. No caso da BBC-1, por exemplo, ocorre três vezes ao dia” (SCHLESINGER, 1993, p. 181).

A realização desta etapa permite a seleção dos assuntos e o estabelecimento de uma ordem para a exibição, o que é chamado de *running order*, denominado de espelho, no Brasil. O processo é uma referência ao trabalho, alterado de acordo com a dinâmica dos altos, por diversas vezes, durante um ciclo. É uma rotina descrita por autores como Neveu (2006, p. 87). Para ele, o fato de estar direcionado para o acontecimento, transforma o jornalista em seu prisioneiro. Uma pressão ampliada pelas transformações tecnológicas, que facilitam o acesso à informação, inclusive imagens e sons, mas sempre presente na lógica do jornalismo, independente da condição.

O jornalista norte-americano Walter Cronkite (1916-2009), ficou notabilizado pela atuação durante 35 anos como apresentador do *CBS Evening News*, da rede CBS, dos Estados Unidos. A ele foi atribuída, pela primeira vez, a designação de *anchorman* (BRASIL, 2002, p. 267), que passou a ser utilizada como referência ao editor-chefe de um telejornal, que desempenha a função de apresentador. Ao descrever as tarefas realizadas, que correspondia ao dia noticioso do programa que dirigia, Cronkite (1998, p. 387) demonstrou a influência que os novos fatos representavam, mesmo com a previsão realizada, antecipadamente, ao fim de cada edição:

Precisávamos comprimir em 22 ou 23 minutos todas as notícias importantes do cenário internacional e dos Estados Unidos. [...] Era um trabalho difícilimo, até impossível. [...] À medida que novas notícias iam surgindo, precisávamos decidir se elas teriam lugar na pauta, substituindo outras.

Santos, J. (2001) usa como referência uma pesquisa do norte-americano Edward Jay Epstein, entre 1968 e 1969, nas redações das principais emissoras dos Estados Unidos (CBS, ABC e NBC), para determinar como a notícia na televisão está submetida a um processo, no qual ocorrem interferências relacionadas aos aspectos econômicos e logísticos, o que pode ser considerado na perspectiva dos valores-notícia relacionados aos meios de comunicação, como trata Wolf (1987, p. 173).

De uma forma semelhante aos outros meios de comunicação, a televisão usa a referência do espaço geográfico para a divulgação de uma notícia. Barros Filho (2003, p. 112) relaciona esta identificação da notícia a um desenvolvimento da sua “visibilidade”, ao estabelecer que na origem toda a informação é local até atingir um outro nível. Tuchman (1983, p. 39) considera que “nem sempre se sabe com nitidez” como definir um assunto, com base na referência geográfica.

No Capítulo 2, depois de percorrida a trajetória encerrada aqui, em busca da compreensão sobre o que é notícia, o desafio é buscar um entendimento sobre como é representado o Brasil através da televisão. Será analisado um conjunto de referências, em relação à informação na televisão brasileira, marcada pela predominância de um padrão, semelhante ao existente em outros países, de destaque aos programas exibidos no horário nobre da programação das emissoras.

2 A informação na televisão

A veiculação de informação na televisão no Brasil está determinada pela legislação, por meio da Constituição vigente, promulgada em 1988 pelo Congresso Nacional. O dispositivo legal é o artigo 221, inciso III, do capítulo V, da Comunicação Social da Constituição de 1988, que trata o tema como uma definição de princípios (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 2008, p. 146). O artigo estabelece as condições para a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão, com a indicação de características referentes à regionalização, inclusive dos programas de informação, com base nos percentuais, de tempo, determinado pela legislação.

O espaço estabelecido para a inclusão de programas de informação na televisão foi definido pela Lei 4.117/62, que instituiu o Código Nacional de Telecomunicações, no artigo 38, letra H. As emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% de seu tempo para transmissão de serviço noticioso (ALMEIDA, 1993, p. 111). A determinação legal foi regulamentada pelo Decreto 52.286/63, ressaltada no artigo 17.

A tendência de ampliar o espaço para a informação nas emissoras de televisão foi comprovada no Brasil, em uma pesquisa, baseada na programação (CARVALHO, 1992). A constatação é de que houve um crescimento de 35% na carga horária das emissoras, no período de cinco anos, entre 1987 e 1992, referente aos telejornais. A comparação feita com as novelas registrava uma produção de 27h04min por dia de programas de informação, contra 7h10min no mesmo período. Uma redução de duas horas, em período igual anteriormente.

Em número de programas, as emissoras de televisão tinham aumentado para 50 a quantidade dedicada à informação - cinco anos antes exibiam 39 programas. Na estratégia das emissoras, a ampliação deste tipo de programação era uma forma de elevar a rentabilidade, uma expectativa decorrente da audiência, em comparação com o investimento realizado. “Jornalismo não tem custo alto quando comparado ao das novelas. [...] Nos últimos quatro anos o SBT multiplicou por 25 o seu orçamento para o jornalismo. Saltou de US\$ 400 mil em 1988 para US\$ 10 milhões. [...] Um terço do que a Globo prevê aplicar na área [em 1992]” (CARVALHO, 1992, p. 05).

O marco desta transformação foi a decisão do SBT, em 1988, de lançar o *TJ Brasil* e retomar o investimento em jornalismo. Uma medida repetida em 2005 com o lançamento do *SBT Brasil*, que representou uma nova tentativa da rede em relação aos programas de informação. A decisão (MUITO ALÉM DO “BOA NOITE”, 2005, p. 29)

permitiu uma venda de mais de 100% da comercialização dos intervalos do telejornal um mês depois do lançamento, feito em agosto.

Os programas de informação, em 2007, representavam 22% da programação da Record, de segunda a sexta, da faixa entre 7h e 18h, 1% acima da praticada pela Globo, conforme dados do anuário *Mapa da Mídia* (2007, p. 174-177), referência para o mercado publicitário brasileiro. Aos sábados e domingos, ocorria uma redução acentuada do espaço destinado à informação pelas emissoras, lideradas pela Globo, com um percentual de 9%, na mesma faixa de horário, considerada em relação à semana – a Record, que teve a segunda média, registrou 2%.

Os dados, em relação à faixa entre 18 e 24 horas, demonstraram, entre segunda e sexta, que a Bandeirantes dedicou um maior tempo para os programas de informação, com um percentual de 41%, seguida pela Record, com 35% da programação da emissora. No fim de semana, em relação ao sábado e domingo, a mesma Record é apontada como a que concedeu mais tempo à informação, na faixa de horário entre 18 e 24 horas, com um percentual de 17% da programação, com a promoção de uma inversão, diante do posicionamento da Bandeirantes como a segunda emissora, com 11%.

O telejornal, em termos de classificação, é um tipo de programa enquadrado na categoria informação. Estão incluídos mais três tipos de programas, entre debate, documentário e entrevista, de acordo com Aronchi de Souza (2004, p. 149). Para o autor, o telejornalismo é importante para uma emissora de televisão, porque a exibição de programas de informação serve para a consolidação de uma estratégia, principalmente como rede: “A conquista de importância faz as redes de televisão investirem no telejornalismo. [...] O telejornalismo ocupa espaço e visibilidade fundamentais para o conceito de rede de televisão”. (SOUZA, 2004, p. 151).

Os telejornais são entendidos por autores, Machado (2000), por exemplo, como um efeito de mediação, através de enunciados que são demonstrados por meio dos jornalistas, apresentadores e repórteres, e protagonistas, com a utilização dos distintos recursos de som e imagem. Na definição de Machado (2000, p. 102), “O telejornal é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos”.

O horário de exibição de um programa é usado pelas emissoras como uma forma de condicionamento do público. A grade, que corresponde aos horários, previamente, definida, está relacionada às estratégias de cada uma e ao perfil da audiência. Um aspecto importante é o valor comercial de cada horário, que tem a faixa denominada de nobre, a que corresponde ao período de 19 às 22 horas, como a de custo mais alto na televisão brasileira

(ARONCHI, 2004, p. 59). É um padrão influenciado pela adoção da transmissão da programação em rede, uma consequência da implantação de um sistema nacional de microondas, da forma que será vista mais à frente.

A grade, o reconhecimento de características do público, em relação ao horário, serve como referência ao conteúdo dos programas de informação – como observado no capítulo anterior. Uma condição observada em relação ao conteúdo dos programas de informação:

Os telejornais do horário nobre [...] atêm-se em verdade mais ao factual, buscando ser uma sùmula dos acontecimentos do dia. E mesmo que, vez ou outra, transpareça algum sentido diversional ou, mais raramente, interpretativo nas matérias divulgadas, a exceção não basta para desfigurar a natureza do noticiário (REZENDE, 2000, p. 156).

Para Becker (2007, p. 168), o horário de exibição define a representação do telejornal em relação ao público. A autora considera que os telejornais exibidos no horário do almoço têm linhas editoriais relacionadas desde temas como de “economia doméstica ao buraco na rua de determinado bairro”, diferente dos que são exibidos às 18 horas, que atendem “a um outro grupo de receptores”. Becker (2005, p. 24) define o telejornal como “uma encenação do real”. Uma referência adotada pela autora, que considera um aspecto da comunicação, “marcada por um conjunto de regras”. Essa concepção é ampliada, em torno do sentido de ritos, pela designação de Ramonet (1999, p. 77), que classifica os telejornais como “a grande missa da noite”.

A definição do que representa a informação na televisão ganha outra característica, vinculada à abrangência que é alcançada pelo telejornal. Becker (2005, p. 93) classifica os programas em dois tipos, a partir do espaço geográfico que eles alcançam: “Os noticiários televisivos são basicamente divididos em dois tipos de produção: os locais, ou regionais, e os de rede. As emissoras têm pelo menos um telejornal de rede e um telejornal local”.

Coutinho (2008) identifica um telejornal local como “aquele produzido na mesma área de emissão”. Eles são uma decorrência da implantação das redes de televisão, que transformaram a opção regional em mais uma alternativa, em busca da viabilidade comercial. Os programas, com essas características, têm a importância deles reconhecida, na definição de Coutinho (2008, p. 101), como uma forma de legitimar uma emissora “como ator social em uma determinada região”.

No caso dos Estados Unidos, o telejornalismo local ganhou importância nos anos 70 do século passado, revela Squirra (1993). Os telejornais produzidos pelas emissoras

regionais atendiam o interesse da audiência, com assuntos de lugares mais próximos à população. Uma tendência valorizada pela capacidade do mercado publicitário, que comprava o espaço de publicidade nas televisões locais. Para Squirra (1993, p. 55), a lucratividade fez as emissoras buscarem a cobertura dos fatos fora da cidade, estado ou mesmo dos Estados Unidos, em busca de uma visão local: “É freqüente elas terem repórteres cobrindo individualmente a Casa Branca, o Congresso, as convenções partidárias e os principais fatos que ocorrem no território norte-americano”.

As emissoras que são consideradas locais nos Estados Unidos adotam uma padronização da programação, em relação aos programas de informação. Sua programação é adaptada à oferta das emissoras que centralizam as redes, inclusive em relação à exibição dos telejornais definidos como nacionais. Musburger (2008, p. 104) indica que os programas, apesar do prestígio da audiência e reconhecimento da lucratividade, podem ser exibidos ao vivo, ou com atraso, “dependendo dos requisitos de programação das estações locais”.

O jornalismo que é definido como local ganhou, depois de adotado pela Rede Globo, em São Paulo, a denominação de comunitário, a partir de 1991. Em seguida, foi estendido como padrão para as emissoras da rede, após passar de 15 minutos para uma hora de produção. Souto Maior (2005, p. 212) considera que o *Globo Cidade*, programa exibido durante a programação vespertina, inicialmente no Rio de Janeiro a partir de 1982, representa o início da proposta de um jornalismo comunitário. Os conteúdos apresentados “revelavam os problemas da comunidade e pediam solução”. A opção é considerada por Borelli e Priolli (2000, p. 105) como uma alternativa à visão nacional implementada, particularmente pela Globo, à programação, para atuar no mercado de São Paulo, pela importância que tem em relação à audiência no Brasil: “A opção por uma programação nacional não conseguiu, de fato, responder às questões locais, que figuram, por assim dizer, latentes e em busca de uma possibilidade de manifestação”.

Os telejornais, transformação constatada no Brasil com a mudança do sistema de funcionamento da televisão, ganharam outro nível. Atingiram uma dimensão planetária, como observa Ramonet (1999), através da televisão fechada, denominação utilizada para as emissoras mediante pagamento para a recepção do sinal, transmitida no Brasil de três formas: cabo, DTH (*Direct-to-Home*) e MMDS (*Multipoint Multichannel Distribution System*)⁵ – o espectador brasileiro assiste aos canais de notícias 24 horas. O principal símbolo é o canal

⁵ A definição sobre a especificidade de cada modalidade corresponde à forma de transmissão do sinal. A de cabo é feita por meio de ligação terrestre, coaxial, entre o ponto de distribuição e a casa do assinante. O sistema DTH usa o satélite para a distribuição do sinal, captado por parabólicas. O MMDS é transmitido por rede de microondas, como a televisão aberta. As transmissões de todos os sistemas são codificadas (PIZZOTTI, 2002).

norte-americano CNN, inaugurado em junho de 1980 (SOUZA, 2005, p. 92), transmitido de Atlanta, no Estado norte-americano da Geórgia.

A implantação da CNN representou o surgimento do primeiro canal de televisão *all news*, uma concepção ampliada pelo mundo. Emissoras com as mesmas características surgiram em vários países:

Há bem pouco tempo, a CNN reinava absoluta em escala planetária. Atualmente, esta hegemonia é contestada pela rede mundial britânica BBC World. E, em escala regional, os concorrentes são legião. Por exemplo, restringindo-nos à Europa, encontramos: Euronews (comprada pela rede comercial inglesa ITN), Sky News, LCI, Bloomberg Tv, Canal 24 horas (da TVE), etc (RAMONET, 1999, p. 53).

Os canais de notícias são apresentados como a representação da face internacional das emissoras de televisão, transmitidas por satélites em diversos idiomas. Um exemplo desta tendência é a Al Jazira, transmitida em árabe e inglês, instalada no Catar, inaugurada em 1996, como uma alternativa para a cobertura de assuntos da região. Para Souza (2005, p. 88), a partir de um estudo sobre a CNN, “o surgimento dos canais internacionais de notícias corresponde ao desenvolvimento das agências de notícias”, que favoreceram uma estratégia econômica, principalmente de empresas dos Estados Unidos.

O pioneirismo da CNN incluiu uma contribuição para o funcionamento das redações, a adoção de um *software* que permitia controlar todas as atividades para a elaboração de um telejornal, da pauta até a leitura do *teleprompter* [equipamento que permite ao apresentador ler os textos, sempre olhando para a câmera]. O programa, idealizado por dois especialistas em informática, tinha sido projetado para emissoras de rádio, mas acabou adaptado para a televisão. A CNN foi a primeira televisão a implantar um sistema de operação, totalmente, informatizado. “O *software* resultante, batizado de *NewsFury*, seria o primeiro do gênero para o jornalismo televisivo” (WHITTEMORE, 1990, p. 136).

O Brasil incorporou a tendência dos canais *all news*. Em 1996, estreou a Globo News, canal de jornalismo da Rede Globo, transmitido sem interrupção, todos os dias, pela televisão fechada. A trajetória do canal está descrita no livro *Globo News: 10 anos, 24 horas no ar* (PATERNOSTRO, 2006). O canal serviu de modelo para outras duas redes de televisão brasileiras, a Bandeirantes e a Record. As duas apostaram em projetos semelhantes, denominados, respectivamente, Band News e Record News.

A função do telejornal na televisão tem uma relação vinculada à ordem econômica, que está refletida pelo tratamento à informação, como um produto – conforme apresentado no capítulo anterior. A estrutura da televisão no Brasil reconhece a existência de

uma forma diferente da comercial, na qual estão destacadas as emissoras públicas, mantidas pelos governos estaduais, como ocorre com a TV Cultura, de São Paulo, e o federal, que tem a TV Brasil.

A prática do jornalismo em emissoras definidas como públicas ganhou outra conotação, através de uma proposição em que está relacionado o reconhecimento do público em uma perspectiva diferente, vinculada ao interesse pela informação: “O jornalismo público age movido pela certeza de que a informação é um bem precioso (um meio de educação permanente), de posse do qual o receptor compreende melhor a realidade que o circunda, forma juízos, reconsidera posições e se abre para o resto da humanidade” (MANUAL DE JORNALISMO PÚBLICO, 2003, p. 29).

O conceito de jornalismo público é atribuído por Becker (2007) ao norte-americano David Merrit, editor-chefe do jornal *Wichita Eagle*, publicado na cidade norte-americana de Wichita, no Estado de Kansas. O conceito surgiu em 1990 e representa, para Becker (2007, p. 190), a “associação entre o exercício do jornalismo e da cidadania”. Lopes (1999, p. 85) considera que a informação de caráter público, presente nas emissoras que têm estas características, deve refletir “um verdadeiro conhecimento das questões mais importantes que envolvem o cotidiano dos cidadãos”.

Bucci (2008) entende que a atuação no jornalismo público impõe a adoção de práticas distintas das utilizadas nas emissoras do padrão comercial. No período em que dirigiu a Radiobrás, entre 2003 e abril de 2008, ele buscou a sistematização de procedimentos, nos programas produzidos pela empresa de comunicação do Governo Federal, que incluiu a abolição do uso do *off* [termo em inglês, corrente nas redações brasileiras, referente à informação atribuída a uma fonte não identificada] e a realização de comentários sobre os assuntos divulgados, por repórteres e apresentadores, norma geral adotada pela empresa: “Segundo os novos parâmetros adotados, só as fontes poderiam emitir opiniões – o dever dos jornalistas era equilibrá-las, buscando ouvir diversas correntes de pensamento. A Radiobrás não teria mais “comentaristas” [aspas do autor] em seus quadros” (BUCCI, 2008, p. 250).

A avaliação sobre a função da informação na televisão serve de ponto de partida para a compreensão da importância alcançada pelo jornalismo no Brasil, através deste meio de comunicação. O jornalismo está, diretamente, relacionado à história da televisão brasileira.

A importância que é admitida está vinculada ao desenvolvimento da televisão verificada no Brasil por dois aspectos. O primeiro, mais geral, como uma decorrência da ação política do regime militar, que criou as condições para a modificação do sistema de funcionamento. O segundo, mais específico, pelo surgimento de equipamentos, mais

adequados ao novo padrão adotado pela televisão, o que determinou a alteração de características.

2.1 O jornalismo na televisão brasileira

A história do jornalismo na televisão brasileira começou com a inauguração da primeira emissora. O primeiro programa de informação, *Imagens do Dia*, foi apresentado dois dias depois da estréia da emissora pioneira, a PRF-3 Difusora, depois TV Tupi, em 18 de setembro de 1950, em São Paulo. A exibição do telejornal, apresentado por Ruy Rezende, que ocupava outras funções como as de produtor e redator, reproduzia a falta de condições técnicas da época: “Não tinha horário fixo. Podia começar às nove e meia da noite ou meia hora depois, dependendo da instabilidade da programação e dos problemas de operação” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 253).

O programa *Imagens do Dia* foi apresentado até janeiro de 1952. O conteúdo eram reportagens ilustradas com filmes e notícias locais da cidade de São Paulo, ocupando um tempo máximo de cinco minutos, no fim da programação (ROSA, 1989, p. 46). A sua importância é por ter sido o primeiro programa de informação da televisão. O telejornal foi definido como artesanal e era realizado por profissionais reconhecidos como pioneiros do telejornalismo brasileiro.

Os filmes eram operados por Jorge Kurkjian, Paulo Salomão e Alfonsas Zibas. [...] Conta Kurkjian que a primeira reportagem filmada não aconteceu. Tratava-se da filmagem de saltos de pára-quedistas em Cumbica. O motorista da viatura que transportava a equipe cismou que a demonstração seria em Congonhas e, quando deram pela coisa, já se tinha encerrado o espetáculo (SAMPAIO, 1971, p. 23).

Alves (2008, p. 67) registra que o jornalismo fez parte da programação inaugural da primeira emissora, de duas formas, ao reproduzir sem a garantia da ordem de exibição, o que teria sido a primeira grade de uma televisão brasileira. As indicações feitas pela autora são referentes à participação do jornalista Maurício Loureiro Gama que apresentou um programa denominado *Em Dia com a Política*, e à exibição do que foi a primeira reportagem do telejornalismo brasileiro, com cenas do prédio da emissora e da cidade de São Paulo.

O Brasil foi o quarto país do mundo - o primeiro da América Latina - a implantar a televisão, em 18 de setembro de 1950, depois dos Estados Unidos, a ex-União Soviética e a Inglaterra. A inauguração ocorreu oito dias antes da primeira emissora mexicana, da empresa Telesistema, origem do conglomerado Televisa – em funcionamento no mesmo período da

televisão cubana (MATTELART; MATTELART, 1989, p. 35). O pioneirismo do jornalista Assis Chateaubriand foi ampliado pelo desconhecimento sobre o novo meio de comunicação, demonstrado na negociação para a compra dos equipamentos. Uma encomenda de 30 mil toneladas, para a PRF-3 Difusora.

A evidência do desconhecimento de Chateaubriand, que reproduzia a realidade do Brasil, em relação ao novo meio de comunicação, foi percebida, depois de acertado o pagamento de US\$ 500 mil, a primeira parcela do valor total da transação - US\$ 5 milhões - à empresa fornecedora, a RCA – pela compra dos equipamentos. Ao constatar que empresa testava o funcionamento da transmissão em cores, ele quis desistir do negócio acertado antes, em troca de um novo:

Para espanto de todos os que se encontravam no diminuto auditório, Chateaubriand abriu a pasta que carregava, tirou de dentro dela as cópias dos contratos que assinara na véspera e picou - os, maços por maços, em pedacinhos. [...] A surpreendente reação do jornalista brasileiro à exibição experimental custou a David Sarnoff [Presidente da RCA] o trabalho de mandar rebater todos os contratos e de explicar a Chateaubriand que mesmo nos Estados Unidos as pesquisas iriam levar alguns anos até que a televisão em cores fosse acessível ao público (as primeiras transmissões regulares da TV colorida nos Estados Unidos só ocorreriam dali a dezessete anos, em 1966) (MORAIS, 1994, p. 47).

O ritmo do desenvolvimento da televisão no Brasil, depois da inauguração da PRF-3 Difusora, foi intenso, a partir do processo de reordenação econômica do país, do Governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), entre 1956-1960. A expansão é iniciada depois da implantação do regime militar, ocorrida em 1964. A transformação realizada, marcada pela internacionalização do mercado econômico, internamente, e a intervenção do Governo militar, que investiu na implantação da infra-estrutura básica, permitindo a disseminação de uma política de consumo, valorizada pelo aumento da área de alcance e a oferta de uma programação centralizada. Um contexto que marca a atuação dos militares no poder, em relação à televisão, depois do Golpe de 1964: “Os militares não inventaram o capitalismo, mas 64 é um momento de reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital” (ORTIZ, 1989, p. 114).

A história da televisão no Brasil é compreendida, nos estudos que tratam deste tema, por meio de uma divisão esquemática, relacionada às etapas que caracterizam o processo de desenvolvimento, a partir da implantação da primeira emissora, como visto, ocorrida em 1950, a pioneira PRF-3 Difusora. Os estudos, principalmente os mais destacados (CAPPARELLI, 1985; 1982; VIEIRA, 1985; WOLTON, 1996; MATTOS, 2000; 1990; BORELLI; PRIOLLI, 2000), sempre evidenciam a atuação do regime militar e o conseqüente

processo econômico implantado como marcos, em torno da proposição de uma política de integração nacional, que tinha como base uma doutrina de segurança e desenvolvimento.

Uma situação decorrente das condições estabelecidas, a partir de 1962, com a aprovação do Código Nacional de Telecomunicações (Contel), até este momento, em 2009, a única regulamentação do setor, vigente no país. O avanço tecnológico, com o funcionamento da Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel), inaugurada em 1965 e privatizada no Governo Fernando Henrique Cardoso, presidente da República por dois períodos, de 1994 a 2002, transformou a televisão brasileira.

A implantação de um sistema nacional de telecomunicação, realizada pelo Governo brasileiro, ocorreu de forma diferente dos Estados Unidos, sempre citado como padrão para a televisão no Brasil. O sistema norte-americano foi implantado pela iniciativa privada. O sistema no Brasil permitiu que a programação exibida, a partir de 1969, fosse centralizada em uma emissora, localizada no Rio de Janeiro e São Paulo, que controlava a produção e a emissão, fosse assistido através de um conjunto de emissoras, denominado de rede, distribuído pelo território nacional. Jambeiro (2001, p. 48) aponta que a televisão no Brasil repete um padrão adotado pelo rádio, décadas antes, “dirigido para audiências amplas” e “com base em anúncios de produtos de largo consumo”.

O sistema de transmissão impôs um padrão dominante à televisão brasileira, sem alteração, mesmo com o surgimento de novas modalidades, como a televisão fechada – expressão em oposição à televisão aberta, como as redes, que caracteriza o pagamento para a recepção da programação de canais, notadamente, especializados – e o surgimento de novas tecnologias, com a expansão do processo de informatização. A modificação é a utilização de satélites, a partir de 1982, inicialmente através da Bandeirantes (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 96).

Para Wolton (1996), a televisão brasileira, com o reconhecimento das diferenças existentes em uma comparação com a européia – a dominação do privado, a influência do modelo norte-americano, as disparidades econômicas e culturais – deve ser considerada como “um fator de identidade e de integração social” (WOLTON, 1996, p. 155). Este autor considera, apesar das diferenças que reconhece, incluído o período de exceção marcado pelo regime militar, que a televisão cumpre no Brasil uma função que advoga para o modelo generalista. Modelo que reúne uma programação caracterizada pela oferta para um público indistinto e permite ser um “laço social” das sociedades: “Esse papel de laço social ou de amortecedor desempenhado pela televisão no Brasil só existe, evidentemente, devido à dupla

condição de ser uma televisão assistida por todas as classes e de ser um espelho da identidade nacional” (WOLTON, 1996, p. 157).

A televisão no Brasil, neste momento, vive uma fase de transição, que corresponde ao processo de implantação do sistema de transmissão digital, iniciado em 2007, em São Paulo, e com o prazo de conclusão, em todo o País, previsto para 2016, etapa final para adequação ao novo sistema, com a total substituição do padrão analógico. Para Wolton (1996, p. 154), a história da televisão brasileira pode ser apresentada a partir de quatro fases demarcadas no tempo e através de circunstâncias, classificadas da seguinte forma:

1. Elitista, entre 1955 e 1964;
2. Decolagem, no período de 1964 a 1975;
3. Tecnológica, de 1975 a 1988;
4. Expansão, a partir de 1989 e considerada até a publicação do estudo, ocorrida em 1996, no Brasil.

Mattos (2000) apresenta uma referência mais recente, com uma abordagem que incluiu um período maior de tempo, o que permitiu a inclusão da referência aos 50 anos da televisão no Brasil, transcorridos em setembro de 2000. A classificação proposta pelo autor está relacionada a seis fases, definidas para a apresentação de um perfil mais ampliado sobre a televisão brasileira. A divisão proposta por Mattos (2000, p. 91) está assim organizada:

1. Elitista (1950-1964);
2. Populista (1964-1975);
3. Desenvolvimento tecnológico (1975-1985);
4. Transição e expansão internacional (1985-1990);
5. Globalização e TV paga (1990-2000);
6. Convergência e qualidade digital, iniciada no ano 2000.

Como referência deste estudo, destacamos dois aspectos da história da televisão brasileira que estão relacionados ao jornalismo. A transformação imposta pela tecnologia e o padrão de programação, baseado na valorização do horário nobre, contribuíram para o telejornalismo alcançar sua condição atual.

2.1.1 As transformações da tecnologia

O desenvolvimento e a consolidação da televisão, em relação à sua importância como meio de comunicação, por extensão como veículo de informação, estão relacionados ao processo de transformação tecnológica. No caso do Brasil, a implantação de um sistema nacional de telecomunicações é o que garantiu a ampliação do raio de alcance do sinal das

emissoras, assim como a fabricação de equipamentos, principalmente para a produção de programas, incluídos os de jornalismo. A televisão, a do Brasil inclusa, não teria a atual projeção não fosse a importância desses aspectos como condição essencial para a evolução deste meio de comunicação.

A televisão, fortalecida no país pela implantação das novas condições técnicas, reflete a sua localização, em relação ao conteúdo e às características da programação. Uma marca que acentua as distinções geradas pela diferença do nível econômico e político das diversas regiões brasileiras, desde a implantação:

Centrada no Rio de Janeiro e em São Paulo, os dois maiores mercados de produção e consumo do País, a indústria televisiva expandiu-se para todos os outros estados e vem produzindo um determinado imaginário – por meio, sobretudo, das telenovelas e noticiários -, que se pretende nacional e que acabou assim apreendido, com conseqüências profundas na política, na economia e nas relações sociais (PRIOLLI, 2000, p. 16).

Para Priolli (2000), a primeira modificação tecnológica no panorama da televisão brasileira ocorreu dez anos depois da estréia da PRF-3 Difusora, a primeira emissora do país. O marco da transformação é a utilização do vídeo-tape, um sistema de gravação ainda em utilização pelas emissoras de televisão, baseado no uso de fitas magnéticas, diferenciadas pela variação em relação à largura delas, medida em polegadas. A largura da fita tem interferência na qualidade da gravação (ALMEIDA, 1988, p. 78). Quanto mais larga, melhor a qualidade do registro feito com a fita. O padrão inicial era a gravação em fitas de duas polegadas, com equipamentos inadequados para o uso em reportagens.

Armes (1999) relaciona o surgimento do sistema de gravação em vídeo-tape como uma contingência da ociosidade da indústria eletroeletrônica dos Estados Unidos, depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A essa situação, atribui o desenvolvimento de tecnologias, no período pós-guerra, como o televisor e o computador, importantes para as transformações vividas pela humanidade: “O primeiro gravador de fita de vídeo com padrão *broadcast*, da Ampex [empresa norte-americana, fabricante de equipamentos], foi apresentado em 1956 e colocado em uso pela BBC [emissora pública de rádio e televisão da Inglaterra] cerca de dois anos depois” (ARMES, 1999, p. 79).

Priolli (2000, p. 20) faz a mesma consideração sobre o interesse econômico na realização de pesquisas e desenvolvimento de projetos que permitiu a evolução da televisão. Seu entendimento é que “não há pesquisa tecnológica se não aquela para servir aos interesses do capital”. A utilização do sistema no Brasil, pela primeira vez, ocorre em 1960, para atender a uma necessidade histórica – a inauguração de Brasília, como a nova capital do país, uma

realização do Governo Juscelino Kubitschek, que representa uma indicação da função reservada para mais à frente, em relação à televisão.

A transmissão da festa de inauguração de Brasília é usada como uma demonstração da importância de um sistema de telecomunicações. Moya (2004, p. 363) a descreve como uma operação idealizada pelo grupo proprietário da TV Excelsior, que utilizou a estrutura técnica de uma empresa inglesa para a instalação dos *links* [interligações, para a transmissão do sinal transmitido pela televisão, a partir de pontos pré-determinados, através de uma rota], entre Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

O uso do vídeo-tape ampliou o alcance do sinal da televisão, ao permitir a distribuição das fitas depois de gravadas. A operação das emissoras era baseada na improvisação, da forma feita pela Excelsior. A emissora, que inovou com o aproveitamento do conteúdo do *Jornal de Vanguarda*, exibido no Rio de Janeiro, em outro telejornal do mesmo estilo, *Show de Notícias*, feito em São Paulo, usava este recurso para melhorar o faturamento, com a oferta, aos anunciantes de um público maior do que o da área de transmissão da emissora.

A implantação da primeira fase do sistema de telecomunicações, que permite a transmissão de programas para todo o país, consolida de uma vez o quadro observado acima. As emissoras de televisão são organizadas em rede, e a transmissão em tempo real diminuiu a dependência das fitas. A necessidade delas, para fazer a exibição da programação, em especial das emissoras do Nordeste, muitas vezes provocou situações aflitivas:

Oitenta por cento da programação vinha em fitas, de avião, inclusive os capítulos da novela, que eram levados ao ar dois dias depois de serem exibidos no Rio. Se os vôos atrasassem, tapava-se o buraco na programação transmitindo velhos desenhos animados ou capítulos anteriores das novelas (CONTI, 1995, p. 62).

O desenvolvimento do sistema nacional de telecomunicação é atribuído aos militares, mas a cogitação começou antes da implantação do regime, após o Golpe de 64. Duarte (1996, p. 114) destaca a instalação do setor terrestre de interligação, necessário para a realização dos serviços iniciais, nos anos de 1960. À Embratel coube a tarefa de constituir a primeira estação terrestre brasileira, Tanguá I, no Rio de Janeiro, inaugurada em 28 de fevereiro de 1969. Esta etapa representou a implantação de uma rede básica de microondas, a interligação do país para a transmissão, inclusive, de dados e a utilização para o serviço de telefonia, além de rádio e televisão.

A evolução tecnológica tem uma outra relação: a vinculada aos equipamentos. Do ponto de vista cronológico, a mais significativa é a substituição do filme pela fita magnética,

marcada pelo desenvolvimento de um padrão de gravação, aprimorado pela produção de equipamentos mais adequados. A utilização da fita é uma decorrência do surgimento do vídeo-tape a partir da busca pela indústria eletroeletrônica de equipamentos mais leves e fáceis de transportar.

O sistema, com o uso de fitas, foi implantado em 1970, de acordo com Armes (1999, p. 75). A Sony, uma empresa japonesa do setor de produtos eletroeletrônicos desenvolveu um suporte de gravação, denominado U-Matic, que utilizava fitas com três quarto de polegadas de largura, capaz de gravar áudio e vídeo. O grande valor deste suporte foi a produção de gravadores, que eram ligados às câmeras, através de cabos e funcionavam com a energia de baterias recarregáveis:

O U-Matic não tinha contra-indicações, era uma tecnologia certa, em um momento adequado, e rodeado de aplicações imediatas. A mais visível, o jornalismo, persiste [...] a distância entre a captação do fato, a revelação e montagem do filme e sua posterior exibição comprometia a atualidade da informação audiovisual (ALMEIDA, 1988, p. 79).

Os equipamentos com as características descritas acima representaram uma modificação no processo de gravação, principalmente em relação ao jornalismo. O filme utilizado na década de 70 do século passado era um suporte mais adequado, em comparação com o usado a partir da implantação da televisão. A indústria tinha desenvolvido câmeras com capacidade para a gravação em filmes de 16 mm, porém insuficientes para atender às necessidades das emissoras, principalmente na área de jornalismo. A utilização das câmeras de 16 mm é atribuída ao interesse dos executivos das emissoras de televisão na cobertura da Guerra da Coreia, nos anos de 1950 (YORKE, 2006, p. 92).

Os relatos dos profissionais do jornalismo, que atuaram no período de utilização do filme, demonstram a limitação que representava para as gravações. A câmera de 16 mm significou um avanço, porque permitiu a gravação sincronizada do som. Uma mudança, em relação à participação do repórter:

Mesmo com o *Jornal Nacional* no ar já há algum tempo, o repórter de televisão ainda não tinha conquistado o seu espaço. Filmávamos na rua, em preto-e-branco, com filme mudo. A chegada das americanas [câmeras] Auricon, com gravadores de som embutidos como as CP [Cinema Productions, outra marca de câmera, que gravava em 16 mm], provocou uma grande mudança no nosso telejornalismo. [...] O som fazia a grande diferença. Podia-se colocar o repórter na frente, dar-lhe o microfone, esperar o resultado (HENNING, 1996, p. 103).

Henning (1996) desenvolveu um truque, quando começou a trabalhar como repórter de televisão, para gravar sem erro. A repetição representava gasto a mais, com o uso do filme:

Eu gravava o texto num gravador e, na hora, colocava um ponto eletrônico, chamado 'egoísta', um fone de ouvido imperceptível. E aí eu ouvia o meu próprio texto e repetia em frente à câmera. Isso me salvou, porque em fazia dez, 15 passagens [trecho da reportagem, com a presença do repórter, gravado diante da câmera] para escolher uma boa. Se não fosse esse pequeno truque, eu não estaria fazendo televisão até hoje, eu teria desistido (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 136).

Aguillera (1985) conta que na TVE [Televisão da Espanha] a utilização da fita começou em 1985. A mudança, a partir da substituição do filme, representou em mais economia, além de menor tempo entre a gravação e a exibição. Uma redução em torno de 50%, nos gastos. O uso do filme tinha outra dificuldade, como o risco de perder toda a gravação, no caso de alguma falha ou manuseio incorreto.

A gravação precedia a etapa final do uso do filme, antes da exibição. Este precisava ser revelado para a realização da montagem. Para quem atuava na edição, o trabalho com o filme representava uma luta contra o tempo, que a fita favoreceu. "A edição ficou mais ágil. A produção em filme era cara e lenta, porque era preciso esperar o tempo da revelação" (PONTUAL, 1994, p. 98).

A tecnologia da televisão, na época do filme, parecia intimidadora, mesmo para profissionais que corriam risco na realização da cobertura dos assuntos para os quais eram designados, define Arnett (1994). Ele, notabilizado pela atuação como correspondente de guerra, desde a Indochina, na década de 1950, conflito que antecedeu o do Vietnã, conta que quando trabalhava para uma agência dos Estados Unidos, o material gravado no sudeste asiático demorava dias, até a exibição:

O filme em branco e preto na TV tinha de ser enviado por via área de Saigon para Nova York e era transmitido vários dias depois. Isso significava uma grande desvantagem competitiva da televisão em relação à palavra escrita, porque os noticiários de 30 minutos nas três estações de TV [as redes ABC, CBS e NBC], era ainda uma novidade (ARNETT, 1994, p. 205).

O mesmo Arnett (1994) pôde, mais de 30 anos depois, na cobertura da Guerra do Golfo, protagonizar um momento significativo da televisão contemporânea. Ele era um dos correspondentes da CNN, que participaram da transmissão, ao vivo, do bombardeio de Bagdá, a capital do Iraque.

No Brasil o marco do uso de fitas é a estréia do telejornal *Bom Dia São Paulo*, exibido pela TV Globo paulista, em 1976 (PATERNOSTRO, 1999, p. 36). A utilização de

equipamentos portáteis, em uso nos Estados Unidos desde 1974, favoreceu o trabalho das equipes de reportagem, com mais agilidade para as gravações e transmissões ao vivo. No Brasil, a Globo ainda manteve o uso do filme em 30% das reportagens gravadas (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 90) na década de 1980. Apenas em 1985, o laboratório de revelação foi desativado.

A utilização de equipamentos mais leves e ágeis influenciou a definição de um modelo para a gravação de reportagens em televisão também influenciado pela forma adotada nos Estados Unidos. O repórter passou a fazer parte do relato, a partir do registro de sua presença no local onde transcorreu o fato. Porcello (2006, p. 150) a define como um padrão, composto por uma sucessão de elementos pré-estabelecidos: “As matérias possuem o formato clássico, importado dos Estados Unidos: *off* (a voz do repórter sobre as imagens), sonora (entrevista) e *stand up* ou passagem do repórter diante da câmera”.

A estrutura utilizada determinou a adequação dos profissionais que atuavam como repórteres, principalmente para a elaboração dos textos. A referência era o tempo, concedido para uma reportagem, em torno de um minuto e meio. Pereira, A. (2006, p. 99) diz que era preciso contar uma história, “com princípio, meio e fim”. A preocupação com o tempo condicionava o trabalho do repórter, em relação à fala dos entrevistados:

Dentro do formato televisivo, de matérias de um minuto e meio, quando o entrevistado fala mais do que cinco minutos, você começa a pensar onde vai cortar em vez de ouvir a resposta. No telejornalismo norte-americano, um político que consegue ficar no ar vinte segundos é porque disse alguma coisa genial ou fundamental (MENDES, 1997, p. 43).

O surgimento de um novo tipo de câmera (ALMEIDA, 1988, p. 80), denominado *camcorder*, com o gravador junto, representa uma inovação tecnológica, na década de 1980, que precisa ser destacada como um benefício da evolução tecnológica para o jornalismo na televisão. Este equipamento permitiu uma redução de peso e mais facilidade de transporte, diferente dos modelos anteriores, com os gravadores ligados às câmeras por cabos, utilizados para a captação dos sinais de áudio e vídeo.

Yorke (2006, p. 97) destaca que novos avanços, por volta do ano 2000, promoveram uma progressiva redução do tamanho e peso dos equipamentos, ampliando a vantagem de utilização:

As vantagens que essas mudanças trouxeram para a captação de imagens em telejornalismo são óbvias. Já não há mais a possibilidade de atraso por conta da revelação do filme: o ENG [sigla do sistema, em inglês, *Electronic News Gathering*, captação eletrônica de notícias] proporciona mais tempo para a cobertura da matéria ou de outras matérias.

A evolução da tecnologia transformou o jornalismo, de tal que forma, que permitiu o registro do episódio do ataque às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em setembro de 2001. As emissoras de televisão que transmitiam ao vivo, logo depois do choque do primeiro avião contra um dos prédios, puderam registrar a segunda colisão, ocorrida 20 minutos depois, com outra aeronave. O mundo assistiu em tempo real um acontecimento emblemático da possibilidade alcançada pela televisão.

2.1.2 A importância do horário nobre

A programação representa para Wolton (1996) uma atividade essencial do processo de comunicação desenvolvido pela televisão, com a necessidade do entendimento em torno de três fenômenos. O primeiro, ele relacionada à idéia de calendário, por meio do qual, a televisão funciona como um relógio do cotidiano. O segundo é determinado pelo papel desempenhado pela informação, como um elemento que está relacionado ao mundo objetivo. O terceiro corresponde à função que a grade de programação desempenha, como uma porta de entrada a uma oferta de imagens, de sentido diverso, em função dos programas.

Para Wolton (1996, p. 70), a programação é uma forma das emissoras ordenarem os programas durante o período de funcionamento da televisão, de acordo com o perfil do público. A informação, parte da grade de uma emissora, representa, através da televisão, a possibilidade que o espectador tem como cidadão de reconhecimento do mundo:

A informação é aquilo que obriga o espectador a ver o mundo e a se interessar, por pouco que seja, pela marca da história da qual ele está, a maior parte do tempo, excluído como protagonista, mas pela qual ele é responsável devido a seu status de cidadão de uma democracia de massa.

O espaço ocupado pelo jornalismo na programação das emissoras de televisão, no caso do Brasil, é um processo influenciado pelo modelo adotado nos Estados Unidos, que estabeleceu para os programas de informação uma importância que tem sido destacada, principalmente em relação à audiência. A referência a um aspecto da recepção, porém, não considera questões que estão relacionadas à função desempenhada pelos telejornais, que desde a adoção, no país, de um sistema nacional de telecomunicações, fazem parte da estratégia das redes de televisão, em busca da audiência, principalmente na faixa da programação, considerada como o horário nobre.

A tentativa concretizada pela Globo tinha sido uma opção pretendida pela TV Excelsior sem o recurso do sistema nacional de telecomunicação. Em busca de uma operação que garantisse a lucratividade, de acordo com a possibilidade de oferecer mais espaços aos anunciantes, a Excelsior veiculava a grade de programação baseada na frequência da exibição

dos programas, em relação a dias e horários fixos. A intenção era criar o hábito de assistir a programação, de acordo com a disponibilidade do horário e a preferência, entre os exibidos pela emissora. Uma forma de estabelecer um perfil do público, uma condição para a oferta de produtos.

O jornalismo foi usado pela TV Excelsior com essa finalidade. A tentativa inicial foi feita com o *Jornal da Cidade*, dirigido pelo jornalista Fernando Barbosa Lima (1933-2008). A opção pela exibição de um telejornal no horário entre duas novelas representou a definição de um modelo, que tinha como base a exibição dos programas em faixas de horários específicas da programação.

O paradigma do horário nobre era representado por outro telejornal, *O Repórter Esso*. O programa tinha como característica, estabelecida por contrato, o rigor para o início da exibição. A pontualidade, herdada do período em que o programa era exibido no rádio, era de tal forma respeitada, que às oito da noite soavam as clarinadas e fanfarras da trilha de abertura, arranjo original feito pelo maestro Carioca (MELLO E SOUZA, 1986, p. 255). A garantia de pontualidade é apontada como uma das razões do prestígio do telejornal: “Quando a Tupi atrasava, a Esso [empresa norte-americana, distribuidora de petróleo, patrocinadora do programa] não pagava. [...] O horário exigido para o início do programa, no Rio de Janeiro, era às 20 horas” (ESQUENAZI, 1993, p. 25).

A TV Tupi, emissora que exibiu o telejornal no Rio de Janeiro, recorria, ao recurso implementado pela concorrente Excelsior, com um sentido diferente. A audiência de *O Repórter Esso* era utilizada para beneficiar a novela que era exibida em seguida (MELLO E SOUZA, 1984, p. 14).

A estratégia da Globo associou um aspecto da conjuntura, em relação à necessidade de desenvolvimento tecnológico da televisão brasileira e a busca do espaço, surgido da nova condição tecnológica. A estréia de um programa que correspondesse a este quadro era uma questão de oportunidade, como ocorreu com o *Jornal Nacional*.

A exibição do *Jornal Nacional* representou para a TV Globo a implantação de uma programação, transmitida em rede, logo adotada pelas concorrentes. Uma estratégia que favoreceu o planejamento elaborado pelos executivos da emissora.

A concepção é descrita por Walter Clark, diretor geral da TV Globo, na época do lançamento e estréia do programa:

Esse esforço de expansão da rede é que explica o surgimento do *Jornal Nacional* [...]. Nós precisávamos de um programa diário, que entrasse ao vivo em vários estados, para estimular outras emissoras a se afiliarem à Rede Globo. Com mais emissoras, poderíamos oferecer aos nossos clientes a

audiência de outras praças, cobrando mais por isso. E, obviamente, não havia nenhum programa de TV diário melhor para fazer essa integração nacional do que um telejornal (CLARK; PRIOLLI, 1991, p. 213).

A apontada influência das redes de televisão dos Estados Unidos é identificada pela decisão, no início da década de 1960, de implantar, no horário nobre, os telejornais com 30 minutos de duração, uma tendência mantida até os dias atuais. A opção adotada no Brasil é reconhecida como importante, porque permitiu utilizar o modelo de programação chamado de sanduíche, que coloca a exibição do telejornal entre duas novelas, da forma que é vista nas emissoras do país.

O telejornalismo, com a estréia do Jornal Nacional, é transformado em marco da integração do Brasil, feita pela televisão. A concepção estava expressa no texto de abertura do telejornal, lida por Hilton Gomes, um dos apresentadores, ao lado de Cid Moreira, na primeira edição do programa. “*O Jornal Nacional*, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento – imagem e som de todo o Brasil” (TOSTES, 2005, p. 45).

No dia da estréia, em 1º. de setembro de 1969, o Brasil, representado pelo público do programa, correspondeu a seis milhões de espectadores, que assistiram ao telejornal em quatro capitais brasileiras, no Sul e Sudeste do país – Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

No encerramento, foi a vez de Cid Moreira anunciar a integração de Brasília e Belo Horizonte, posteriormente. Apenas em 1972, três anos depois, estaria concluída a interligação do Brasil, através do sistema de telecomunicação, implantado pela Embratel.

A implantação redes de televisão promoveu, progressivamente, a redução da capacidade de produção das emissoras regionais:

A formação das grandes redes, com a total supremacia da Rede Globo, faz parte de um projeto maior do estado autoritário brasileiro. Vale à pena ressaltar que excetuando os exemplos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, o local ou regional foi subsumido ao nacional, situação que se manterá tranqüilamente ao longo dos anos 70 (BORELLI; PRIOLLI, 2000, p. 100).

Outra diferença existente em relação ao funcionamento das redes de televisão, no Brasil é a liberdade para a produção da programação. A legislação norte-americana determinou um limite para a produção das redes, principalmente no horário nobre (SQUIRRA, 1995, p. 61). O aparato legislativo estabelecido nos Estados Unidos foi fortalecido pela existência de um esquema de produção, baseado no cinema, vinculado ao novo meio de comunicação, na época da implantação da televisão.

A FCC (*Federal Communications Commission*), agência do Governo norte-americano, à qual está submetida à política do país para o setor, para restringir a pressão das redes sobre as emissoras regionais, limitou a veiculação da programação nacional ao horário nobre. A limitação foi estabelecida por uma orientação denominada Regra de Acesso ao Horário Nobre (*PTAR - Prime Time Access Rede*).

Pela regra, só três das quatro horas referentes ao horário nobre da televisão norte-americana, das 19 às 23 horas, lado Leste/Pacífico; e das 18 às 22 horas, no centro dos Estados Unidos e nas montanhas, são ocupadas pelas redes. A limitação favoreceu as emissoras regionais, que investem no tempo concedido para a veiculação de programas de informação, com o favorecimento da programação regional.

No Brasil, as emissoras são obrigadas por contrato, como ocorre com a Rede Globo, a seguir a programação estabelecida. Cruz (1996) ao analisar a atuação da RBS (Rede Brasil Sul), grupo de comunicação, com sede no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, indica que a vinculação pode beneficiar as emissoras que exibem a programação das redes, como ocorreu no sul do País, no caso dos estados citados. A atuação da RBS permitiu a formação de uma rede regional, com o direito à inserção de programas, uma prática admitida, no caso da Globo, com restrições.

A afiliação, determinada pelo contrato estabelecido com a emissora que é geradora da programação, representa (JAMBEIRO, 2001, p. 109) uma espécie de “ativo econômico”. O acordo para a exibição da programação, em geral, coloca as televisões regionais dependentes da rede, liberadas apenas para a comercialização na área de suas atuações:

O contrato requer exclusividade da emissora afiliada, que fica vedada de transmitir programação de outra rede competidora. A afiliada tem o dever de adotar as mesmas normas de apresentação jornalística (equilíbrio da matéria política, atendimento ao interesse público, etc.) e qualidade técnica na transmissão da programação (ALMEIDA, 1993, p. 118).

A audiência é a base para a avaliação da programação da televisão. Ela permite a definição dos investimentos publicitários nas emissoras, da mesma forma que a tiragem, o número de exemplares, efetivamente, vendidos – em bancas ou assinaturas -, representa para os meios impressos. A televisão⁶ atinge 91,4 % dos domicílios brasileiros, 48.476,947 em 2007, e faz uma cobertura de 99,7% das residências do País, através da Rede Globo (MAPA DA MÍDIA, 2007).

⁶ Os dados sobre a televisão no Brasil são do anuário Mapa da Mídia (2007, p. 127-190).

O sinal da rede é retransmitido para 5.485 municípios brasileiros, 98,6% do total. São 121 emissoras (Tabela 1), que transmitem a programação da Globo, entre as 414 que transmitem o sinal aberto – sem o pagamento para a recepção –, através dos sistemas de transmissão UHF e VHF, todas distribuídas por satélite, a partir de 1982, incluídas as ligadas à rede de emissoras públicas e educativas.

Tabela 1 - Redes de Televisão (Emissoras no Brasil)

Rede	Emissoras
Globo	121
SBT	92
Bandeirantes	43
Rede TV!	40
Record	78
TVJB/CNT	4
Gazeta	1
MTV	9
Pública	26
Total (9)	414

Fonte: Mapa da Mídia, 2007, p. 164.

A maior cobertura favorece o faturamento, e a televisão é o meio de comunicação que detém a maior fatia do investimento publicitário feito no Brasil. Em 2007, o volume recebido pela televisão representou 59,4% do total do mercado brasileiro, que é o sétimo do mundo em investimento publicitário, com um faturamento de US\$ 8,046 milhões, o primeiro entre os países da América Latina, que teve o comércio, representado pelo varejo, como o maior investidor, com um percentual de 27% - R\$ 2.093.896,00 gastos pela Casas Bahia, primeira entre os cinco maiores anunciantes. A Rede Globo lidera a distribuição da verba publicitária, diante da condição de maior audiência, que corresponde a um público de 56,7%, na faixa do horário nobre, de um total de 56.067.516 espectadores em dez cidades brasileiras.

A audiência valoriza o horário nobre. Bertini (2008, p. 163) apresenta um quadro comparativo do custo deste espaço para a veiculação de anúncios, entre a Rede Globo e

emissoras de mais de 12 países do mundo. A rede brasileira tem o quarto custo mais alto, no valor de US\$ 87.630 por 30 segundos, atrás de emissoras da Índia, Estados Unidos e Itália.

A guerra pela conquista de pontos, a tradução para o número de telespectadores que assistem a programação de cada emissora, é monitorada, no Brasil, por uma instituição especializada, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). A audiência é analisada através de oito índices, inclusive minuto a minuto, em dez regiões do país (sete regiões metropolitanas, o estado de Minas Gerais, o Distrito Federal e Florianópolis). O acompanhamento é feito em relação a cada região e como base para a audiência nacional, uma delas, denominada PayTv, por meio dos dados de duas regiões metropolitanas (São Paulo e Rio de Janeiro) e quatro cidades brasileiras (Porto Alegre, Curitiba, Distrito Federal e Belo Horizonte).

Cada ponto de audiência equivale a 1% do total, aproximado, de domicílios. Na região da Grande São Paulo, o total de domicílios que é usado como referência, com base no Ibope, corresponde a 5.499.400 residências (MAPA DA MÍDIA, 2007, p. 166). A principal cidade do país é a mais importante para a avaliação da audiência da televisão no Brasil. Em estudo sobre a audiência, Borelli e Priolli (2000) demonstram que a programação das emissoras é conduzida a partir da referência em relação ao público de São Paulo.

Para Borelli e Priolli (2000), depois do período de valorização das redes de televisão, entre as décadas de 70 e 80 do século passado, esta tendência diminuiu a partir do processo de redemocratização do país, iniciado em 1985 com a posse do presidente José Sarney. A mudança do quadro político alterou a orientação dos militares, marcada pela busca da integração nacional, com a participação da televisão servindo, ao mesmo tempo em que contribuía, para a formação de uma unidade e estabelecia a idéia de um mercado nacional.

A Rede Globo, maior símbolo da proposta de integração nacional, deixa de representar esta noção de unidade, principalmente para o público de São Paulo. No entendimento de Borelli e Priolli (2000), a manifestação reflete uma tendência do público do estado que registra a maior quantidade de domicílios com televisão do país, que é de 12.176 milhões (MAPA DA MÍDIA, 2007, p. 163). A cidade de São Paulo, desde a inauguração da PRF-3 Difusora, é a sede da maior parte das emissoras do país, inclusive das redes de televisão. A Globo é a única em funcionamento, em 2009, que a sede é no Rio de Janeiro. A localização das emissoras, no estudo, é destacada como uma interferência na audiência:

O Brasil parecia não mais se reconhecer apenas nas locações, atores e sotaques do Rio de Janeiro. Onde primeiro se sentiu esta insatisfação foi na praça de São Paulo, tradicionalmente com canais de televisão fortes, como a TV Tupi, pioneira nas transmissões televisivas. O público de São Paulo

procurava identificação na programação apresentada pela Rede Globo e buscava esse reconhecimento em outras emissoras (BORELLI; PRIOLLI, 2000, p. 106).

A partir das condições e características que marcaram a transformação da televisão, os diversos telejornais consolidaram a participação deste segmento na programação das emissoras. A referência aos apontados como representativos de tendências e possibilidades do jornalismo na televisão brasileira é a etapa a ser percorrida a seguir, sobre o papel desempenhado pela informação, como um modelo de programa do horário nobre das emissoras do Brasil.

2.2 Os programas de informação no Brasil: uma síntese

A relação dos programas de informação com a história da televisão brasileira, da forma vista, demonstra a função e a importância desempenhada por eles, a partir da transformação ocorrida no sistema de funcionamento deste meio. São modificações que tiveram influência na atuação do jornalismo na televisão, que pode ser verificada através de uma análise dos programas, com a consideração sobre o período em que foram lançados, em relação a suas condições técnicas para a transmissão, gravação e distribuição, além dos equipamentos utilizados.

A referência à história permitiu constatar que o primeiro telejornal exibido foi o programa *Imagens do Dia*, na pioneira PRF-3 Difusora. Apesar do sucesso e prestígio, *O Repórter Esso* foi um programa marcado pela falta de recursos, uma realidade que será verificada mais adiante, e com o desenvolvimento tecnológico. *O Jornal de Vanguarda*, caracterizado pela inclusão dos jornalistas no estúdio, por determinar a participação deles na apresentação – diferente do que era feito – representa a primeira proposta de mudança.

A estréia do *Jornal Nacional* é uma modificação mais acentuada, pelo alcance do programa, transmitido para todo o país. Um modelo consolidado no Brasil, da mesma forma que ocorre no mundo. A evolução tecnológica favoreceu o sucesso do telejornal, mas o clima político, uma consequência do regime militar, sufocava os jornalistas e impediu tentativas como a do programa *Hora da Notícia*, uma espécie de referência, pouco conhecida, de um jornalismo de interesse público. *O TJ Brasil* configura a opção mais recente, marcada pela alteração do padrão de apresentação dos programas de telejornalismo no Brasil.

Esses programas demonstram as diversas características do jornalismo na televisão brasileira, uma perspectiva para ser compreendida por meio de uma síntese desta

história. A finalidade é, através desta síntese, permitir um entendimento sobre como os telejornais, com a adequação deles ao momento da televisão, no instante em os programas eram exibidos, foram transformados em elemento de um processo no qual a informação reproduz as circunstâncias deste meio de comunicação no país. A compreensão sobre a função desempenhada pelos programas permite uma compreensão sobre o Brasil que é visto na televisão, principalmente no horário nobre da programação das emissoras.

2.2.1 *O Repórter Esso*: a lembrança de um mito

O pioneirismo do telejornal *Imagens do Dia* não suplanta o reconhecimento que é concedido a *O Repórter Esso* como o primeiro programa de jornalismo, em importância, da televisão brasileira. A apresentação na televisão era uma extensão do sucesso do rádio, onde era veiculado desde 28 de agosto de 1941, por diversas emissoras, de várias cidades do país: “O programa era apresentado em sua primeira fase, no Rio, na Rádio Nacional; em São Paulo, na Rádio Record, depois Tupi; em Belo Horizonte, na Rádio Inconfidência; em Recife, na Rádio Jornal do Comércio; e, em Porto Alegre, na Rádio Farroupilha” (PRAXEDES, 1988, p. 24).

O Repórter Esso era baseado em um esquema de produção, supervisionado por uma agência de publicidade e informações transmitidas por uma agência de notícias, a UPI - *United Press Internacional*. Desde a implantação, baseada em uma estratégia do patrocinador, o programa foi apresentado em diversos países do mundo, em função do modelo utilizado nos Estados Unidos. Era exibido pela NBC, denominado *The Esso Report* (SQUIRRA, 1995, p. 77), a partir de 1947, veiculado uma vez por semana.

No Brasil, o início da apresentação no rádio marca uma história de sucesso, iniciada em uma emissora do Rio de Janeiro – a Rádio Nacional. Na televisão, *O Repórter Esso* teve o mesmo destaque. O formato de apresentação repetiu a estrutura do rádio, um padrão consagrado na década de 40 do século XX, modificado depois com a utilização da fita como suporte para a gravação, em função da transformação tecnológica que atingiu a televisão.

A apresentação era baseada em apenas um locutor, com as informações reunidas em blocos afins, e a principal notícia lida no fim do programa, como um encerramento, de 15 a 20 minutos de duração (ESQUENAZI, 1993, p. 25).

A estrutura, consolidada no rádio, é associada ao período em que o programa surgiu, durante a Segunda Guerra Mundial: “Era tempo de guerra, da Grande Guerra, quando os ouvintes ficavam à espera de que a última notícia lhes desse a certeza de que a Alemanha

de Hitler, sofrendo mais uma derrota militar, pudesse lhes restituir o direito de viver em paz” (MELLO E SOUZA, 1986, p 256).

O programa estreou na televisão, no Rio de Janeiro, em abril de 1952, mais de um ano depois da inauguração da TV Tupi, em 20 de janeiro de 1951, a segunda emissora brasileira. A estréia de *O Repórter Esso*, em 1952, no Rio de Janeiro, permitiu a primeira tentativa de sistematizar na televisão a forma de fazer jornalismo. Ao jornalista Raimundo Magalhães Jr. (TEODORO, 1980, p. 27) é atribuído o ensino na TV Tupi, do Rio de Janeiro, da técnica de elaboração do roteiro para a apresentação dos programas, um aprendizado que ele fez nos Estados Unidos, da mesma forma que outros profissionais, dos meios impressos.

Da mesma forma que no rádio, *O Repórter Esso* teve diversas edições regionais. Em São Paulo, onde estreou em junho de 1953, o programa foi apresentado por Kalil Filho. Xavier e Sacchi (2000, p. 169) indicam que o programa foi exibido em televisões de Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, todas integrantes do grupo Emissoras e Diários Associados. A exibição do programa, apesar de pouco destacada, ocorreu em Salvador, pela TV Itapoan, a partir da inauguração da emissora, em 1960. O jornalista Francisco Aguiar, primeiro editor do programa na Bahia, precisou de um treinamento no Rio de Janeiro para assumir a função, no qual foi orientado sobre o padrão utilizado para a elaboração do telejornal.

Durante onze anos, em São Paulo, o programa foi exibido pela mesma emissora, a PRF-3 Difusora. A pontualidade serviu como uma das razões do sucesso na capital paulista, onde o início estabelecido era às 19h45min. A troca de *O Repórter Esso*, em São Paulo, para a TV Globo, antiga TV Paulista provocou uma polêmica.

A briga pelo direito à exibição de *O Repórter Esso* refletiu um contencioso mais amplo: pela hegemonia do controle da televisão no Brasil. A questão real da troca do telejornal para a emissora paulista da Globo era o acordo com o grupo Time-Life, investigado por uma CPI que teve o apoio ostensivo de Assis Chateaubriand. A troca era uma chance de vingança, além de permitir à Globo o benefício do prestígio consolidado de um programa:

Quando cheguei a Globo, no final de 1965, Roberto Marinho negociava com Roberto Furtado, presidente da Esso, a transferência de *O Repórter Esso* da Tupi para a Globo. Eles eram amigos e o Roberto tinha o sonho de transmitir *O Repórter Esso*, que era o telejornal mais prestigiado da época. Ele chegou a entrar no canal 5, em São Paulo, com o Kalil Filho, e estava prestes a entrar na Globo do Rio (CLARK; PRIOLLI, 1991, p. 214).

A atuação da equipe do programa permitiu o registro exclusivo do transporte, de helicóptero, do corpo de Che Guevara (Ernesto Guevara, um dos líderes da revolução cubana, argentino, nascido em 1928), morto, em 1967, na Bolívia. Uma divulgação inédita, em todo o

mundo, feita por *O Repórter Esso*. A gravação permitiu à TV Tupi (XAVIER; SACCHI, 2000, p. 170), lucrar com a venda das imagens para uma agência internacional de notícias, sem reconhecer o trabalho do cinegrafista Walter Gianello.

Em 31 de dezembro de 1970, depois de 18 anos ininterruptos sempre apresentado por Gontijo Teodoro, *O Repórter Esso* deixou ser exibido na TV Tupi, do Rio de Janeiro. Na última edição, o anúncio do fim: “Boa noite, senhoras e senhores, aqui fala *O Repórter Esso*, o porta-voz teleradiofônico dos revendedores Esso. Pela última vez” (CARVALHO, 1979-1980, p. 31).

2.2.2 A trajetória do Jornal de Vanguarda

O surgimento do *Jornal de Vanguarda*, em setembro de 1962, ocorreu depois da implantação da TV Excelsior, Rio de Janeiro, de acordo com Lima (2007, p. 59). A criação do programa pelo jornalista Fernando Barbosa Lima representou uma alternativa para combater o sucesso de *O Repórter Esso*, exibido pela TV Tupi.

Barbosa Lima tinha dirigido antes outro telejornal, o *Jornal da Cidade*, na mesma TV Excelsior, no Rio de Janeiro, e precisou de uma estratégia para concorrer com o programa da Tupi, que era considerado imbatível em termos de audiência. O *Jornal da Cidade*, descrito por Lima (2007), tinha uma proposta inovadora, mas que não era correspondida em relação ao público. O telejornal utilizava recursos na apresentação que não eram comuns para a época, que foram usados posteriormente, como o da abertura: “Na Excelsior criei o *Jornal da Cidade*, que era apresentado às 20 horas. Era criativo. Começava com Sete, um pequeno jornaleiro de uns 12 anos, negro, que vinha pelo corredor da Excelsior gritando as manchetes do dia, como se estivesse vendendo jornais” (LIMA, 2007, p. 57).

O trecho descrito do programa corresponde ao que é definido nos telejornais atuais como escalada – a parte inicial de um programa, em que, um ou mais apresentadores lêem pequenos resumos dos principais assuntos, com um sentido semelhante a primeira página dos jornais impressos. A proposta inovadora de Fernando Barbosa Lima, em busca da melhoria da audiência do *Jornal da Cidade*, foi a colocação do programa entre duas novelas. Um padrão ainda adotado nas emissoras de televisão brasileiras.

O telejornal apresentou outra inovação, na versão exibida em São Paulo, destacada por Sampaio (1971, p. 25). Pela primeira vez, um programa de informação teve um casal na apresentação do programa. Outra novidade era a utilização dos textos alternados, durante a leitura, entre os dois apresentadores.

O sucesso do *Jornal da Cidade* estimulou a produção do *Jornal de Vanguarda*, identificado como uma experiência importante para o jornalismo na televisão brasileira. O programa promoveu alterações no padrão de exibição dos telejornais, com a substituição do modelo baseado na presença exclusiva de um apresentador, na maior parte das vezes, sentado em uma mesa, o nome do patrocinador em destaque e, no fundo uma cortina, conforme descreveu Fernando Barbosa Lima em depoimento a Moya (2004, p. 239). A apresentação do *Jornal de Vanguarda*, inicialmente na TV Excelsior, do Rio de Janeiro, representou uma inovação: “Eu resolvi tudo isso e levei o próprio jornalista, [...] pelos próprios jornalistas. [...] O *Jornal de Vanguarda* fez uma reformulação básica dentro do telejornalismo”.

O *Jornal de Vanguarda* serviu de inspiração na TV Excelsior para a produção de outro programa, exibido em São Paulo, *O Show de Notícias*, que tinha as mesmas características do programa feito no Rio de Janeiro, beneficiado pelo avanço da tecnologia. Este tinha mais ilustrações que o padrão da época, com o uso de uma tela para a projeção do primeiro fotograma da reportagem, com o uso de filmes de 16 mm (MOYA, 2004, p. 190). O jornalista Fernando Pacheco Jordão era o diretor do programa, que teve Vladimir Herzog como um dos integrantes da equipe.

Outra estratégia da emissora era a utilização do conteúdo do *Jornal de Vanguarda*, produzido no Rio de Janeiro, através do *Show de Notícias*, em São Paulo. A TV Excelsior, com o uso da gravação em vídeo-tape, reproduziu no jornalismo uma prática adotada pela televisão para ampliar a abrangência da produção, materializada mais à frente, a partir de 1969:

O *Jornal de Vanguarda* iniciou também um sistema de rede ou espécie de rede para a época. Os comentários internacionais sobre política não morriam no dia seguinte. Assim as partes do Sérgio Porto, Newton Carlos e outros comentaristas políticos eram despachados em vídeo-tape, à noite, para os outros estados que tinham acordo com a Excelsior. Isso foi feito pela primeira vez na TV e a Excelsior foi a pioneira, formando uma rede nacional de telejornalismo, através da exibição do *Jornal de Vanguarda*, fazendo um processo de integração lento e importante para a televisão (MOYA, 2004, p. 240).

O maior reconhecimento ao *Jornal de Vanguarda* foi o prêmio de melhor telejornal do mundo, conquistado na Espanha, e a utilização como modelo de programa de informação em aulas do professor de Comunicação Marshal McLuhan, como é destacado por Lima (1985). A inovação representada pelo programa foi a mudança na apresentação, pois os telejornais exibidos eram influenciados pela linguagem do rádio. “Os telejornais eram apresentados por locutores e redigidos por um pequeno grupo de cinco ou seis pessoas. Gente

que vinha do rádio. [...] Visualmente, todos os telejornais eram parecidos: uma cortina de fundo, uma mesa e a cartela com o nome do patrocinador” (LIMA, 1985, p. 09).

Para Carvalho (1979-1980, p. 32) o *Jornal de Vanguarda* rompeu com a linguagem tradicional, ao usar na apresentação vários locutores e comentaristas especializados. A opção representou uma transformação no padrão adotado naquela época no telejornalismo brasileiro. A autora aponta ainda outro detalhe, que considera inédito na informação: a utilização do humor, por meio dos bonecos em movimento de Borjalo, além da presença do cronista Stanislaw Ponte Preta (pseudônimo do jornalista Sérgio Porto).

O regime militar é apontado como a razão do fim do *Jornal de Vanguarda*, consolidada no início de 1969. Tostes (2005, p. 44) indica que a exibição de uma cena, no dia 1º de abril, em que um militar à paisana atira em um menino, em frente à Cinelândia, no Rio de Janeiro, depois dele gritar o nome de Jango - João Goulart (1919-1976), o presidente deposto pelos militares, em 1964 -, foi o prenúncio do encerramento do programa. A emissora, TV Excelsior, foi invadida para que fosse entregue o filme com a cena exibida pelo telejornal.

O telejornal peregrinou por mais emissoras do Rio de Janeiro, depois do antigo Estado da Guanabara⁷ assumir o controle da emissora. A peregrinação incluiu uma passagem pela TV Globo, em 1967, e permitiu a criação de um similar, na emissora, com a participação de uma parte da equipe, quando houve o retorno à TV Excelsior. Na TV Globo, o telejornal teve o nome de *Jornal de Verdade* (SOUTO MAIOR, 2006, p. 32). A decretação do AI-5, em dezembro de 1968, força o fim da agonia. O *Jornal de Vanguarda*, por decisão da equipe, deixa de ser exibido: “Um cavalo de raça a gente mata com um tiro na cabeça. Hemingway (1889-1961) tem uma frase que diz: ‘um homem não pode ser vencido. Às vezes ele é destruído” (LIMA, 1985, p. 10).

O *Jornal de Vanguarda* voltou a ser exibido em 1988, na TV Bandeirantes, no período em que Fernando Barbosa Lima foi diretor de jornalismo da emissora. O programa era apresentado por Dóris Giesse, dirigido por Renato Barbieri (XAVIER; SACCHI, 2000, p. 170). A exibição não representou a ressurreição de um mito, na opinião do criador do programa. A idéia de inovação não existia mais.

Para Lima (2007, p. 137), apesar da qualidade, “jamais poderia ter feito uma comparação com o primeiro *Jornal da Vanguarda*”. Um programa, para ele, que é um marco do telejornalismo brasileiro.

⁷ Atual Rio de Janeiro, depois da fusão entre a Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro.

2.2.3 *Jornal Nacional*: um marco da televisão brasileira

A inauguração da TV Globo, no Rio de Janeiro, em abril de 1965, seria a alavanca para a estréia do que é considerado o mais importante programa de informação da televisão no Brasil, o *Jornal Nacional* - em exibição desde 1º de setembro de 1969, às 19h40min (SOUTO MAIOR, 2006, p. 61). Na primeira edição, no dia seguinte à designação de uma Junta Militar para ocupar a Presidência da República, diante do impedimento do general Artur da Costa e Silva, este assunto estava na primeira notícia divulgada, lida pelo apresentador Hilton Gomes (A VITÓRIA DA NOTÍCIA, 1984, p. 49), o primeiro a fazer dupla com Cid Moreira.

Desde a inauguração, a emissora, marcada pela concorrência com a TV Tupi, que exibia *O Repórter Esso*, buscava o lançamento de um telejornal que tivesse o mesmo prestígio. Inicialmente, os programas exibidos pela Globo foram *TeleGlobo* e *Ultranotícias*, este caracterizado por exigências do patrocinador, uma empresa distribuidora de gás liquefeito.

À medida que era consolidada a constituição de um sistema de telecomunicações, a proposta de realizar um programa de informação a nível nacional era cogitada. A pretensão era um projeto à semelhança das redes norte-americanas de televisão:

Naquela altura da televisão brasileira, *O Repórter Esso* já estava ultrapassado. [...] Todas as notícias eram dadas com o apresentador. [...] Era um atraso. Insisti com o Roberto [o empresário Roberto Marinho] que deveríamos ter o nosso próprio jornal e garanti que ele seria ainda mais importante do que *O Repórter Esso*. Os nossos humildes jornais, [...] acabaram virando o prestigiadíssimo *Jornal Nacional*, alavanca na formação da Rede Globo (CLARK; PRIOLLI, 1991, p. 214).

O primeiro programa de televisão, no Brasil, a ser exibido em rede, para todo o país, o *Jornal Nacional* consolidou a abrangência nacional após a conclusão da implantação do sistema nacional de telecomunicações, em 1972, com a interligação por microondas de todas as capitais brasileiras (VIEIRA, 1985, p. 79), pela Embratel. A estratégia adotada pela Globo foi seguida por outras emissoras, que organizadas em redes lançaram telejornais com a mesma finalidade, sucessivamente. A TV Bandeirantes, em 1970, lançou o programa *Titulares da Notícia*, assim como a Tupi, em 1972, passou a exibir o telejornal *Perspectiva*.

O *Jornal Nacional* atingiu a condição do mais duradouro programa de informação da televisão brasileira, à véspera de completar, em 2009, 40 anos de exibição. A repetição do modelo é evidente, com a apresentação de telejornais com as mesmas características, no horário nobre, tanto nas emissoras de televisão comerciais quanto públicas em exibição no Brasil.

O destaque que é concedido ao *Jornal Nacional* é maior do que a importância que tem como programa de informação:

A Globo pode contabilizar o fato de ter dado vida a algo que antes virtualmente não existia – o jornalismo de TV. O *Jornal Nacional* e o telejornalismo da Globo, em geral, podem ser acusados de várias coisas – desde a superficialidade no tratamento da notícia até inclinações para este ou aquele lado do pêndulo político. O fato, porém, é que a Globo introduziu, no Brasil, uma maneira de levar as notícias pela TV que está a anos-luz de distância das adaptações do noticiário do rádio que antes dominavam o vídeo (VITÓRIA DA NOTÍCIA, 1984, p. 48-49).

A exibição do *Jornal Nacional* representou para a TV Globo a implantação de uma programação, transmitida em rede. O sucesso de público favoreceu o programa, que alcançou o posto de um com maior custo para a inserção de comerciais da televisão brasileira. Quando completou 35 anos (LIMA, 2004, p. 101), em 2004, o valor de um comercial de 30 segundos, no intervalo de telejornal, era de até R\$ 380 mil, e o faturamento mensal de R\$ 65 milhões, naquele momento superado apenas pela novela exibida depois.

A partir da estréia, o *Jornal Nacional* incorporou diversas práticas de produção, muitas delas assimiladas do jornalismo da televisão dos Estados Unidos, repetidas por telejornais das emissoras brasileiras. Uma das mais significativas é a centralização da seleção do conteúdo, feita por meio da redação, no Rio de Janeiro, através de um setor, denominado de CPN (Central de Produção de Notícia). Este setor faz o recebimento e avaliação de todas as informações, no Brasil e no mundo, que interessam para a exibição no programa.

A definição sobre o aproveitamento é feita em reuniões, a primeira delas após o encerramento da edição do *Jornal Nacional*, um encontro, 24 horas antes da exibição do programa, que serve para uma indicação do conteúdo. Uma rotina incorporada à produção do telejornal: “Durante os primeiros quinze minutos dessa reunião, faz-se a avaliação, a crítica e a autocrítica do jornal. [...] Encerrados esses primeiros quinze minutos, inicia-se o trabalho de relacionar os principais assuntos para a edição do dia seguinte” (MELLO E SOUZA, 1984, p. 208).

A informação sobre cada edição do *Jornal Nacional* é incluída em um resumo, para circulação nas emissoras e afiliadas da Rede Globo, denominado *Jornal da Pauta*. Ele serve para o conhecimento, avaliação e confirmação das pautas no dia da exibição do programa, em mais duas reuniões – uma pela manhã, a outra no início da tarde -, antes do fechamento da edição. O telejornal, progressivamente, incorporou procedimentos como a utilização de agências de notícias internacionais, exclusivas, transmissões ao vivo, a partir de

1977, além de equipamentos modernos e recursos tecnológicos, que tiveram interferência na programação visual.

Outra característica do programa incorporada na fase inicial é a utilização de reportagens de conteúdo diverso do restante do telejornal no encerramento, a última a ser exibida, antes do boa-noite dos apresentadores. Mello e Souza (1986, p. 78) aponta este procedimento como a busca de uma informação lírica, dramática ou pitoresca. Uma alternativa de fazer o encerramento do *Jornal Nacional* diferente do que era feito em *O Repórter Esso*. Neste programa, o principal assunto era exibido no encerramento. A fórmula, de exibir no fim de um telejornal um assunto classificado como divertido, destaca Squirra (1993, p. 51), é uma prática adotada nos Estados Unidos.

A história do *Jornal Nacional* é marcada por sucessivos fatos, que reforçam a primazia do telejornal. Eles estão relacionados a uma estratégia da emissora, que permitiu a implantação de correspondentes no exterior, a partir de escritórios instalados na Europa e nos Estados Unidos. Passarinho (1984), com a experiência de trabalhar no primeiro escritório da Europa, em Londres, destaca atuação do correspondente como uma personalização da informação, uma perspectiva brasileira na cobertura dos fatos internacionais:

A correspondência apresentava-se como uma alternativa à informação pasteurizada das agências de notícias. O correspondente ou enviado especial tem essa característica de personalizar a informação, enquanto as agências mandam as mesmas linhas para os diferentes países (PASSARINHO, 1984, p. 83).

A contratação de jornalistas brasileiros, que viviam fora do país, para a realização de reportagens sobre assuntos internacionais é admitida como uma consequência da censura imposta aos meios de comunicação no Brasil, da qual a TV Globo e, por extensão, o *Jornal Nacional* são acusados de não reagir à altura do prestígio.

A atuação dos jornalistas contratados para trabalhar na Globo fora do País, neste período, é descrita por Henning (1996). Apesar da conotação diferente dada à cobertura, pela valorização da exibição de assuntos internacionais, em reportagens feitas por brasileiros, ela era limitada:

Londres centraliza a cobertura jornalística da Rede Globo: Europa, África, Ásia, Oriente Médio [...]. Cansamos de fazer matérias sobre o Oriente Médio sem sair de Londres. A revolução do Irã, a queda do xá Reza Pahlevi, o retorno do aiatolá Khomeini a Teerã, tudo isso rendia matérias diárias de Londres para o *Jornal Nacional*. (HENNING, 1996, p. 105).

A estrutura da emissora é adaptada para atender a produção dos telejornais, como o *Jornal Nacional*, e são implantadas práticas que definem um padrão para a atuação do

jornalismo na televisão brasileira. Uma é a edição de um manual, utilizado para a orientação de repórteres e editores, baseado no livro *Television News* (REZENDE, 2000, p. 97), do norte-americano Irving Fraser. Outra inovação é a implantação de editorias especializadas, como ocorre nos jornais, mas ainda incomum nas redações dos telejornais, que apenas destaca a editoria de Esportes. A partir de 1985 (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 150) surgem as editorias de Brasil, Política, Economia e Internacional. Quatro anos depois, em 1989, a de Ciência e Tecnologia, de duração reduzida a um ano.

O sucesso está incorporado à história do telejornal, mas não é absoluto. A dimensão que o *Jornal Nacional* alcançou, relacionada ao papel desempenhado pela Globo, de apoio ao regime militar, da forma que é apontada em diversos estudos, não permite uma unanimidade sobre o programa. Há o registro de episódios em que atuação do telejornal é, manifestadamente, a favor de circunstâncias em que o interesse, visível ou oculto, não corresponde à atuação de um meio de comunicação.

Um dos mais citados é a participação na tentativa de impedir a eleição, em 1982, de Leonel Brizola (1922-2004) a governador do Rio de Janeiro. A adesão da Globo à orientação do regime militar, com a utilização do jornalismo, teve outra evidência, na cobertura da campanha pela realização de eleições diretas para a Presidência da República, em 1984. Lima (2006, p. 74) destaca que apenas duas semanas antes da votação da emenda, pelo Congresso Nacional, que restabelecia a eleição direta, a emissora ampliou para todo o País a cobertura, quando houve uma manifestação no Rio de Janeiro, dois meses depois do início da campanha, em janeiro de 1984, em São Paulo. O procedimento da emissora é motivo de polêmica, relacionada à postura adotada para a divulgação da campanha. Conti (1999, p. 39) demonstra que a atitude da TV Globo refletiu uma orientação do proprietário, Roberto Marinho, pressionado pelos militares:

A preocupação de Roberto Irineu Marinho [filho de Roberto Marinho, executivo da Globo] era impedir a veiculação de algum discurso que pudesse ser considerado uma provocação. Queria evitar ataques às Forças Armadas e incitações a saques e depredações. O poder de corte e edição, de decidir o que mostrar ao público, não ficou com os profissionais. Ficou com Roberto Irineu Marinho.

Outro fato é a considerada manipulação da edição do debate, realizado em outubro de 1989, entre os candidatos à Presidência da República, Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva, que disputaram o segundo turno. Na véspera da eleição, a edição exibida no *Jornal Nacional* foi considerada diferente da apresentada em outro programa de jornalismo da emissora, o *Jornal Hoje*.

A lista, ao que corresponde às interferências da TV Globo, inclui a indicação de ministros do Governo José Sarney. O ex-presidente, um político maranhense, atualmente senador pelo Amapá, pelo PMDB, é também ex-governador do Maranhão e ex-deputado federal, e sua família controla as emissoras afiliadas à Rede Globo neste estado. Lima (2006, p. 77) atribuiu a Sarney, na Presidência da República, tanto a submissão ao empresário Roberto Marinho quanto à indicação de Maílson da Nóbrega para o cargo de ministro da Fazenda, no seu Governo.

Outra indicação, com o aval do proprietário da Rede Globo, foi a do político baiano, Antônio Carlos Magalhães (1927-2007) para o cargo de ministro das Comunicações. A passagem deste pelo Ministério, no Governo de Sarney, representa o período de maior liberação de concessões, superior a todos os governos militares (MOTTER, 1994), entre 1964 e 1985. Da mesma forma que Sarney, a família de Magalhães é a controladora das emissoras baianas afiliadas à Globo.

O mais recente episódio, em que o poder do *Jornal Nacional* é vinculado a um fato político, ocorreu na última eleição presidencial, em 2006, no segundo turno, disputado pelos candidatos Luís Inácio Lula da Silva, do PT – Partido dos Trabalhadores, e Geraldo Alckmin, do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro. O programa é acusado (PEREIRA, R., 2006) de forçar a divulgação de imagens de uma quantia em dinheiro apreendida com militantes do PT, acusados de tentar a compra de documentos que seriam usados contra o partido adversário, o PSDB.

Em paralelo a esses fatos, o programa acabou atingido por um fenômeno registrado na televisão brasileira, nos anos 1990, representado pela queda de audiência. Em estudos, como o realizado por Borelli e Priolli (2000), é constatada a ocorrência de fatores diversos, em destaque a segmentação da concorrência, com o surgimento da TV paga, mas sem que fosse verificada a influência de novas tecnologias, como a Internet, uma evidência posterior à publicação da pesquisa:

Uma análise mais detida indica que, mais do que propriamente um esgotamento da fórmula assim por dizer técnica do telejornal existe uma crise ancorada fundamentalmente em dois eixos: de um lado, a crise que credibilidade, de outro, exatamente, a crise da perda de audiência (BORELLI; PRIOLLI, 2000, p. 63).

Este estudo aponta que na década de 90 do Século XX, em três períodos, entre 1991 e 1997, o *Jornal Nacional* registrou uma perda de 25% da audiência. Uma queda maior, com a consideração de um período anterior, entre os anos de 1989 e 1994, de 65 para 45%, o

que representou uma diminuição de 1,5 milhão de espectadores no mercado de São Paulo, a referência para a pesquisa, ao lado do Rio de Janeiro.

Uma das tentativas para modificar o telejornal foi em relação à apresentação. A partir da influência da implantação do modelo adotado pelas televisões norte-americanas, em que o apresentador é definido como âncora, personalizado no Brasil pelo jornalista Bóris Casoy, como será visto adiante, fez a Globo promover uma troca, em 1996, do padrão do *Jornal Nacional*. O apresentador Cid Moreira, no vídeo desde a estréia do programa, em 1969, foi substituído (SOUTO MAIOR, 2006, p. 380). O telejornal ganhou uma nova dupla na apresentação, formada por William Bonner e Lílian Witte Fibe. Esta, dois anos depois, em 1998, substituída por Fátima Bernardes. O novo apresentador, Bonner, depois ganhou a função de editor-chefe, ainda mantida.

A dimensão alcançada pelo programa, apesar de estar em um patamar mais baixo, em relação à audiência na televisão brasileira, revela a importância para a divulgação de informação. Lima (2004) ao comparar a média de espectadores do *Jornal Nacional* com a de outros programas de televisões de três países (França, Inglaterra e Itália), da Europa, e de três redes (ABC, CBS e NBC), dos Estados Unidos, constata a superioridade do programa da emissora brasileira. O *Jornal Nacional*, em 2004, tinha uma média de 31 milhões de espectadores, superior a do segundo programa, o *Journal de 20 Heures*, da TF1, emissora francesa, que era de 11 milhões de espectadores.

O *Jornal Nacional*, que usou a concorrência para adotar um padrão de apresentação diferente, serve como exemplo para as emissoras que concorrem com a Globo, como ocorreu com a Record. Marthe (2006, p. 102) destaca que *Jornal da Record* é uma adaptação, com características semelhantes ao programa concorrente:

Sua audiência [do *Jornal da Record*] passou dos 7 para 11 pontos[em 2006] média. A emissora credita o sucesso ao uso de uma estratégia que já havia aplicado a suas novelas: clonar sem pudor a principal atração da Rede Globo no campo dos noticiários, o *Jornal Nacional*.

A realidade demonstra que o *Jornal Nacional* é maior do que a pretensão inicial. O telejornal alcançou a condição de mais importante programa de informação da televisão brasileira, ainda que a sua trajetória precise ser analisada sob perspectivas diversas, que permitam compreender o contexto desta condição.

2.2.4 Hora da Notícia: o martírio de Herzog

O telejornal *Hora da Notícia*, exibido pela TV Cultura, de São Paulo, na década de 70 do século passado, não tem a sua importância como programa de informação

reconhecida. A referência que é mais significativa está sempre relacionada à morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, que era o diretor de jornalismo da emissora na época.

O telejornal, que tem a relevância pouco destacada, é reconhecido como influente em algumas práticas ainda adotadas nos programas de informação exibidos nas televisões brasileiras. O martírio de Herzog, morto sob tortura, após a apresentação para prestar depoimento em órgão do esquema de repressão do regime militar, é mais destacado do que o reconhecimento do programa.

O telejornal, criado em 1972, quando o jornalista Fernando Pacheco Jordão era o responsável pelo jornalismo da TV Cultura, refletiu a experiência vivida por ele, na Inglaterra, na companhia de Herzog, depois convidado para fazer parte da equipe. Jordão e Herzog tinham participado de um estágio na BBC, emissora pública inglesa, considerada um modelo de atuação e programação de jornalismo, em rádio e televisão (LEAL FILHO, 1997). Durante três anos, os dois trabalharam e viveram na Inglaterra, em função do estágio.

Markun (2005) apresenta uma referência à viagem de Herzog, feita depois da ida de Jordão, assim como outros jornalistas brasileiros para o exterior. No caso deles, assim como de quase todos, era uma consequência da intimidação pela presença dos nomes em listas dos órgãos de segurança do regime militar, implantado em 1964. Herzog abandonou os projetos, inclusive na área de cinema, apesar de atuar como jornalista, para partir: “Depois de entregar a produção do filme *Viramundo* para Sérgio Muniz e pedir demissão do *Estadão*, embarcou para a Inglaterra, seguindo a trilha aberta por Fernando Jordão e Nemércio Nogueira” (MARKUN, 2005, p. 33).

A viagem de Jordão e Herzog teve o beneplácito da emissora paulista. Para atender a uma exigência da BBC, a TV Cultura concedeu aos dois um documento, no qual se comprometia com as suas contratações, após a volta deles ao Brasil. O compromisso foi cumprido em parte, apenas em relação a Jordão, inicialmente (MARKUN, 2005, p. 37). A contratação de Herzog ocorreu em 1974, como editor de um telejornal, *Jornal da Cidade*, exibido no horário do almoço. Jordão, depois de trabalhar na produção de programas educativos, estreou no jornalismo da TV Cultura na direção de uma revista semanal, *Foco da Notícia*, depois transformado em um programa diário, em 1972, com o nome de *Hora da Notícia* (ANDRADE, 2002, p. 46).

A atuação do jornalismo da TV Cultura, sob a direção de Fernando Pacheco Jordão, ficou marcada por conflitos com o governo paulista, que atua como mantenedor da Fundação Padre Anchieta, à qual a emissora está vinculada. Markun (2005) descreve que a

divulgação de informações sobre um surto de meningite, proibida pela censura, causou a prisão do jornalista George Bourdokan, que descumpriu a determinação, recebida do chefe da Casa Civil do Governo de São Paulo:

Bourdokan discutiu com o secretário, explicando que a notícia tinha o objetivo de alertar os paulistanos e disse que ia dar a matéria. Pouco depois recebeu um telefonema do próprio governador Laudo Natel, que reiterou a ordem. A matéria foi ao ar, e naquela noite Bourdokan foi levado encapuzado ao Doi-Codi, onde alguém colocou um revólver em sua cabeça e apertou o gatilho. Não havia bala, mas o jornalista deixou o local apavorado (MARKUN, 2005, p. 43).

Para Andrade (2002), o período de trabalho na TV Cultura, no qual o jornalismo esteve sob a direção de Fernando Pacheco Jordão, estabeleceu uma relação entre o cinema e a televisão. Ele, um cineasta, trabalhou em uma função de jornalista, a de repórter especial, com a tarefa de produzir reportagens que tinham características de documentários. A referência está relacionada ao processo de gravação, feita com a câmera ligada, utilização do plano-sequência e entrevistas longas.

Eram pequenos documentários de 3, 4 e até de 7 minutos feitos num só dia por um profissional de cinema que procurava enfrentar as questões narrativas da CAM [câmera, citada pelo autor da forma que é relacionada em um roteiro de televisão ou cinema], do significado das palavras e das imagens no filme (ANDRADE, 2002, p. 64).

O estilo descrito por Andrade (2002) interferiu, de acordo com o autor, na implantação do setor de reportagens especiais da TV Globo, instalado em São Paulo, que atuava na realização de programas, alguns ainda atuais, como o *Domingo Gente*, *Esporte Espetacular*, *Fantástico* e, a maior de todos, o *Globo Repórter*, em exibição desde 1973, inicialmente com o acréscimo do nome do patrocinador – Shell –, uma distribuidora de petróleo. O *Globo Repórter*, no início, tinha a participação de cineastas na elaboração. Carvalho (1979-1980, p. 40) indica que as reportagens feitas para o *Hora da Notícia*, baseadas no estilo apontado, como *A Batalha dos Transportes*, *A Escola das Mil Ruas* e *A Casa de Detenção*, foram exibidas pelo país, como exemplos de “filmes de curta-metragem”.

A atuação dos jornalistas na TV Cultura era orientada por Jordão, baseada em critérios relacionados à informação. Eram referências que criaram um repertório específico, um léxico da redação da emissora (ANDRADE, 2002, p. 82-84). Elas serviam como estratégias para driblar a censura, mas ajudavam a evitar atitudes provocativas ao regime militar.

Fernando Pacheco Jordão acabou demitido, em março de 1974, e Herzog, em dezembro do mesmo ano. A volta de Herzog ocorreu pouco tempo depois, no ano seguinte,

após a posse do novo governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins. A escolha dele está marcada por uma coincidência, o fato de mais de um jornalista ter sido convidado para o mesmo cargo, como ocorreu com Zuenir Ventura (2005, p. 100):

O diretor [da TV Cultura] tinha feito o mesmo convite a nós dois. Inventei na hora que tinha outra proposta para mim (do *Jornal do Brasil*) e lhe dei os parabéns. Como além de colegas, éramos amigos, se lhe contasse a verdade, iria se criar uma situação embaraçosa.

A posse de Herzog acabou confirmada por decisão do secretário da Cultura do governo paulista, José Midlin, mas precisou de um aval dos órgãos de segurança, através do chefe do escritório do antigo SNI (Serviço Nacional de Informações, atual ABIN – Agência Brasileira de Inteligência). Markun (2005, p. 77) registra que o secretário Midlin ligou para informar a escolha de Herzog para o cargo de diretor de jornalismo da TV Cultura e ouviu que “não havia objeção”, ainda que na ficha dele houvesse referências às “veleidades comunistas na juventude”.

Herzog esteve na direção do jornalismo da Cultura por um período de um pouco mais de um mês, iniciado em três de setembro. Ele apresentou à direção da emissora uma proposta de trabalho, na qual refletiu o reconhecimento da importância da atuação de uma emissora como televisão pública, uma influência da passagem pela BBC. A base do projeto de Herzog, em estabelecer como função da TV Cultura, o interesse público, estava definida em cinco pontos:

1) Jornalismo em rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como um monólogo paternalista. [...] 2) Um telejornal de emissora do governo pode ser um bom jornal e, para isso, não é preciso ‘esquecer’ que se trata de uma emissora do Governo. [...] 3) Vale a pena partir para uma ‘jornalistização’ da programação da TV-2; mais documentários semanais ou mensais, debates misturados com reportagens, programas-pesquisa. 4) É preciso dotar o setor de Jornalismo de recursos técnicos, financeiros e profissionais, para que alimente não só um telejornal diário, mas toda uma gama de programas direta ou indiretamente necessitados de trabalhos jornalísticos. 5) Política de programação que vise objetivos prioritários, relacionados com a realidade em que vive a porção de público que se pretende atingir em determinado horário e determinado programa (JORDÃO, 1979, p. 174).

Markun (2005), que fez parte da equipe que trabalhou com Herzog e, em 2008, era o presidente da Fundação Padre Anchieta, destaca as rápidas transformações realizadas por este, na condução do jornalismo, apesar do pequeno período em que foi o diretor. Foram mudanças substantivas, que para o autor alteraram o perfil da emissora:

Sob o comando de Vlado [forma como Herzog era chamado], o jornal passou a abrir com manchetes sobre assuntos de utilidade pública. [...]

Quando a notícia envolvia decisões oficiais, o enfoque era para as conseqüências na vida das pessoas. As notícias internacionais ganharam outro fôlego e passaram a ter, em média, duas laudas, algumas chegaram a ter quatro ou cinco laudas. [...] A regra para a seleção das notícias era ter relevância. [...] Se houvesse um fato relevante na política brasileira, governo e oposição recebiam o mesmo espaço (MARKUN, 2005, p. 85-87).

A crise política do Brasil, agravada pelo conflito interno do regime militar, em relação à sucessão do presidente-general Ernesto Geisel, atingiu a TV Cultura, depois da posse de Herzog (GASPARI, 2004, p. 172). A partir de uma operação realizada pelos órgãos da repressão que atuavam em São Paulo, para prender jornalistas ligados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), Herzog foi prestar depoimento, em uma manhã de sábado, em outubro de 1975. Acabou morto, com a justificativa de suicídio – situação repetida, mais duas vezes, no mesmo local.

O martírio de Herzog é mais reconhecido que o trabalho dele como jornalista. A tentativa de implantar um modelo de jornalismo vinculado à televisão pública foi repetida pela mesma TV Cultura, a partir de 2004, idéia apresentada a partir da elaboração de um manual, e no Governo Federal, no primeiro mandato do presidente Lula, de acordo com Bucci (2008).

2.2.5 *TJ Brasil*, sucesso no estúdio

A exibição do *TJ Brasil*, telejornal apresentado pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), caracterizou, a partir de 1988, uma investida do apresentador Sílvio Santos, proprietário das emissoras, no jornalismo. A exibição do programa marcou uma estratégia desenvolvida pela rede, orientada pelo vice-presidente do SBT, Guilherme Stoliar, sobrinho do apresentador, que convenceu o tio a criar um departamento de jornalismo para reforçar a rede em busca de mais espaço no mercado brasileiro de televisão:

Ele [Stoliar] defendeu que, para crescer o SBT deveria se apoiar em três pernas que costuma sustentar uma rede de televisão: audiência, faturamento e prestígio. [...] Em 1988, quando foi criado o Departamento de Jornalismo, o SBT tinha duas pernas: uma audiência média de 10% do público total da televisão e um faturamento de 80 milhões de dólares – e nenhum prestígio (CONTI, 1999, p. 195).

A implantação do jornalismo do SBT gerou o crescimento do espaço dedicado aos programas de informação nas emissoras de televisão brasileiras. Carvalho (1992), depois de uma análise sobre a programação das redes de televisão assistidas em São Paulo, em relação a um período de cinco anos, entre 1987 e 1992, concluiu ter havido um crescimento de 35% da carga horária dos telejornais, em comparação com a de novelas.

De acordo com os dados apurados, a quantidade em relação aos telejornais exibidos pelas redes, em 1992, representava o equivalente (CARVALHO, 1992, p. 05-07) a “um dia, 3 horas e 4 minutos de programas jornalísticos diários na TV”. Carvalho, M. (1992, p. 5) considerou, no caso do SBT, que a elevação da carga horária de programas de informação era uma opção estratégica em busca da credibilidade que representava a exibição dos telejornais, a um custo mais baixo que o das novelas: “Uma hora de noticiário custa hoje [em 1992] US\$ 10 mil. [...] Caso se aventurasse em novelas, o custo dobraria. [...] A fórmula que une o custo baixo e faturamento razoável acabou por gerar diversidade”.

O surgimento do SBT refletiu uma opção política do regime militar, ao fazer a concessão para Sílvio Santos de uma segunda emissora, após a licitação de nove canais que fizeram parte das antigas Redes Tupi e Excelsior. As concessões foram disputadas por seis empresas, algumas com tradição na área de comunicação, como a Editora Abril, o Jornal do Brasil e a Bloch Editora, que publicava a revista *Manchete*:

O Governo queria garantir apoio incondicional a seus candidatos nas eleições de 1982. Sílvio Santos e Adolpho Bloch (proprietário da Bloch Editora) foram considerados sob este ponto de vista. Sua escolha pelo General Figueiredo (1918-1999) [último presidente do regime militar] foi vista como uma ‘ação entre amigos’ na base da velha política do favor (MIRA, s/d, p. 82).

Conti (1999, p. 195) acrescenta que Sílvio Santos usou dois colaboradores para ser beneficiado com a concessão. O cantor Dom, que formava com Ravel uma dupla destacada pela composição de músicas em louvor ao regime militar, e o jornalista José Renato, que era jurado de um programa do apresentador. Sílvio Santos, após ser beneficiado como concessionário incluiu no programa dele uma seção denominada *A Semana do Presidente*, na qual eram divulgadas às atividades do presidente Figueiredo.

A rede constituída por Sílvio Santos refletiu sua concepção sobre a atuação de uma televisão voltada para uma linha popular. Uma opção demonstrada no jornalismo. A alteração do paradigma ocorreu em 1988, com o desenvolvimento do projeto voltado para a obtenção do prestígio necessário, que de acordo com a estratégia do SBT incluía a exibição de um programa de informação. A diferença era em relação à forma de apresentação, uma maneira diferente da adotada pelos telejornais das outras redes de televisão.

A contratação do jornalista Bóris Casoy, em 1988, editor-chefe do jornal *Folha de S. Paulo*, representou o primeiro passo. O novo projeto (CONTI, 1999, p. 195) estava caracterizado por três pontos: a independência de atuação do jornalismo, em relação ao setor

de comercialização; nenhuma interferência da direção; e a contratação de um profissional para a edição e apresentação do telejornal do horário nobre, depois intitulado *TJ Brasil*.

Um dos pontos, o distanciamento da direção da atuação do jornalismo, foi importante para a apresentação do telejornal e a atuação de Casoy, quando o proprietário do SBT, o apresentador Sílvio Santos, decidiu ser candidato à Presidência da República, em 1989. Santos foi lançado como uma alternativa do PFL (Partido da Frente Liberal, sucessor da Arena e antecessor do atual Democrata), para participar da disputa como substituto do então vice-presidente da República, Aureliano Chaves. A candidatura acabou impedida por decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e o jornalismo do SBT atuou como um dos principais críticos: “Em determinado momento, Casoy sentiu que o telejornal [*TJ Brasil*] estava desequilibrado – mostrava mais críticas do que elogios a Sílvio Santos – e entrevistou pessoas que defendiam o apresentador” (CONTI, 1999, p. 199).

A contratação de um profissional, definido como âncora, representou o marco mais significativo do projeto, determinante para a reformulação do padrão de apresentação dos programas de informação da televisão brasileira, ainda influenciado pelo que era adotado desde a estréia de *O Repórter Esso*. Para Conti (1999, p. 196) a opção pelo novo tipo de apresentador representou uma alternativa para reduzir o custo do orçamento, estimado em US\$ 2,5 milhões. A contratação de um profissional com o perfil previsto concentrava a realização do telejornal no estúdio, sem a necessidade de formar equipes para a produção de reportagens. No caso da televisão, uma equipe precisa de, pelo menos, três profissionais para a realização de tarefas como as gravações de áudio e vídeo.

A designação do apresentador como editor-chefe estabeleceu para o telejornal uma condição de prestígio, como ocorria nos Estados Unidos e passou a ser natural no Brasil: “Os âncoras dos telejornais dos EUA não são somente os apresentadores do noticiário. São, principalmente, os editores-chefes dos programas. [...] É o editor-chefe que define a face ‘política’ do programa. O telejornal é a sua própria imagem e tem a sua marca” (SQUIRRA, 1993, p. 67).

O projeto desenvolvido pelo SBT transformou Bóris Casoy em modelo de uma nova era de apresentação no jornalismo da televisão brasileira. A apresentação de um telejornal é definida por Aguillera (1985, p. 196) em quatro modelos: 1) comunicacional, no qual os locutores e apresentadores cumprem o papel de leitores das notícias, sem nenhum protagonismo; 2) personalizado, em que prevalece o protagonismo na condução do telejornal; 3) aditivo, um estilo que representa uma síntese entre os dois modelos anteriores; 4) inovador,

por meio do qual a apresentação representa uma distinção dos anteriores, predominantes na apresentação dos programas de informação em todo o mundo.

A partir da definição de Aguilera (1985), o modelo praticado por Casoy, na condução do TJ Brasil, deve ser classificado como personalizado, à semelhança dos apresentadores dos Estados Unidos, como é reconhecido pelo próprio Bóris Casoy (1994). O apresentador considera que o modelo adotado por ele sofreu a influência do padrão norte-americano, em que a situação comum é o apresentador exercer a função de editor-chefe. Casoy (1994, p. 34) fez alterações, adequando a tarefa a uma postura própria:

O âncora americano comenta muito pouco. Às vezes, uma expressão facial pode decidir uma eleição, mas normalmente ele não comenta, e faz pouquíssimas entrevistas. Apresenta o noticiário a partir de uma seleção que ele mesmo faz. Embora esteja lendo, sabe do que está falando.

O aspecto mais destacado da forma de apresentação adotada por Bóris Casoy, a manifestação de opinião sobre os assuntos, surgiu por acaso. Depois da exibição de uma reportagem (CASOY, 1994, p. 34; SQUIRRA, 1993, p. 164) sobre o atendimento em um hospital, o apresentador fez um comentário. A frase “isto é uma vergonha”, repetida duas vezes na primeira vez que a usou, transformou-se em um bordão, ao qual recorria para manifestar indignação, inspirado na atitude de uma emissora norte-americana, depois da morte do presidente John Kennedy (1917-1963). A emissora exibiu a palavra vergonha [*shame*, em inglês], para demonstrar o inconformismo com o assassinato de Kennedy.

A primazia do âncora como apresentador na televisão brasileira está relacionada a outros dois jornalistas (O ÂNCORA CHEGA..., 1988, p. D-1). Ainda na década de 80 do século passado, Joelmir Betting, na TV Bandeirantes, e Carlos Nascimento, na Cultura, desempenharam uma função semelhante, sem que tivessem merecido o mesmo destaque.

O jornalismo na televisão brasileira, influenciado pelos diversos programas que são reconhecidos como os mais representativos, consolidou um modelo, baseado na importância dos programas de informação que são exibidos no horário nobre. Essa referência permite constatar a existência de um processo: a produção de um conteúdo, exibido para todo o país, diante da dimensão alcançada pela televisão, que muitas vezes não é compreendido.

O entendimento da representação deste conceito, do que é definido como notícia nacional, uma espécie de conteúdo específico, que faz parte de um repertório, constituído por fatos e acontecimentos, dos programas de informação exibidos nesta faixa de informação, é o que corresponde ao objetivo principal deste trabalho.

Entender o que é o jornalismo no horário nobre é uma busca sobre o que é o Brasil representado nos programas de informação da televisão brasileira, entre os que têm maior influência em relação ao público.

3 Notícia nacional: sobre a busca de um conceito

A consolidação de um modelo de informação, a partir da estréia do *Jornal Nacional*, em 1969, além de estabelecer uma referência para a programação das emissoras do país, gerou um padrão para a produção dos telejornais. Pelo modelo, a emissora que centraliza a emissão, no Rio de Janeiro e São Paulo, é a mesma que define o conteúdo, sempre em busca de uma dimensão que corresponda ao público atingido, refletido pela audiência e alcance geográfico.

Em busca de uma compreensão do que representa a informação, como conteúdo de telejornais com a abrangência que alcançam, as redações dos programas nunca conseguiram expressar, de uma forma clara, qual é a representação do tipo de notícia relacionada a eles. A tentativa de uma definição, na falta de clareza, ganhou uma conotação anedótica:

No final da década passada [90], havia duas expressões bem humoradas que a redação do JN [*Jornal Nacional*] usava para se referir a reportagens que fugiam da agenda dos jornais diários: notícias dos povos da floresta ou matérias feitas pelas afiliadas da Rede Globo sobre fatos da vida no interior do Brasil. Matérias-chinelinho ou VTs sobre gente pobre que enfrentava – e muitas vezes vencida – enormes dificuldades para sobreviver, ir à escola, trabalhar, ter acesso ao conforto básico quase sempre mais fácil para os habitantes dos grandes centros urbanos (MARONA, 2006, s/p.).

Os estudos realizados no Brasil em busca de uma definição sobre o conteúdo desses programas, particularmente em função da audiência alcançada por eles, têm apontado para a constatação de particularidades, especificamente as que são decorrentes da natureza do jornalismo na televisão. Temas como a fragmentação, a superficialidade, a espetacularização, assim como a relação com a conjuntura política, sem que tenha sido observada a referência ao processo que determina o tipo de informação que é veiculada.

A busca sobre a compreensão da produção dos programas de informação que têm essa dimensão é um tema observado por autores, mas nunca perseguido, mesmo com o reconhecimento do papel desempenhado, principalmente pelo *Jornal Nacional*: “Na maioria dos casos, único meio de informação dos brasileiros, sua ponte com o país e o mundo; uma ponte trôpega e enganadora, como qualquer análise crítica rigorosa demonstrará, mas - em função do virtual monopólio - de fundamental importância” (SILVA, 1985, p. 38).

Outra evidência foi apresentada, em torno de diversos aspectos relacionados ao conteúdo e à natureza das notícias:

E as notícias nacionais? Nem por isso elas serão apresentadas destituídas de interesses particulares, neutras, assépticas, pelos valores sociais e jornalísticos que influem na sua seleção, na sua maneira de apresentação e técnicas de diluição de valores em detrimento de outros. Mapear essas possibilidades seria o caminho mais curto para um mapa da ideologia da notícia, acrescida de certas características técnico-ideológicas da sua apresentação no vídeo (CAPPARELLI, 1982, p.123).

Em um estudo específico sobre a estrutura do *Jornal Nacional*, Rezende (1985, p. 127) considerou que a abrangência não era demonstrada pelo conteúdo, mas sim uma consideração representada pela referência ao território brasileiro “O programa foi nacional muito mais pelo raio do seu alcance do que pela referência geográfica das notícias apresentadas”.

A pretensão ao desenvolver um estudo para a compreensão do que é notícia nacional é apreender o sentido representado pelo conjunto de informações divulgadas no espaço da programação das redes de televisão, que corresponde aos telejornais, caracterizados pela emissão na faixa que é definida como a nobre. Os telejornais constroem uma realidade, por meio da qual é estabelecida uma visão que determina para o público o entendimento sobre as questões relacionadas ao cotidiano de cada um, gerada pela informação.

A definição sobre a distinção de uma notícia, em função de sua representação em relação ao espaço geográfico, nunca foi apresentada como uma tarefa simples, de acordo com Tuchman (1983, p. 39). Para a autora, “nem sempre se sabe com nitidez se um item deveria ser classificado como local ou nacional”.

Uma tentativa para estabelecer a função desempenhada pela televisão, através dos programas de informação, para a formação de uma opinião pública, através dos fatos divulgados, foi desenvolvida por Souza (1992). O estudo, realizado durante um mês, em 1992, com o acompanhamento de quatro telejornais brasileiros – *Jornal Nacional*, *Jornal da Manchete*, *TJ Brasil* e *Jornal Bandeirantes* - exibidos, respectivamente, na época, pela Rede Globo, Rede Manchete, SBT e Rede Bandeirantes -, transmitidos entre 19h e 22h, apontou quatro revelações (SOUZA, 1992, p. 17), em relações ao conteúdo dos programas, a partir da referência de que a televisão forma uma “consciência coletiva”, através da divulgação de fatos e imagens.

Entre as revelações, a primeira é sobre a existência de um padrão, em relação aos temas selecionados. A forma de cobertura, considerou Souza, (1992, p. 17), sugere a idéia de “uma agenda escolhida”:

Se uma rede dedica 28% das notícias ao Governo Federal, todas as demais seguem o mesmo padrão. Pode variar a matriz ou o tom, mas não o peso, a

freqüência. O telejornalismo brasileiro é como um *Diário Oficial* [publicação institucional, que registra os atos dos poderes públicos] publicado em quatro redes privadas. Visto um, então vistos todos.

As outras três questões levantadas pela pesquisa, desenvolvida por Souza, (1992, p.18) tratam da observação de que o conteúdo está relacionado a temas como Governo, economia, empresas, inflação e notícias internacionais. A predominância de uma tendência, não reconhecia a existência de assuntos vinculados à sociedade, como negros, índios, mulheres, organizações não governamentais e religião. Por fim, a constatação de que além de oficialistas, os programas são alheios “aos atores fundamentais do processo democrático”.

O jornalismo praticado pela televisão, verificado através do estudo, é identificado como a concepção de um projeto que não reconhece a transformação da sociedade: “A censura militar acabou, mas a consciência autoritária, oficialista, sobrevive produzindo uma TV de costas para sociedade, submissa a tudo o que é oficial, aqui e no exterior” (SOUZA, 1992, p. 18).

A referência sobre a busca foi acolhida em Portugal. Lopes (1999, p. 138) em um estudo sobre o *Telejornal*, programa de informação da Radiotelevisão Portuguesa (RTP), emissora pública portuguesa, exibido no horário nobre, faz observação parecida às investigações desenvolvidas no Brasil. A constatação é de que o conteúdo não corresponde ao alcance geográfico: “Os valores obtidos no estudo do *Telejornal*, emitido durante os meses de fevereiro, maio, agosto e dezembro de 1988 e de 1992, não permite dizer que a RTP faz, no seu principal programa de informação, uma cobertura equilibrada daquilo que acontece no país”.

Em outro estudo, a partir da mesma referência, realizado na Espanha, Aguillera (1985, p. 102) investigou a história do *Telediário*, programa de informação da televisão pública da Espanha, destacado pela mesma característica, a exibição no horário nobre da emissora. Uma observação, é que após o crescimento da estrutura da emissora, com a implantação de centros regionais e de uma rede de correspondentes, a partir da década de 50 do Século XX, pôde haver uma cobertura mais ampliada. A divulgação de informações relacionada aos outros pontos do país cresceu, diferente de antes, quando havia uma predominância de Madri, a capital espanhola.

A definição do que deveria ser a notícia incluída em programas de informação de âmbito nacional, era uma preocupação dos profissionais que estiveram envolvidos na produção do *Jornal Nacional*, desde o começo. Em um relato, em função dos 15 anos do telejornal, Mello e Souza (1984) aponta que a consideração em relação ao universo atingido, a

partir do público e a dimensão territorial, passou a ser uma questão importante, quatro anos depois da estréia.

A descrição, de Mello e Souza (1984, p. 139), indica que a referência sobre o quê, de fato, era o conteúdo de um programa, com sua abrangência e alcance, era desconhecida na redação do *Jornal Nacional*. Uma busca que fazia parte da preocupação do diretor responsável pelo programa, o jornalista Armando Nogueira, que ocupou a função até 1990:

Como se podia determinar que um fato era de interesse local, regional ou nacional? O segmento internacional não nos preocupava. [...] As nossas dúvidas – dúvidas que nasceram desde os primeiros dias – relacionavam-se com o conceito de notícia nacional. Ninguém, em sã consciência, sabia indicar, com a precisão desejável, o que seria capaz de elevar uma notícia à dimensão nacional.

As definições eram estabelecidas pela perspectiva escolhida para a divulgação dos fatos. Alguns critérios adotados estavam relacionados à lógica subjetiva da avaliação dos jornalistas, baseados nos procedimentos que servem para a seleção de assuntos, vinculados à noção de noticiabilidade. Um deles se refere à existência de um público, além da área de influência representada pela audiência do Rio de Janeiro e São Paulo. Outro implicava buscar uma referência, a partir da quantificação, como no caso de uma apreensão de drogas, citada como um exemplo da prática que era adotada para a seleção de um assunto, em uma região do país distante da redação: “Perguntamos logo: ‘Quantos quilos?’ Se há muitos quilos a matéria passa a ser nacional. Se há poucos quilos, ela permanece no estado de notícia local” (MELLO E SOUZA, 1984, p. 140).

A imprecisão construiu estereótipos no esquema de trabalho seguido pelos editores do *Jornal Nacional*:

Dava destaque aos assuntos de São Paulo, até porque era lá que havia – acho que ainda há – o maior número de receptores. Dava ênfase ao noticiário que vinha de Brasília. Supostamente, os atos do Governo deveriam ser de interesse nacional. [...] Ninguém poderia imaginar a minha alegria ao receber [...] a informação que estava mandando as imagens da lavagem do Bonfim. [...] Eram imagens bonitas, que eu punha entre falas de Ministros e aliviava o Jornal (MELLO E SOUZA, 1984, p. 143-144).

Em 2004, 35 anos após sua criação, a tentativa de definir um conceito sobre a natureza da informação veiculada pelo *Jornal Nacional* esbarrava na mesma concepção, uma visão definida pela noção utilitária que tem um fato. A demonstração é possível a partir de um exemplo, apresentado em outro relato sobre a produção do programa, na comemoração de mais um aniversário – *Jornal Nacional: a notícia faz história*. A referência é a divulgação das informações sobre meteorologia, em função da diferença de expectativa sobre o tempo, em

regiões do país: “No Nordeste, castigado pela seca, sol, queria dizer tempo ruim. A partir de então, passou-se a ter o cuidado de não empregar o adjetivo bom ou mau para se referir ao tempo, usando no lugar as expressões dia ensolarado e dia chuvoso” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 39).

O *Jornal Nacional* consolidou práticas, mesmo as estabelecidas nas redações, para a produção de telejornais, como a existência de profissional específico para a realização das reportagens. Uma denominação, que depois de aplicada na Globo, teve o uso estendido para as outras redes. Ele é chamado de repórter de rede (CURADO, 2002, p. 48), relacionado ao profissional considerado mais capaz de realizar um trabalho voltado para “uma audiência numerosa e diversificada”.

A condição de repórter de rede é um patamar buscado nas redações, pelo reconhecimento que alcança na profissão. Esteves (1990, p. 42-43) descreve a competitividade e o esforço de quem deseja alcançar o posto, no caso destacado, em relação ao *Jornal Nacional*. A disputa é pelo espaço, a valorização pelo público e dos jornalistas pela participação no programa:

Nunca parei para contabilizar, mas é comum, no caso do *Jornal Nacional*, mais de 50 repórteres saírem às ruas todos os dias atrás das notícias mais importantes. E eles sabem que, por melhor que possam ser seus desempenhos, por absoluta falta de espaço, apenas vinte por cento terão algum chance de transmiti-las aos telespectadores (BARCELLOS, 1994, p. 19).

O espaço conquistado é transformado em uma demonstração de prestígio, que tem duas faces, relacionadas às emissoras: “Quando a estação afiliada possui seu jornalismo razoavelmente organizado, a equipe tem como estímulo emplacar matérias no jornal que vai ao ar em rede” (GHIVELDER, 1994, p. 150). A outra está vinculada ao trabalho feito pela emissora: “É raro uma matéria produzida pela Central Globo de Jornalismo de São Paulo especialmente para os jornais da rede deixar de ser aproveitada”(TEMER, 2002, p. 143).

Os procedimentos para a realização dos programas, relatados por Bresser (1995), demonstram que a semelhança alcança o processo de seleção das notícias, com a preocupação de manter estendida a rede, como define Tuchman (1983), em relação à estrutura utilizada pelos meios de comunicação para a busca de informação. A partir de uma observação do funcionamento da redação de cinco telejornais, exibidos no horário nobre por cinco redes - Bandeirantes, CNT, Globo, Record e SBT -, uma delas regional, sediada em Curitiba - a CNT - houve a constatação de que a produção dos programas é iniciada mais de 24 horas antes da exibição. A elaboração segue a mesma rotina, independentemente da rede: “A receita não

muda de canal para canal. Os formatos podem variar, mas a sensação de que nada está pronto antes de o jornal começar é a mesma. É um quebra-cabeça com as peças escondidas” (BRESSER, 1995, p. 20).

A orientação é para busca de contato, com as diversas emissoras integradas a uma rede. A finalidade é dispor de um levantamento sobre os acontecimentos ocorridos nas diversas regiões do país e mesmo no mundo. A previsão apurada é uma orientação para a pauta dos programas, a partir de um modelo semelhante, adotada pelas emissoras norte-americanas:

No sistema de jornal de rede americano, é realizada uma conferência telefônica da rede com os seus afiliados, em que todos trocam informações. A grande vantagem é que, com isso, as matérias podem ir se completando. Se a notícia for de um descarrilamento de trem na Filadélfia, com conseqüências desastrosas, a partir da conferência telefônica, as afiliadas de Los Angeles, Seattle e Chicago, por exemplo, podem mandar algo sobre o último descarrilamento de trem ocorrido em suas regiões, enriquecendo a matéria (GHIVELDER, 1994, p. 151).

O funcionamento da estrutura depende da utilização do sistema de telecomunicações para a transmissão das reportagens, feita de uma emissora que é diferente da responsável pela exibição do programa e centralização do recebimento da produção referente a determinado programa. Uma alternativa, com o desenvolvimento da rede mundial de computadores, é a utilização da Internet, através da transmissão por banda larga.

Trata-se de um processo desenvolvido pelas emissoras, internamente, para a realização dos programas de informação. Os horários são pré-determinados, através de trechos designados como rotas (GHIVELDER, 1994, p. 151). O cumprimento dos horários é a forma de respeitar o prazo de fechamento de cada edição – o *deadline*. É uma rotina repetida a cada dia de exibição de um telejornal, independentemente do horário.

O modelo de telejornal produzido para a veiculação de informação sobre todo o país, na véspera de completar 40 anos, em 2009, é um assunto que ainda motiva controvérsia sobre o padrão estabelecido. Para Ghivelder (1994, p. 153), a dimensão alcançada implica a elaboração de uma pauta que estabeleça a correspondência com esta circunstância: “A principal importância na elaboração de uma pauta nacional, um telejornal de rede, é quanto ao interesse que ele possa suscitar em todo o país”.

Uma dificuldade, apontada por Ghivelder (1994), é a estrutura, limitada ao padrão norte-americano de 30 minutos de duração. O modelo é citado por Squirra (1993, p. 50), ao descrever os programas de informação exibidos em rede pelas televisões norte-americanas, e demonstra a predominância de um tempo pré-determinado, em relação ao conteúdo e à

duração. “Os telejornais norte-americanos estão enquadrados em formato de meia hora de duração, com 22 ½ ou 23 minutos líquidos de notícias”.

Há outro aspecto, que Ghivelder (1994, p. 155) destaca, para a definição do que é uma cobertura nacional: a valorização do telejornal local, da forma como ocorre nos Estados Unidos. A situação é diferente do Brasil, onde o privilégio é concedido aos programas de informação das redes de televisão:

Não se consegue cobrir um país do tamanho do Brasil, com a complexidade de problemas que este país contém, em apenas meia hora. Se nos Estados Unidos isso acontece, é porque o jornal de rede lá é um complemento do jornal local, que em muitas estações, tem de uma a duas horas de duração.

A situação apontada é praticada em São Paulo, seja a cidade ou estado, reconhecidos como importantes, em relação à televisão brasileira. A cobertura local é de tamanho destaque, que os acontecimentos ganham reconhecimento nacional. Uma regra, aplicada pelos telejornais de rede, é que um fato ocorrido no estado, mesmo que em uma cidade do interior paulista (BISTANE; BACELLAR, 2006, p. 43) “reflete a realidade brasileira”.

Temer (2002) constatou uma demonstração desta importância, ao observar que a cobertura de um episódio, relacionado a uma invasão de uma reserva indígena, no Pará, ganhou destaque no *Jornal Nacional*, depois do envolvimento de turistas paulistas. A referência à origem dos envolvidos valorizou a informação, da forma que fazem as emissoras norte-americanas, afiliadas das redes, quando participam das coberturas dos principais assuntos do país, voltadas para o interesse das suas comunidades.

A questão do que é uma notícia nacional está sempre em torno de uma mesma referência, a representação dela para a audiência. Ainda está baseada na concepção dos jornalistas que atuavam na realização dos programas de informação, no nascimento desse modelo:

Quando se diz que determinado assunto ‘é local, não vale rede’ não significa que essa notícia seja menos importante que as outras. Quer dizer apenas que a notícia tem importância somente para o público local. [...] Para um jornal de rede, transmitido para todo o país, o raciocínio é diferente. Se o problema é localizado, não trará transtornos, não despertará o interesse dos moradores de outras cidades (BISTANE; BACELLAR, 2006, p. 43).

A compreensão do que é o Brasil nos telejornais das redes de televisão, em especial nos programas exibidos no horário nobre, depende de um entendimento da representação desta dimensão.

3.1 Análise: a função da metodologia

Para Barros e Junqueira (2005, p. 45) a etapa de definição da opção metodológica representa um grande desafio. A escolha representa a indicação do que é considerada a “ferramenta de trabalho” adequada: “a tarefa mais importante é identificar o método a ser empregado ou as técnicas para coleta e análise do material de pesquisa e ter consciência de sua validade e limitações”.

A realização de uma análise em torno de um objeto de estudo relacionado à televisão está vinculada, para os autores Casetti e Di Chio (1999), à compreensão sobre este meio de comunicação. A televisão, observam os autores, tem características que determinam a sua função e funcionamento. São aspectos em relação à condição como meio de comunicação, de ser um dispositivo tecnológico, produtor de informação e espetáculo, inserido em uma realidade econômica e industrial, além de ter influência e poder sobre a vida cotidiana dos seus espectadores.

Por outro lado, quanto ao funcionamento, a televisão é definida em relação à programação, entre generalista e temática, de acordo com a forma de transmissão e pela atuação no campo econômico, entre comercial e pública. Para Casetti e Di Chio (1999, p. 14) as características da televisão têm influência na análise, porque é “complexa e elusiva”.

A análise, diante das distinções determinadas pela variação das características impõe a compreensão de um quadro, ao qual estão relacionados os diversos elementos, procedimentos e orientações. Seu conjunto corresponde, na definição de Casetti e Di Chio (1999), a uma espécie de mapa, através do qual estão constituídas as regiões de estudos, para as quais convergem a análise da televisão, em torno de objetos, instrumentos, orientações, disciplinas e metodologias de investigação.

A idéia proposta pelos autores é que a determinação do objeto está relacionada à divisão que estabeleceram para os estudos sobre a televisão. São três os elementos relacionados por Casetti e Di Chio (1999), classificados como núcleos temáticos e apresentados como referentes à produção, oferta televisiva e consumo.

O primeiro núcleo, definido (CASSETTI; CHIO, 1999, p. 20) como produção está relacionado ao que é mostrado pela televisão, em torno dos aspectos tecnológicos, econômico-empresariais, culturais e sociais e político-institucionais. O segundo, compreendido como oferta televisiva, trata dos programas que são exibidos pela televisão, com estudos sobre o conteúdo de cada um deles, estrutura e funcionamento, assim como a

análise da programação e do mercado, em relação ao que é exibido. O terceiro núcleo, denominado de consumo, trata das questões sobre a audiência, a influência da televisão e a opção manifestada pelos programas.

O modelo está representado abaixo (Tabela 2), da forma proposta pelos autores:

TABELA 2 - Objetos de Estudos

Produção	Aspectos tecnológicos; Aspectos econômico-empresariais; Aspectos culturais e sociais; Aspectos político-institucionais.
Oferta	Programas, Programação e Mercado.
Consumo	Índices de audiência; Consumo; Modos de ver; Processos de compreensão e valorização; Efeitos; e Influência dos Meios.

Fonte: CASSETTI; CHIO, 1999. p. 22.

Outra observação apresentada pelos autores é sobre a influência exercida por diversas disciplinas para a realização das análises, o que determina a escolha de um ponto de vista. A essa consideração, está relacionado o tipo de instrumento adotado para o desenvolvimento da identificação. Casetti e Di Chio (1999, p. 24-26) apresentam seis ações, vinculadas à forma de promover a análise, definidas como registrar, observar, interrogar, inventariar, resumir e relacionar. A cada uma está relacionado um instrumento específico, utilizado de acordo com a finalidade da pesquisa e a orientação adotada.

A orientação está relacionada em torno dos pressupostos, direção e prioridades que condicionam uma investigação (CASSETTI; CHIO, 1999, p. 28). Os autores apontam cinco orientações para os estudos sobre televisão, que são determinadas pelas características que são destacadas, em relação ao meio de comunicação, ao texto, ao espectador, ao contexto e à recepção. A opção implica escolhas práticas, definidas pelo que representam em torno da observação e direção pretendida para o estudo. Para os autores, o conjunto das diversas referências, sobre objetos de estudos, instrumentos e orientações permite a constituição de um mapa.

O mapa delineado por Casetti e Di Chio (1999, p. 34) corresponde ao que é apresentado como “onze grandes regiões”, para as quais convergem as referências propostas, a partir da identificação que estabeleceram, em torno do definido como “vias de acesso e

principais artérias”. As áreas que formam o mapa proposto foram relacionadas pelos autores da forma a seguir:

1. Medição de audiência;
2. Estudo de atitudes;
3. Medição da apreciação;
4. Estudos das motivações;
5. Registro das reações imediatas;
6. Análise multivariada;
7. Investigações sobre o estilo de vida;
8. Etnografias do consumo;
9. Análise de conteúdo;
10. Análise dos textos televisivos;
11. Estudos culturais.

A partir do que consideram Casetti e Di Chio (1999), em torno da investigação proposta, este estudo está enquadrado como uma análise pertencente ao núcleo temático classificado como oferta televisiva, que inclui a análise de programas. A hipótese principal é que eles não produzem uma representação do país compatível com a sua dimensão e diversidade.

De acordo com que é observado pelos autores, baliza para uma definição do método, o objetivo é a realização de um inventário sobre os telejornais que correspondem ao *corpus* da pesquisa, a partir do conjunto dos instrumentos que Casetti e Di Chio (1999) propõem. Por fim, utilizando a idéia de mapa proposta, a área da investigação escolhida é a da análise de conteúdo.

A definição da análise de conteúdo como metodologia leva em conta a importância deste modelo nas investigações de produtos de comunicação, atentando para os desenvolvimentos e desdobramentos dessa técnica. Desde a sua primeira utilização como método, no século XVIII, para a investigação, na Suíça, de uma coleção de 90 hinos religiosos anônimos, denominados *Os cantos de São*.

A utilização da análise de conteúdo como método de investigação é relacionada (KIENTZ, 1973) a diversos campos, como ciências políticas, psicologia, literatura, sociologia e comunicação. Fonseca Júnior (2005) vincula o início de seu uso no campo da comunicação nas pesquisas sobre o jornalismo sensacionalista, praticado nos Estados Unidos, nas últimas décadas do século XIX. Herscovitz (2007) a aponta como uma alternativa para estudos sobre

a mídia, precisamente no jornalismo, diante da importância de registros impressos ou gravados.

A predominância dos estudos quantitativos estabeleceu uma tendência, em relação à análise de conteúdo. A Segunda Guerra Mundial é considerado o momento de grande impulso:

Nessa época, 25% das pesquisas com esse método estiveram a serviço do Governo Americano, seja dedicando-se a desmascarar periódicos e agências de notícias suspeitos de propaganda subversiva, seja monitorando as transmissões radiofônicas internas dos nazistas e seus aliados (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 283).

A mudança de tendência ocorre em um período posterior, na década de 50, relata Fonseca Júnior (*apud* Bardin, 2005, p. 283)⁸. A modificação de paradigma é determinada pelo apresentado como superação do aspecto descritivo da análise de conteúdo em busca de uma outra perspectiva, a inferência.

A nova tendência, a inferência, é definida como uma operação lógica, que está destinada à extração dos conhecimentos dos aspectos externos da mensagem. Os diversos autores que a citam, relacionam-na sempre à idéia do trabalho de um arqueólogo ou detetive, que busca vestígios em comparação com o analista, à procura de índices para a definição de conhecimento sobre o emissor ou o receptor.

Para Fonseca Júnior (2005), a valorização de uma nova tendência afastou uma referência crítica à análise de conteúdo, predominante na década de 70 do século passado, adotada pelos pesquisadores de orientação marxista, em função da influência positivista. Um aspecto, entre as características do método, a quantificação, serve como identificação da importância desta visão sobre as pesquisas: “A análise de conteúdo que chega até nós, na década de 70, trazia a marca dos postulados positivistas, para os quais o rigor científico invocado é o da medida, objetividade, neutralidade e quantificação” (FRANCO, 2007, p. 09).

O momento atual é considerado de oscilação, entre as duas tendências, aponta Fonseca Júnior (2005, p. 285). O autor identifica a utilização da análise de conteúdo como método, que varia entre os dois pólos, ainda que reconheça que “a empatia pelos números ainda não desapareceu”. Para muitos autores, relacionados por Fonseca Júnior (2005), a análise de conteúdo corresponde a um método de pesquisa que busca, basicamente, a caracterização da mensagem.

A idéia de Casetti e Di Chio (1999, p. 235) é que a análise de conteúdo

⁸ BARDIN, Laurance. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1988, p. 21-22 *apud* FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. *Análise de Conteúdo*. IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.), 2005, p. 285.

corresponde a um conjunto de técnicas de investigação empíricas, que estuda os conteúdos recorrentes de uma amostra de texto, no caso da televisão. A noção de um conjunto de técnicas está relacionada ao respeito a requisitos de sistematicidade e confiabilidade, apontados por Lozano (*apud* Fonseca Júnior, 2005, p. 286)⁹. O autor, a partir dos requisitos citados, propõe a aplicação do método em torno de uma seqüência demarcada por três fases. A primeira, denominada de pré-análise. A segunda, chamada de exploração do material. E a terceira, de tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.

Em torno da proposta de pesquisa, apresentada neste trabalho, o problema do qual trata e a hipótese investigada são condições vistas. A necessidade para o cumprimento do roteiro é a apresentação do *corpus* a ser analisado, como parte inicial de um processo para a busca da representação do Brasil, através do conteúdo dos telejornais exibidos na faixa denominada como nobre das emissoras brasileiras.

3.1.1 O *corpus* da pesquisa

O *corpus* da pesquisa, de acordo com a forma apresentada, corresponde ao conteúdo de 60 edições dos programas de informação exibidos por cinco redes da televisão brasileira – Pública, SBT, Record, Bandeirantes e Globo. Os telejornais que fazem parte da análise têm como condição essencial, que estabelece a relação entre eles, o fato de serem exibidos por sinal aberto, captados em Salvador, e na faixa da programação que é considerada nobre.

Os cinco programas selecionados (Tabela 3) fazem parte de um universo (Tabela 4) relacionado as oito redes de televisão, duas delas regionais – CNT e Gazeta (MÍDIA DADOS, 2007, p. 164) -, com base nos telejornais exibidos para todo o país.

São 20 programas¹⁰, entre os que podem ser classificados como nacionais, porque são veiculados para todo o território nacional, exibidos a partir de 6h25min, de segunda a domingo, no período da gravação.

9 LOZANO, José Carlos. **Hacia la consideración**. Del análisis de contenido em la investigación de los mensajes comunicacionales. IN: RUIZ, Enrique; BARBA, Cecília Cervantes (Orgs.), 1994, p. 141-142 *apud* FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da, 2005, p. 286.

10 O levantamento é baseado no jornal *Folha de S. Paulo*, edições de 25 de abril e 03 de maio de 2007, página E-4.

TABELA 3 - *Corpus da Pesquisa*

Rede	Emissora	Telejornal	Horário
Pública	Educativa (canal 2)	<i>Jornal da Cultura</i>	22h
SBT	Aratu (canal 4)	<i>SBT Brasil</i>	21h30m
Record	Itapoan (canal 5)	<i>Jornal da Record</i>	20h30m
Bandeirantes	Bandeirantes (canal 7)	<i>Jornal da Band</i>	19h20m
Globo	Bahia (canal 11)	<i>Jornal Nacional</i>	20h15m

Fonte: Pesquisa própria.

A identificação dos programas ocorre através da classificação elaborada por Bittencourt (1993, p. 71), que relaciona os telejornais a quatro tipos, de acordo com o horário de exibição, estabelecido de acordo com o turno, com base na grade de programação das emissoras, de acordo com as edições de 25 de abril e 3 de maio de 2007, do jornal *Folha de S. Paulo*, página E-4.

TABELA 4 - *Telejornais Nacionais*

REDE	Telejornais(Nacionais)			
	matutino	vespertino	noturno(1)	noturno(2)
Pública	1	1	1	1
SBT	1	-	1	1
Globo	2	3	1	1
Record	1	-	1	1
Rede TV!	-	-	1	-
Bandeirantes	-	-	1	1
Total	5	4	6	5

Fonte: Pesquisa própria.

O procedimento, em relação à definição do período, é o adotado por Rezende (2000) para a realização de um estudo sobre o padrão editorial de três telejornais, exibidos por emissoras brasileiras, com a amostragem de uma semana.

As gravações serviram de base para a realização da pesquisa. Elas permitiram analisar a representação feita do Brasil, através dos programas selecionados (*Jornal da Cultura*, *SBT Brasil*, *Jornal da Record*, *Jornal da Band* e *Jornal Nacional*), com a identificação dos aspectos referentes à origem e à forma utilizada para a veiculação das notícias, as que representam o conteúdo dos programas de informação.

A definição da origem é a busca principal, a partir da hipótese de que a escolha e a seleção das notícias estão condicionadas por um processo, desenvolvido nas redações dos telejornais, que privilegia a procedência da informação, com a valorização de algumas regiões em detrimento de outras. Um destaque que evidencia a influência de critérios extra jornalísticos como a importância política e da economia, além da social. A esta busca estão relacionados elementos como o tema, a partir de uma referência geral a uma editoria, da forma que são classificados os assuntos, e o tempo concedido.

Outro aspecto analisado está relacionado à forma adotado para a divulgação da notícia, da maneira definida por autores como Vizeu (2000), Rezende (2000) e Temer (2002). É um recurso utilizado pelos jornalistas, na qual interfere o valor estabelecido para uma informação, descrito (SQUIRRA, 1993, p. 51) como uma redução das “notícias estrangeiras ou nacionais que não puderam ser gravadas ou não foram consideradas suficientemente importantes” para a veiculação com uma dimensão maior em relação ao tempo e o destaque. Um recurso que produz a aparência de uma diversidade maior no conteúdo do programa, em relação às regiões divulgadas.

Entre os programas citados como objeto desta análise, o recurso é usado no *Jornal da Cultura*, *SBT Brasil* e *Jornal da Band*. O resumo, chamado de lapada nas redações, permite a divulgação das informações consideradas de menor importância, mas que devem ser veiculadas.

As variáveis analisadas incluem a distinção da narração, entre o apresentador e o repórter, em função da importância que é concedida a uma informação. Um padrão nas redações é que a participação de um repórter em um telejornal exibido no horário nobre está relacionada às condições que determinam um perfil adequado para a realização de reportagens para este tipo de programa, em função da importância atribuída a este modelo.

A referência para a realização da análise são dois aspectos dos programas de informação na televisão: a estrutura dos telejornais e os elementos relacionados à divulgação da informação. Os programas têm características próprias, da mesma forma que ocorre em outros meios de comunicação. No caso dos telejornais, elas são determinadas para permitir ao espectador um entendimento sobre a informação, assim como a manutenção do interesse, durante a exibição:

O público está sendo convidado a entender de assuntos complexos que exercem influência direta em suas vidas. Não há possibilidade alguma de que ele compreenda sequer uma pequena percentagem desses assuntos, a não ser que sejam apresentadas com clareza e sem ambigüidade (YORKE, 2006, p. 192).

A estrutura tem esta função, determinada pelo espaço concedido na grade de programação. Um tempo diferente do que é representado, porque está relacionado, diretamente, ao que corresponde à exibição do conteúdo, identificado como tempo de produção (VIZEU, 2000, p. 102), que corresponde ao *time-slot*, adotado pelos ingleses.

A realização de um programa de informação começa com a elaboração do espelho, *running order*, visto como um dos aspectos vinculados à noticiabilidade. O espelho permite o estabelecimento de uma ordem para a exibição do telejornal, a partir de uma seqüência de exibição dos assuntos relacionados. O início é com a escalada, um resumo do programa (HERNANDES, 2006, p. 124). Para Yorke (2006, p. 239) a escalada serve para se “dizer a que veio”, em relação ao interesse que o conteúdo de um programa pode representar para a audiência.

A estrutura dos telejornais apresenta uma subdivisão, na qual é feita a distribuição dos assuntos, de acordo com a forma adotada para a exibição, com base no espelho. A esta subdivisão é dada a denominação de bloco, feita em função do número de intervalos comerciais estabelecidos para o programa. Os blocos são demarcados pela exibição, sempre no fim, exceto no último, da passagem de bloco.

As passagens de bloco são definidas por Rezende (2000, p. 147-148) como pequenas manchetes. Elas estão vinculadas ao conteúdo do bloco seguinte e podem ser exibidas ao vivo ou gravada, narradas pelo apresentador, com o uso ou não de imagem, identificadas por expressões como “a seguir”, “daqui a pouco”, “dentro de instantes”, entre outras com o mesmo sentido. No último bloco, o elemento que marca o fim do telejornal, é o encerramento, usado de duas formas, de acordo com a preferência. Como uma despedida ou um resumo dos assuntos apresentados (YORKE, 2006, p. 241).

A divulgação da informação pode ser feita de duas formas, em relação à narração e à utilização de imagens. De acordo com a forma, existem três possibilidades, de acordo com Bittencourt (1993, p. 83), em relação aos aspectos principais – narração e o uso das imagens, que podem ser substituídas por ilustrações.

A primeira das formas de divulgação da notícia é identificada por Bittencourt (1993) como nota, um texto lido pelo apresentador sem a utilização de imagens ou ilustração. A segunda, lida pelo apresentador e com o uso de imagens ou ilustração, é denominada de nota coberta. A terceira forma é a reportagem, chamada de VT nas redações, que tem a participação do repórter.

A forma que tem a participação do repórter é a mais destacada e a que melhor define a influência da tecnologia na transformação do jornalismo na televisão, vista

anteriormente. A valorização da participação do repórter é a chamada passagem, incluída no meio da reportagem, e que tem características que favorecem a narrativa (YORKE, 2006, p. 135). Uma reportagem tem a estrutura básica formada pelo texto, identificado como *off*, a presença do repórter no vídeo e a entrevista, tratada como sonora. A presença do repórter pode ocorrer de duas formas, além da definida como passagem. Ela pode ser no início da reportagem, que é chamada de abertura, ou no fim, definida como encerramento. No Brasil, a abertura é considerada em desuso, uma influência da Rede Globo:

A abertura foi abolida pelo então diretor da Rede Globo, José Bonifácio Sobrinho, o Boni [...]. O repórter abriu o VT dividindo a tela com a mãe [...] que segurava o bebê. Boni percebeu que a imagem desprezava a presença do repórter, que ele estava ocupando desnecessariamente aquele espaço (BISTANE; BACELLAR, 2005, p.24).

A informação é complementada por outros elementos, relacionados por Hernandes (2006, p. 125). Eles correspondem às colunas e seções, como indicadores econômicos, previsão do tempo e a participação de comentaristas.

A caracterização da estrutura de um programa de informação e dos elementos para a divulgação da notícia servirá para, a partir da amostra selecionada, realizarmos uma análise dos telejornais exibidos no horário nobre da televisão brasileira. A finalidade é criar uma tipologia das notícias incluídas nestes programas. A análise permitirá uma reflexão sobre o processo de elaboração dos telejornais e a imagem da nação Brasil que emerge da operacionalização do conceito de notícia nacional.

3.2 Análise: a apresentação dos resultados

A partir da amostragem constituída para a realização da análise, em função do conteúdo dos programas de informação selecionados, buscaremos a compreensão da representação que é estabelecida sobre o Brasil. De acordo com o proposto, a referência principal é a relação com a origem, o local onde o fato transcorreu. Esta definição está relacionada à compreensão de autores, como Rezende (1985), que estabeleceu a existência de uma abrangência nacional em função do alcance geográfico, em um estudo sobre o *Jornal Nacional*.

De outra forma, Lopes (1999, p. 166), ao realizar uma análise do *Telejornal*, programa com características semelhantes aos analisados aqui, exibido pela televisão pública portuguesa, constatou a predominância de um conteúdo restrito à cidade de Lisboa, a capital de Portugal: “As (baixas) percentagens reunidas pelos acontecimentos nacionais que

ocorreram fora da capital demonstram que o principal noticiário da televisão de serviço público, apesar de ser para todos os portugueses, era concebido por um grupo circunscrito à capital do país”.

O ponto de partida para a realização da análise é a caracterização dos assuntos, da forma proposta por Lopes (1999, p. 102). A finalidade é permitir uma compreensão do princípio adotado para a condução deste trabalho. A partir dos dados apurados, em relação ao conteúdo da amostra – 60 edições, de cinco telejornais exibidos pelas emissoras de cinco redes de televisão, assistidas em Salvador, transmitidas por sinal aberto -, os assuntos foram separados em 11 temas, entre os quais prevalece a prática adotada nas redações de identificação por editoria (MEDINA, 1978, p. 31).

A particularidade de alguns impôs a escolha de uma referência específica. A análise será complementada com a utilização da referência à noticiabilidade, baseada na compreensão adotada por Silva (2005).

A partir da divisão, a categorização por assuntos foi estabelecida da seguinte forma: Governo, Política, Economia, Educação, Nacional, Exterior, Cultura, Sociedade, Ciência, Esporte e Outros, no qual foram incluídos temas específicos, que tratam de informações sobre as emissoras de televisão. São os assuntos relacionados aos programas exibidos pelas emissoras, uma estratégia de divulgação da programação (SOUZA, 2004, p. 57). O espaço dos telejornais é utilizado como um benefício decorrente da audiência dos programas de informação.

Os telejornais incluídos como amostras da análise fazem parte da programação das emissoras de televisão, de cinco redes, com destaque para o *Jornal Nacional*, em exibição desde 1969, e reconhecido como modelo de uma tendência caracterizada pelo conteúdo e o horário de exibição. Os programas, para um melhor entendimento, são descritos a seguir, com informações sobre o histórico, estrutura e exibição.

Jornal da Cultura: exibido pela TV Cultura. Estreou em 1988 (REZENDE, 2000, p. 179), apresentado por Carlos Nascimento. A exibição é de segunda a sábado, a partir das 22 horas, com 30 minutos de duração. No período analisado, o programa era estruturado em cinco blocos, fora a escalada. Nas edições exibidas aos sábados, são apenas quatro blocos.

Desde 2008, o programa não era mais exibido em Salvador, depois da implantação da TV Brasil, pelo Governo Federal. O *Jornal da Cultura* alcançou abrangência nacional a partir da estréia, com a exibição através da Rede Pública, integrada pelas emissoras definidas como públicas, educativas e culturais (PORCELLO, 2002, p. 40). A rede funcionava

baseada na geração de programação, feita pela Cultura e a TVE Brasil, do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Roquete Pinto, extinta em 2007 para o surgimento da TV Brasil.

O *Jornal da Cultura* estreou em outubro de 2007 um novo formato, caracterizado pela retirada da bancada, local do cenário utilizado pelos apresentadores para a condução do programa e a valorização da participação dos comentaristas. Uma estrutura diferente, do período analisado, em relação aos apresentadores e o cenário, quando o programa tinha apenas uma apresentadora.

SBT Brasil: o telejornal do horário nobre do SBT está em exibição desde agosto de 2005, a partir da renovada proposta da rede de tornar a investir no jornalismo. No período de três anos, o programa está em uma quarta fase, marcado por transformações, uma característica do SBT.

A primeira mudança ocorreu em dezembro de 2006. O atual apresentador, Carlos Nascimento assumiu o posto, com o cargo de editor-chefe, e tem participado de todas as mudanças realizadas. As duas transformações que antecederam a fase atual foram marcadas pela divisão da apresentação, com a participação de uma mulher nas duas fases. A primeira apresentadora ficou por três meses no programa, até março de 2007; a segunda por cinco meses, até outubro de 2007.

O período que corresponde ao analisado é desta fase, destacado pela participação do público, através de uma seção, denominada *Pergunta do Dia*. Pelo telefone, espectadores de todo o país, selecionados pela emissora, manifestavam a opinião sobre o tema escolhido, ao vivo. Através de um endereço eletrônico, divulgado no programa, os espectadores indicavam os seus nomes para, durante a exibição do telejornal, receber uma ligação e opinar sobre um assunto indicado pelo apresentador. A mesma pergunta era feita durante todo o programa e, ao final, uma contabilidade em relação às respostas, dez no máximo, para determinar uma predominância da opinião do público.

A estimativa era de que participavam 1.500 entrevistados nas edições do *SBT Brasil*. A estrutura do programa era complementada pela participação de comentaristas, ausentes da fase atual.

O novo formato, com a participação de um apresentador, começou em outubro de 2007. O *SBT Brasil* é transmitido de São Paulo, de segunda a sábado, às 21h30min, com 30 minutos de duração. O telejornal era exibido em quatro blocos, fora a escalada. Sessenta profissionais participam, diretamente, da realização do programa de cinco cidades brasileiras e nove do exterior.

Jornal da Record: o programa é apresentado desde 1972. A aquisição da Record pelo bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal, é apontada como um fator determinante da valorização do jornalismo da rede. A marca é a contratação do jornalista Bóris Casoy, em 1997, para o cargo de editor-chefe e a função de apresentador.

Bóris Casoy apresentou o *Jornal da Record* até dezembro de 2005. A saída dele representou a adoção de um novo modelo, com a utilização de uma dupla para a apresentação do telejornal – Celso Freitas e Adriana Araújo. A amostra utilizada na análise corresponde ao padrão de exibição, em 2008.

O *Jornal da Record* é apresentado de segunda a sábado, às 20h30min, com 55 minutos de duração. Participam da realização do programa 135 profissionais, em 16 cidades brasileiras e quatro países. No período analisado, o programa alternou a estrutura em três, quatro e cinco blocos, fora a escalada.

Jornal da Band: O programa é apresentado pela TV Bandeirantes desde a fundação da emissora, em 1967, com o nome de *Jornal Bandeirantes*. A abrangência nacional foi alcançada nos anos de 1980. A denominação *Jornal da Band* foi usada a partir de março de 1977, quando passou a ser apresentado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, substituído em 1999.

A formação atual, com Ricardo Boechat como o principal apresentador, corresponde ao período da gravação da amostra utilizada na análise. O *Jornal da Band* é apresentado de segunda a sábado, às 19h20min, com 55 minutos de duração. O programa, no período analisado estava estruturado em seis blocos, exceto a escalada. Participam da realização do programa 67 profissionais, em cinco cidades brasileiras e três países.

Jornal Nacional: o programa é exibido pela Rede Globo desde 2000, a partir das 20h15min, com 45 minutos de duração. O padrão de apresentação do programa é o mesmo do período de gravação da amostra, com uma variação da estrutura entre quatro e cinco blocos, além da escalada. O *Jornal Nacional* é realizado por 77 profissionais, diretamente, em cinco cidades brasileiras e 11 do exterior, além da participação das emissoras afiliadas no Brasil.

Os dados que correspondem à amostra foram, inicialmente, reunidos em tabelas individuais, uma para cada programa, no formato Word, incluídas como anexo em um arquivo em CD-ROM. A etapa seguinte, para a efetiva análise, foi a transformação em duas planilhas, com a utilização do programa Excel, colocadas no mesmo CD-ROM para facilitar a visualização, o que permitiu a reunião de todas as informações em único formato.

A realização da análise está baseada em quatro variáveis, em função do objetivo desta pesquisa. A origem da notícia, em relação ao Brasil e ao Mundo; a distribuição de

assuntos, com a consideração entre a procedência; a forma utilizada para a divulgação; a forma adotada, com a relação com a narração; a relação entre o tempo e origem; além do tempo de produção dos telejornais.

3.2.1 A notícia em relação à origem

As redes de televisão alcançam quase 100% do território nacional, abrangência relacionada neste trabalho no capítulo anterior. A observação dos dados demonstra fatos que são evidentes, em relação ao que é divulgado, com a consideração feita a partir da origem dos assuntos, no Brasil e no mundo.

Em função da amostra, considerando os dados relacionados à composição do Brasil, entre os 26 Estados e o Distrito Federal, três constatações podem ser feitas (gráficos 1 a 5). Elas permitem uma configuração do país em torno de uma divisão, que é demarcada pelo reconhecimento feito de cada uma em relação à cobertura dos acontecimentos.

A primeira, que pode ser observada, é a pouca representação de regiões, como a Norte e a Nordeste, e determinados estados brasileiros, durante o período analisado. Em relação a esta primeira circunstância, 14 estados, relacionados a seguir, tiveram uma participação no limite de oito unidades-notícia no conjunto da amostra, como ocorreu com Goiás, até a falta de qualquer registro, no caso de quatro (Amapá, Paraíba, Roraima e Rondônia) e outros quatro (Acre, Piauí, Sergipe e Tocantins), que tiveram uma. As outras participações, na faixa destacada, são Ceará, que teve seis; Amazonas, quatro; Mato Grosso do Sul, três; Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Norte, duas.

Uma segunda é a existência de regiões, com a predominância do Sul, e estados que têm uma participação periférica, o que permite o estabelecimento de uma compreensão fragmentada da noção do que é o país. Neste grupo, o limite atingiu a quantidade de 44 unidades-notícia, no caso de Minas Gerais, em um total de nove estados. Em ordem decrescente, em uma faixa acima de dez participações, o Rio Grande do Sul tem o registro de 27; Santa Catarina, 25; Paraná, 21; Mato Grosso, 19; Bahia e Alagoas, 28; Pará, 14; e Pernambuco, 13.

A terceira está relacionada à predominância de regiões específicas, como ocorre com dois estados do Sudeste, São Paulo e o Rio de Janeiro, e o destaque de Brasília, no Centro-Oeste, por ser a capital do Brasil. O total da participação destas três unidades do país corresponde a 604 registros, 283 para São Paulo – Brasília tem 213 e o Rio de Janeiro, 108.

A quantidade de São Paulo corresponde a mais do que o total das outras duas regiões, que tiveram 247 participações – em torno de 34,5 % do conteúdo das 60 edições dos cinco telejornais que correspondem à amostra.

A desproporção numérica evidencia outra realidade, que é a referência em relação ao conteúdo. Entre as regiões e os estados de pouca participação, como ocorreu com o Acre, Piauí, Sergipe e Tocantins, os acontecimentos que são destacados é por serem temas que apresentam características relacionadas a um padrão que permite a identificação de aspectos vinculados a assuntos como justiça, raridade ou surpresa e polêmica. A referência é com base na classificação utilizada por Silva (2005) para a definição de valor-notícia, o estabelecimento da noticiabilidade.

Os assuntos relacionados – sobre o Acre, exibido na edição de 24 de maio de 2007 do *Jornal da Band*; sobre o Piauí, edição exibida cinco dias depois, em 29 de maio de 2007 do mesmo programa; e Tocantins, edição do *Jornal da Cultura* da mesma data - tratavam de fatos que representavam uma distinção, em relação ao acontecimento – ou uma coincidência, na comparação ao conteúdo do programa. Eram temas como a queda de temperatura em um estado da Região Norte, em uma edição em que havia a referência a uma onda de frio no sul do país; uma festa promovida por acusados de tráfico de drogas, com a participação de menores e a apreensão de peixes ameaçados de extinção, respectivamente. No caso de Sergipe, a valorização da festa de São João, uma tradição do estado, exibida no *Jornal da Cultura*, edição de 02 de maio de 2007.

A cobertura relacionada aos estados e regiões que fazem parte do segundo grupo é determinada pela referência a assuntos que estabelecem uma característica, como no período analisado ocorreu em relação aos da Região Sul. Uma onda de frio favoreceu a divulgação de assuntos que estão relacionados a uma condição típica do sul do país. Em relação aos telejornais analisados, por exemplo, nas edições de todos, no dia 24 de maio de 2007, apenas a do *Jornal da Cultura* não tinha referência à queda de temperatura nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A maior participação de alguns estados deste grupo tem a justificativa, que é a predominância de assunto destacados nas regiões de maior importância, como ocorreu com Alagoas e Bahia. A cobertura de dois fatos, a Operação Navalha, uma investigação da Polícia Federal, a partir do dia 22 de maio de 2007 e a denúncia do pagamento de despesas das contas do senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, presidente do Senado, contribuíram para o número de registros do estado. No caso da Bahia, houve interferência da mesma operação policial.

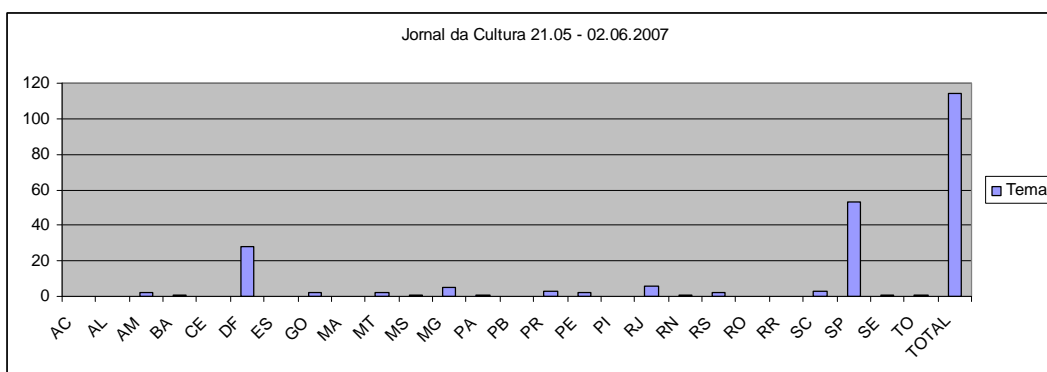
Os critérios que são adotados para a definição dos assuntos impõem o reconhecimento da importância pelas redações dos telejornais, como observou Temer (2002). A divulgação da implicação de delegados da Polícia Federal com a Operação Navalha ocorreu, nas edições dos telejornais analisados, apenas no dia 29 de maio de 2007, quatro dias após a publicação em um jornal baiano (JUIZ FEDERAL ACUSA..., 2007, p. 16).

Em relação à região predominante do primeiro grupo e os estados destacados, a referência é distinta, assim como ocorre com Brasília. O conteúdo dos assuntos está relacionados aos fatos determinados por aspectos vinculados à noticiabilidade determinados por valores como impacto, proeminência, conflito, entretenimento, polêmica, conhecimento, governo e justiça. Os temas destacados, como em fatos citados anteriormente, impõem uma orientação para a cobertura.

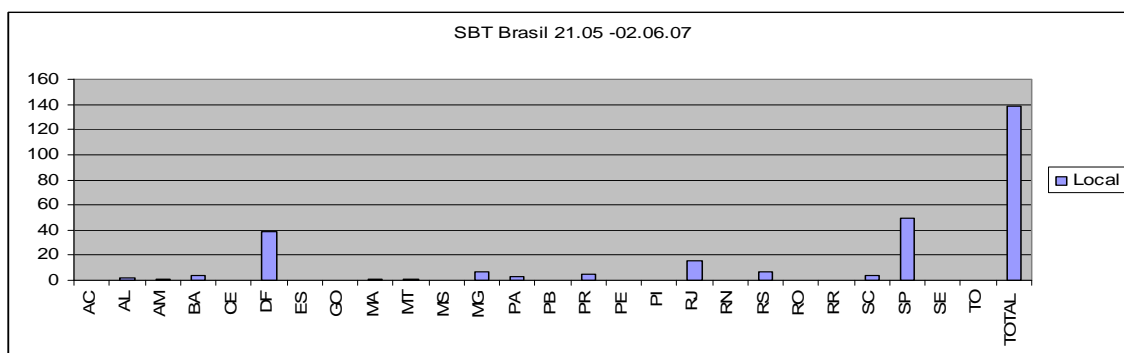
No caso de Brasília, uma razão para o destaque, naturalmente, é o fato de ser a capital do Brasil. Uma evidência destacada em outras pesquisas (SQUIRRA, 1993, p. 51) é a importância que os assuntos relacionados ao Poder, nas três instâncias, ganha nas edições dos telejornais, por exemplo, nos Estados Unidos. “A maioria destas histórias é de notícias domésticas, normalmente sobre política ou fatos econômicos, muitas delas originadas em Washington”.

A predominância da presença de fatos de São Paulo é destacada em determinadas edições dos telejornais analisados, a ponto de atingir o percentual de 47,61% de assuntos no *Jornal da Record* de 2 de fevereiro de 2007. Apenas uma edição, do *Jornal Nacional* de 28 de maio de 2007, teve um percentual mais alto, referente a outro lugar. Neste dia, os assuntos relacionados a Brasília, em função da cobertura da Operação Navalha e à divulgação sobre as contas do presidente do Senado, Renan Calheiros, atingiram 54,54% do tempo do programa.

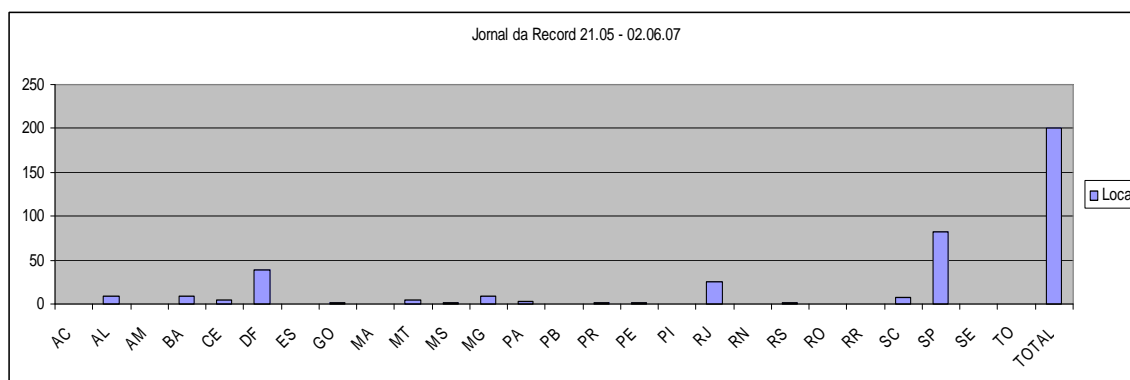
Gráfico 1 - Origem da notícia: Jornal da Cultura



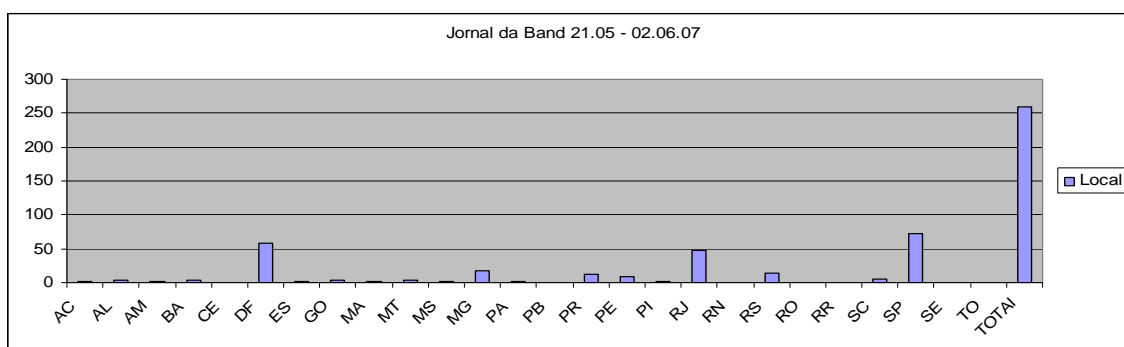
Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 2 - Origem da notícia: SBT Brasil

Fonte: Pesquisa própria.

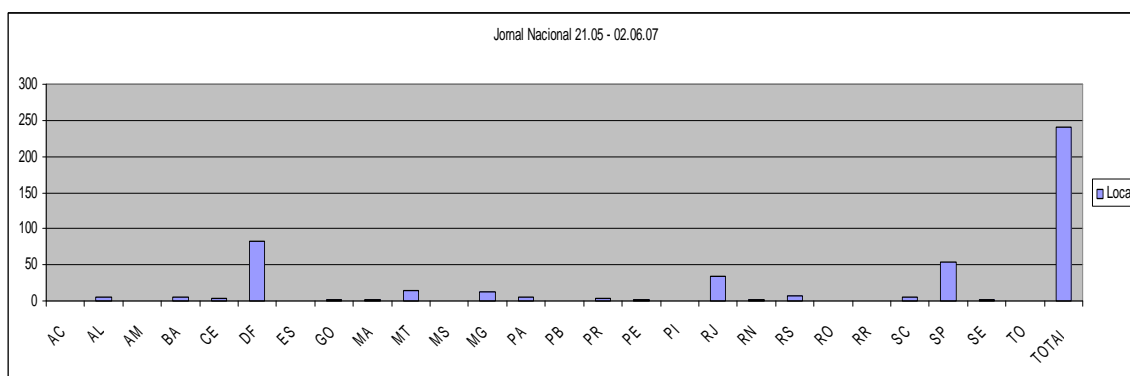
Gráfico 3 - Origem da notícia: Jornal da Record

Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 4- Origem da notícia: Jornal da Band

Fonte: Pesquisa própria.

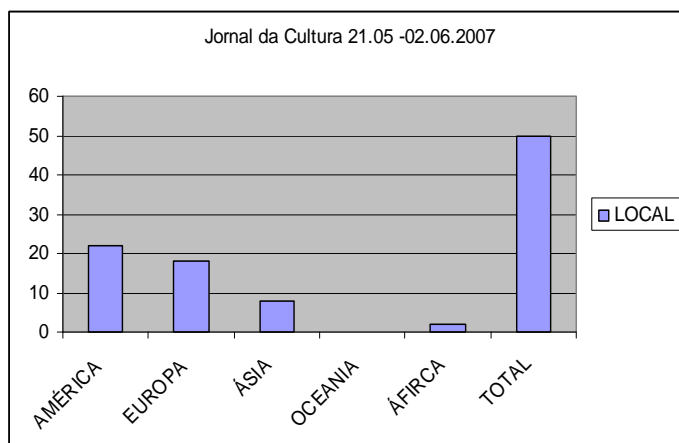
Gráfico 5 - Origem da notícia: Jornal Nacional



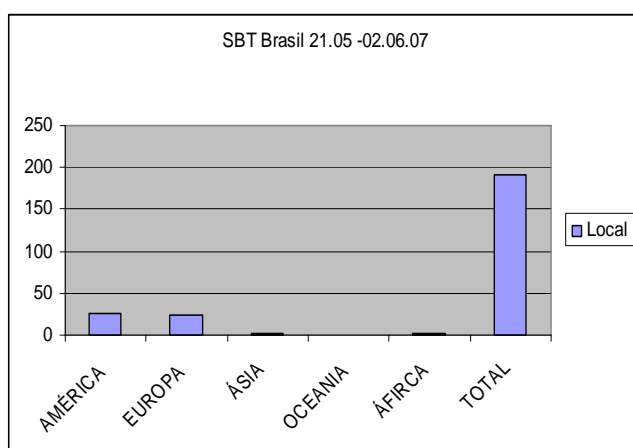
Fonte: Pesquisa própria.

Em relação aos acontecimentos internacionais (Gráficos 6 a 10), a análise demonstra a predominância dos fatos ocorridos nos Estados Unidos e em países da Europa, como a Inglaterra. No período analisado, pode ser percebido um destaque da participação da Venezuela, em função da ocorrência de um fato, a decisão de fechar uma emissora de televisão, pelo Governo venezuelano. A observação das fichas de análise dos programas (anexo no CD-ROM) demonstra a utilização de um recurso indicado por Henning (1996), em que os jornalistas utilizavam um país como referência para a cobertura dos fatos em uma região, sem estar presente ao local referido.

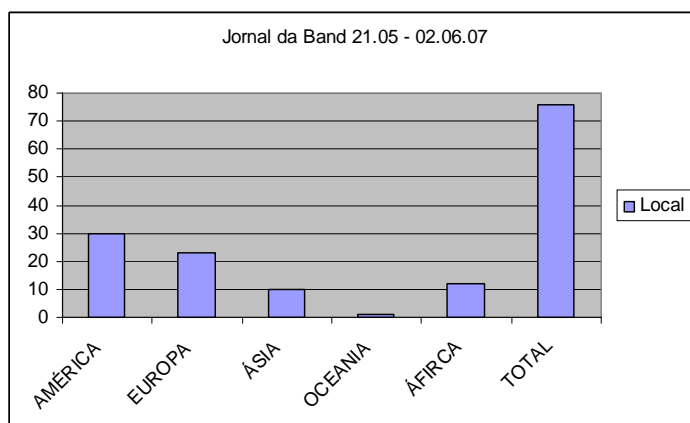
Esta situação pôde ser verificada em duas edições do *SBT Brasil*, de 28 de maio de 2007 e 31 de maio de 2007, nas quais o repórter, localizado em São Paulo, faz referência a acontecimentos na Venezuela. As imagens usadas para o texto em que é descrita a situação no país, depois do fechamento da emissora de televisão, comprova sua procedência, em relação ao ponto em que o repórter se encontra. A amostra desta análise demonstra a existência, exceto no *Jornal da Cultura*, de uma estrutura dos telejornais para a cobertura dos acontecimentos no exterior, sob a perspectiva das emissoras. Uma condição determinada pela formação de uma rede de correspondentes, como ocorre com as outras redes, e área de atuação, que nos últimos anos tem sido ampliada para outras regiões, como a América do Sul e o Oriente Médio.

Gráfico 6 - Origem da notícia no mundo: Jornal da Cultura

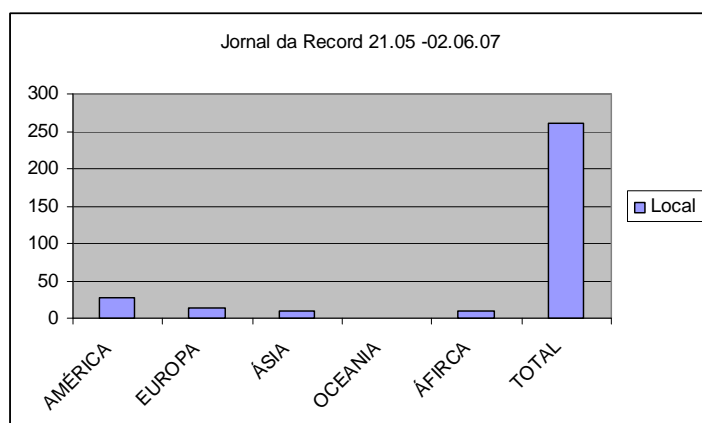
Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 7 - Origem da notícia no mundo: SBT Brasil

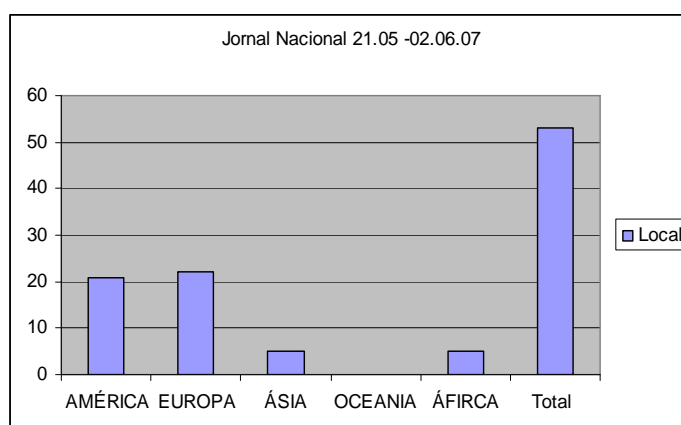
Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 8 - Origem da notícia no mundo: Jornal da Band

Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 9- Origem da notícia no mundo: Jornal da Record

Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 10 - Origem da notícia no mundo: Jornal Nacional

Fonte: Pesquisa própria.

A partir da avaliação dos fatos que fazem parte do conteúdo dos telejornais analisados, em relação à origem, depois de constatada a existência de uma predominância de assuntos em relação a uma determinada região do Brasil, com o destaque específico de São Paulo e o Distrito Federal, de tal forma que as outras regiões e estados podem ser colocados em níveis diferentes, promoveremos a realização de outra abordagem, em relação aos assuntos. A finalidade é poder compreender a natureza dos temas que compõem os programas que estruturam a amostra selecionada.

3.2.2 A referência ao assunto

Os programas de informação, exibidos no horário que corresponde à faixa nobre da programação das emissoras, apresentam como uma característica principal, de acordo com

Bittencourt (1993) uma tendência à divulgação dos principais fatos, ocorridos no espaço da cobertura do país e do mundo. São definidos como telejornais que têm como regra básica a apresentação de uma espécie de resumo dos acontecimentos.

Os assuntos que foram divulgados, nos programas analisados, estão classificados em 11 grupos de temas, identificados de acordo com o padrão utilizado para relacionar as editorias, como ocorre com os jornais impressos. Em função desta separação, os grupos relacionados correspondem a uma referência em relação à informação divulgada, da seguinte forma:

Governo: relacionados às decisões vinculadas ao Poder Executivo, principalmente ao Governo Federal.

Política: assuntos relacionados ao Poder Executivo, cuja característica esteja relacionada às ações desenvolvidas pelas representações públicas.

Ciência: temas específicos relacionados às pesquisas e atividades científicas.

Cultura: trata dos assuntos referentes às manifestações e acontecimentos relacionados às linguagens artísticas.

Economia: os assuntos que têm referência aos indicadores e temas que tratam das questões de ordem financeira e que refletem conseqüências como investimentos, cotações e empregos, inclusive as seções definidas como Indicadores.

Educação: específica para o tratamento de temas sobre a formação escolar.

Esporte: vinculado aos eventos, incluídas as competições, e atividades esportivas.

Exterior: inclui os fatos fora do Brasil.

Nacional: denominação mais abrangente, na qual estão incluídos os assuntos transcorridos no Brasil, que não estão relacionados como tema específico. Estão relacionadas ao tema informações incluídas em seções como Previsão do Tempo, parte de todos os telejornais diários, exceto do *Jornal da Cultura*, que só a exibiu, no período analisado, nas edições dos sábados, nos dias 26 de maio e 2 de junho de 2007.

Sociedade: referência aos assuntos que tratam dos fatos que têm inferência sobre a vida de cidadãos ou grupos sociais.

Outros: tema no qual estão incluídos assuntos mais indefinidos, como a utilização feita pelas emissoras de televisão para a divulgação dos seus programas.

Nas edições dos telejornais analisados, de acordo com esta subdivisão, os assuntos (Gráficos 11 a 15) classificados como Nacional são os predominantes. A partir da verificação da amostra selecionada, chegaram a atingir 71,87% na edição de 22 de maio de 2007 do *Jornal da Record*, 74,07% na de 22 de maio de 2007 do *Jornal da Band*, 70,21% na edição de

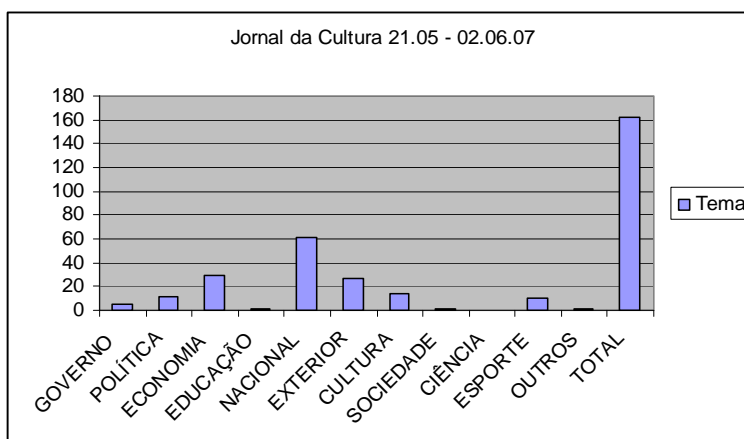
24 de maio de 2007 do *SBT Brasil*, 66,6% na do *Jornal Nacional* de 25 de maio de 2007 e 50% na edição do *Jornal da Cultura* da mesma data.

Um aspecto que favorece a presença dos assuntos classificados como Nacional é a utilização de um recurso, denominado nas redações de lapada, como ocorre com o *Jornal da Band*, *Jornal da Cultura* e o *SBT Brasil*. Ele consiste, como já assinalamos anteriormente, na exibição de diversos fatos, reunidos como um único assunto. Representa uma alternativa para a veiculação de uma informação que precisa ser divulgada, da forma definida por Squirra (1993, p. 51) como um sumário.

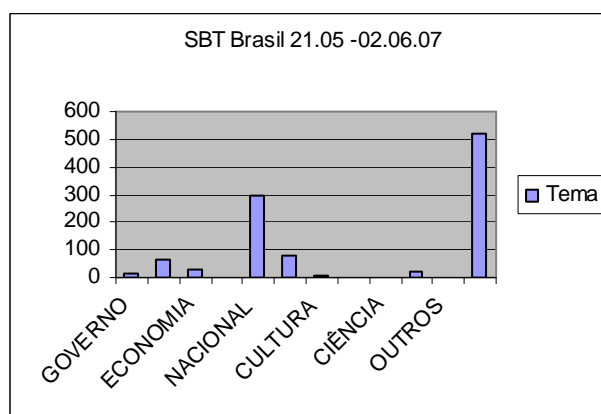
Outra categoria destacada, em relação aos assuntos, é a de Esporte, mais presente na maior parte das edições analisadas, em comparação com temas como Governo e Política. A edição do *Jornal Nacional* do dia 26 de maio de 2007 foi a que apresentou o maior percentual de fatos do tema Esporte, com um total de 42,85%. A edição da mesma data do *Jornal da Band* apresentou um percentual de 21,05%.

A divulgação dos assuntos de Esporte apresenta uma característica, que é a valorização pelas emissoras de fatos que estão vinculados à relação comercial, como ocorre com a Fórmula-1, em relação ao *Jornal Nacional*, e a Fórmula-Indy, no caso do *Jornal da Band*. Esta orientação fez com que a edição de 21 de maio de 2007 do *Jornal da Record* atingisse o percentual de 27,7 % de assuntos de Esporte. O destaque era a aquisição pela Rede Record dos direitos de transmissão dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, anunciada na Suíça, pelo Comitê Olímpico Internacional (COI).

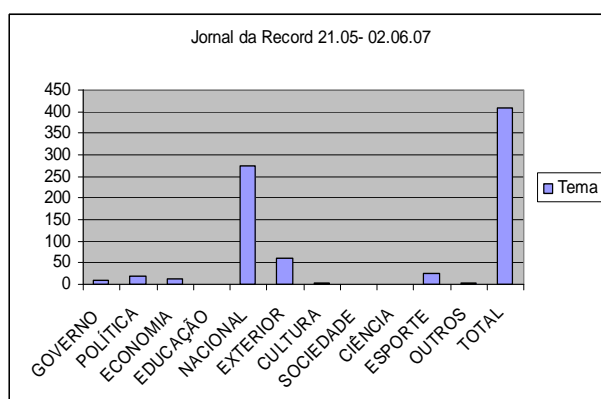
A concentração dos assuntos esportivos é mais destacada nos dias de sábado, que corresponde à edição do dia 26 de maio de 2007. Na edição da mesma data do *Jornal da Cultura*, o percentual atingiu 20%. No caso do *Jornal Nacional*, o destaque foi repetido na edição do dia 2 de junho de 2007, com um percentual de 33,3 %. A maior exceção é o *SBT Brasil*. Porém, na edição de 21 de maio de 2007, o tema Esporte atingiu o percentual de 18,91% com a inclusão na seção *Pergunta do Dia* de uma comparação entre os ex-jogadores de futebol Pelé e Romário, depois do último ter marcado o milésimo gol da carreira.

Gráfico 11 - Assuntos: Jornal da Cultura

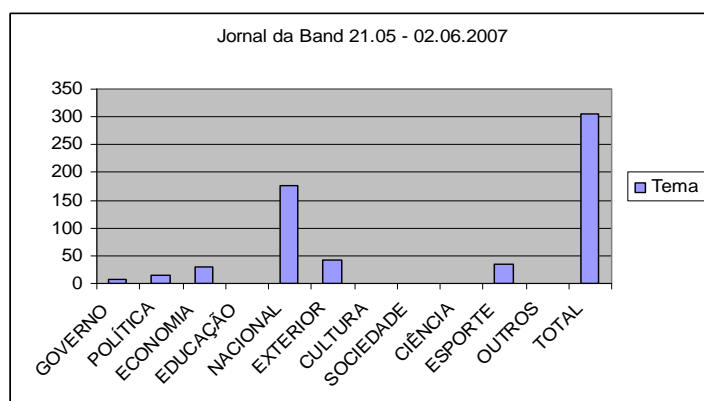
Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 12 - Assuntos: SBT Brasil

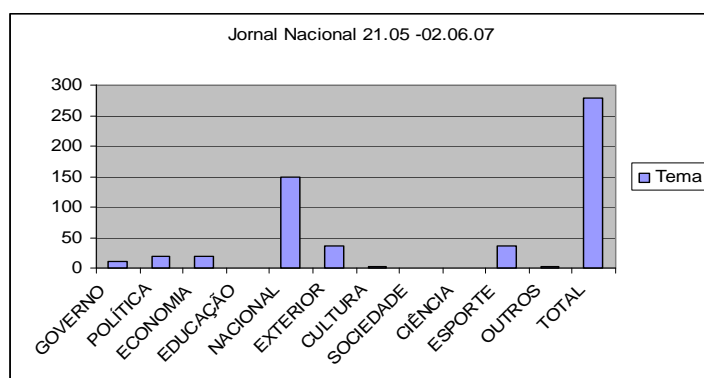
Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 13 - Assuntos: Jornal da Record

Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 14 - Assuntos: Jornal da Band

Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 15 - Assuntos: Jornal Nacional

Fonte: Pesquisa própria.

A análise referente aos assuntos, a partir de uma variável relacionada à origem permite a caracterização da procedência deles, uma observação importante, em função do objetivo desta dissertação. A constatação é que existe uma predominância de temas, a partir do local da ocorrência dos fatos.

Uma evidência que é destacada por esta perspectiva ocorre, principalmente, entre os assuntos que foram enquadrados como Governo e Política, além de Economia, em uma escala menor. De um modo geral, estes assuntos foram identificados como procedentes do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, com a inclusão de Minas Gerais, no caso de Economia, que teve uma participação menos destacada.

No caso dos assuntos relacionados a Governo e Política, a predominância em relação à origem é o Distrito Federal, com um relativo destaque para São Paulo (CD-ROM, Planilha 1), em relação ao primeiro tema. Neste caso, tem evidência pelo fato do *SBT Brasil*

usar o recurso do comentarista, que faz a análise dos fatos relacionados a este tema da redação, sediada na capital paulista, de onde o programa é produzido, e exibido – diferente dos que estão relacionados à Política, cujo comentarista atua de Brasília. O índice atingiu, no caso do tema Política, o percentual de 100%, ampliado por outra situação, que é a inclusão dos fatos relacionados na seção *Pergunta do Dia*.

A valorização do Distrito Federal como a origem dos fatos relacionados aos temas Governo e Política, no período analisado, é por demais destacada, a partir dos percentuais registrados. O *Jornal da Band* e o *Jornal Nacional*, a cobertura de Política por esses programas teve 100% dos fatos registrada a origem em Brasília. No caso dos assuntos vinculados ao tema Governo, a menor variação foi de 57,1% no *Jornal da Cultura* e a maior de 100% no *Jornal da Band*, com índices de 64 no *SBT Brasil* e 83,3% no *Jornal da Record* e no *Jornal Nacional*.

A cobertura de Economia é outro tema que permite a mesma consideração, com a evidência da ligação entre o fato e o local da ocorrência. São Paulo tem a predominância em relação ao tema, com uma participação menor do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com menor destaque. A presença de Minas Gerais reflete uma particularidade, visível no *Jornal Nacional*, que é a de ter este local como uma referência para a cobertura de assuntos econômicos, que têm como foco o interesse do consumidor.

A referência à cobertura de Economia tem como destaques as edições do *Jornal da Cultura*, *Jornal da Band* e *SBT Brasil*. A participação é ampliada pela presença de comentaristas, que atuam na redação dos programas. Em relação ao telejornal do SBT, o percentual foi de 93,3%. O do *Jornal da Cultura* foi de 100%.

No caso do Rio de Janeiro, o destaque ocorreu nas participações no *Jornal Nacional* e em menor escala no *SBT Brasil*. Da mesma forma, Minas Gerais teve uma contribuição mais evidente em relação aos assuntos de Economia no programa da Rede Globo. Em todos os telejornais analisados, em função desta pesquisa, com exceção do *Jornal da Record*, existe no conteúdo referência aos fatos relacionados ao assunto Economia. Faz parte de sua estrutura a divulgação de dados e índices sobre as cotações econômicas, por meio das seções definidas como indicadores.

O tema predominante em todos os telejornais é o determinado como Nacional, ainda que seja mantida a predominância dos estados e regiões mais destacados. A referência, como observado, é uma decorrência da divulgação de fatos que têm como critério de noticiabilidade o destaque para valores-notícia, que são determinados por aspectos como a

importância e o interesse, reconhecidos pelo impacto que têm sobre a audiência dos programas.

De uma forma semelhante, a observação deve ser estendida para aos assuntos relacionados ao tema Esporte. Ele é predominante, como Nacional, em relação aos locais de menor participação em todos os programas, que fazem parte do *corpus* da pesquisa. O destaque é uma decorrência do reconhecido interesse do público pelo tema, assim como a importância dedicada pelas emissoras aos assuntos que estão vinculados ao interesse comercial, da forma vista antes. Uma demonstração desta evidência é a participação de Mato Grosso, no *Jornal Nacional*, nas edições de 24 de abril de 2007 a 26 de maio de 2007. A realização de uma etapa da Liga Mundial de Vôlei na cidade de Cuiabá, competição que tem a Rede Globo como a responsável pela transmissão exclusiva da disputa, ampliou a quantidade de registros.

Os telejornais que estão incluídos nesta análise estabeleceram de tal forma um padrão na relação entre os fatos e a origem deles, que no caso do *Jornal da Cultura* ganhou destaque a opção para a divulgação de fatos que estão relacionados ao tema Cultura – não fosse o programa exibido, na época, em uma rede denominada Pública, formada por emissoras classificadas como educativas, culturais e públicas. O percentual é importante, de 83,3%, porém o conteúdo está relacionado a acontecimentos que podem ser enquadrados na perspectiva de entretenimento, com destaque para o registro dos 40 anos do lançamento de um disco de *The Beatles*.

A divulgação dos assuntos está relacionada à forma que é adotada na elaboração dos telejornais. Após a avaliação referente aos temas, com a constatação da predominância do que está relacionado ao país, mas com um evidente destaque do que é vinculado ao Esporte, realizamos uma análise da forma adotada para a veiculação das notícias nos programas de informação objetos desta pesquisa.

3.2.3 A forma da notícia

A forma de divulgação é definida a partir do reconhecimento da estrutura utilizada para a veiculação da notícia. Ela pode ser feita com o uso ou não de imagens, a partir de um conjunto de aspectos, identificados por Wolf (1987) como valores-notícia que estão relacionados ao produto, de acordo com a classificação adotada pelo autor para a definição da noticiabilidade. De acordo com a amostra selecionada para a realização desta pesquisa, a forma adotada para a veiculação da notícia (Gráficos 16 a 20) corresponde a dois padrões básicos, identificados pela participação como narrador do apresentador ou do repórter, com a

existência de situações em que ocorreu a utilização de outros elementos, como o comentarista e os entrevistados.

Um primeiro aspecto destacado, a partir da análise, é a utilização da reportagem, caracterizada pela presença do repórter como condutor, baseada em uma estrutura citada por Porcello (2006), como padrão para a divulgação da notícia. No caso do *Jornal da Record*, na edição de 28 de maio de 2007, em comparação com outras formas, como a nota e a nota coberta, referências da participação do apresentador, o percentual atingido é de 61,53% do conteúdo.

O uso da reportagem atinge a 59,99% na edição do *Jornal Nacional* de 30 de maio de 2007. Na observação do *Jornal da Band*, o percentual é de 51,51% no programa da mesma data. Os índices de utilização da reportagem são diferentes em relação ao *Jornal da Cultura*, que registra o máximo de 37,5% na edição de 22 de maio de 2007 e do SBT Brasil, em 2 de junho de 2007, cujo percentual é de 28,57%. A relação entre o uso da reportagem e a participação do repórter tem duas considerações que precisam ser observadas, em relação à definição da forma adotada para a veiculação da notícia.

A primeira está relacionada à definição de Curado (2002), sobre o repórter que participa dos telejornais, como os exibidos na faixa nobre da programação da televisão. Este tipo de profissional tem características diferentes, o que determina a sua classificação como de rede. Esteves (1990) destacou que esta participação representa uma valorização profissional, a ponto desta condição ser transformada em um desafio para a ascensão. A busca deste espaço é um esforço diário, observou Barcellos (1994), que considera a disputa desproporcional, pelo grande número de repórteres que almejam a divulgação do trabalho.

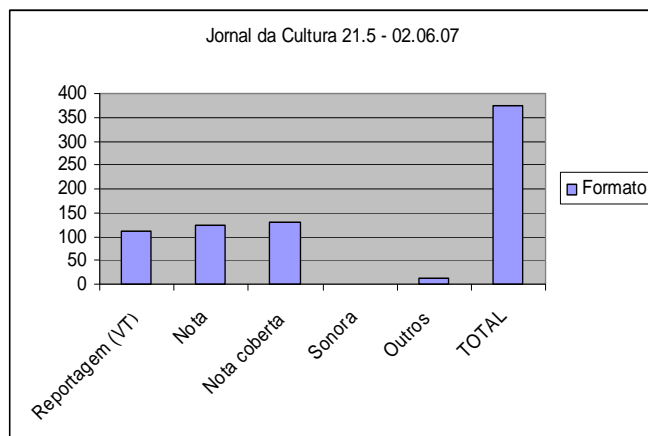
A outra consideração está vinculada à compreensão de Ghivelder (1994) sobre o funcionamento de uma emissora, o que foi determinado por Garevitch e Blumer (1993) como uma predominância das redações, o centro, em relação à periferia, os repórteres envolvidos na cobertura dos acontecimentos. O poder da redação tem interferência sobre a definição da forma para a divulgação da notícia.

Em torno desta lógica, a participação do repórter é mais destacada apenas nas edições do *Jornal da Band*, no período analisado. Ela é superior em quase todos os programas, com o percentual máximo de 51,85% no dia 2 de junho de 2007 – o de narração pelo apresentador atingiu 48,14%, o mais alto verificado.

A única exceção, no *Jornal da Band*, em relação à predominância do repórter, é na edição de 26 de maio de 2007, quando é verificada uma igualdade, com participações de 46,15% para os dois grupos. Uma explicação para esta condição do *Jornal da Band* pode ser a

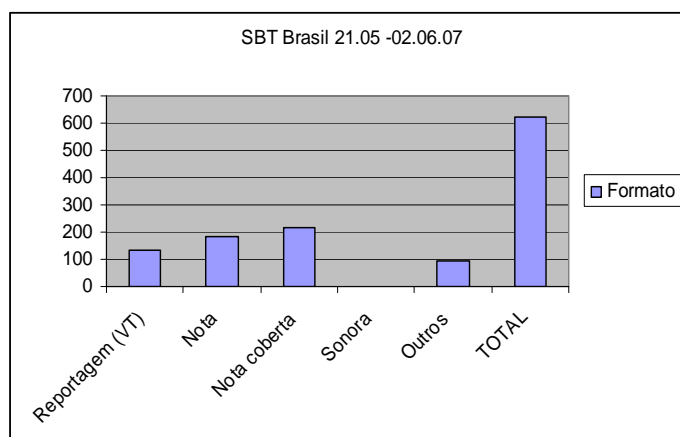
participação de um comentarista, como Joelmir Betting, que vai ser analisada mais à frente, ainda neste tópico.

Gráfico 16 - Forma da notícia: Jornal da Cultura



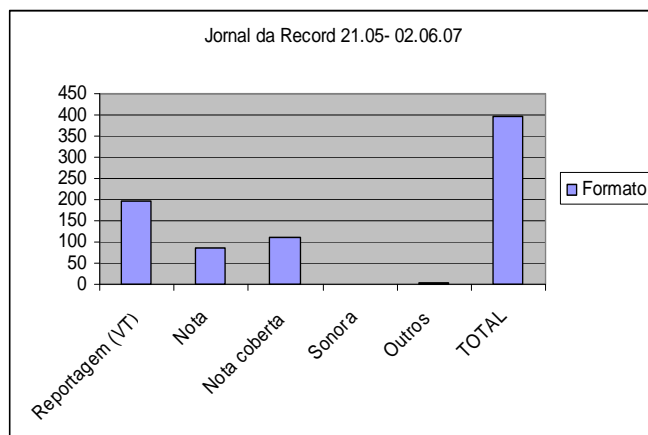
Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 17 - Forma da notícia: SBT Brasil

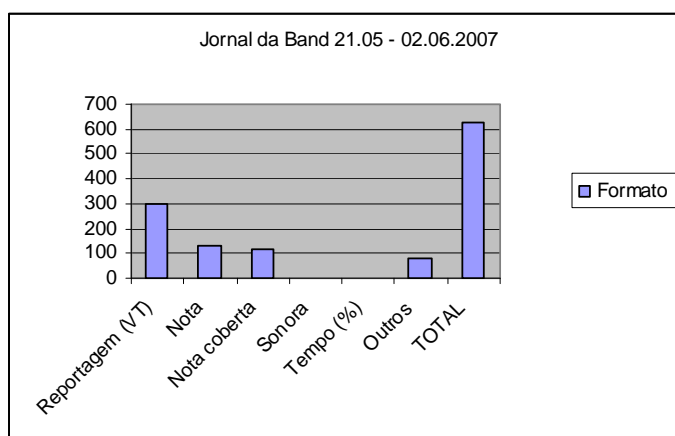


Fonte: Pesquisa própria.

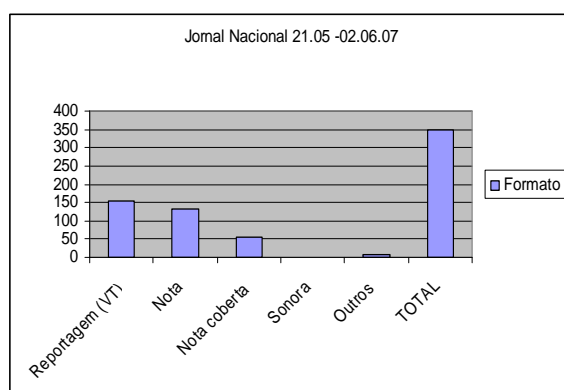
Gráfico 18 - Forma da notícia: Jornal da Record



Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 19 - Forma da notícia: Jornal da Band

Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 20 - Forma da notícia: Jornal Nacional

Fonte: Pesquisa própria.

A consideração a partir da variável relacionada à forma, em função da origem, reforça a predominância destacada de determinados Estados e Regiões. É possível constatar (CD-ROM, planilha 2) que o uso da reportagem é mais frequente nos fatos que têm ocorrência localizada em São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Na análise referente a esta variável, foram deixadas de lado as opções que são elaboradas nas redações, como escalada, notas, passagens de bloco, a participação de comentaristas e, no caso do *SBT Brasil*, a de entrevistados, como ocorre na seção *Pergunta do Dia*. A utilização destes elementos foi incluída na categoria Outros. Ela foi mantida como referência, mas sem a contabilização para efeito da pesquisa, no caso das localidades onde os programas são produzidos e exibidos, como ocorre com São Paulo e o Rio de Janeiro. Para outras localidades, foram incluídas nesta categoria, opções como as participações dos repórteres ao vivo, uma alternativa comum nos programas analisados, verificada

principalmente em fatos ocorridos em Brasília e São Paulo, especificamente na cobertura da ocupação da reitoria da USP (Universidade de São Paulo).

Para efeito de análise, a referência sobre a forma adotada para a veiculação da informação, os elementos considerados foram a reportagem, nota coberta, sonora e ao vivo, da maneira observada acima. Outra consideração, sobre a referência à nota coberta, é que o registro foi apenas da situação em que uma localidade aparecia isolada, diferente do resumo, quando a menção é feita a diversos lugares.

De maneira semelhante foi feita a definição de apenas um local para as reportagens, nas situações em que houve a referência a mais de um. A consideração foi sempre a do lugar indicado como o de localização do repórter.

As distinções observadas para a realização da análise reforçam a participação dos estados e regiões mais destacados. Em muitas situações, no período em que foi feita a observação dos telejornais que compõem o *corpus* da pesquisa, a relação entre as localidades ocorreu a partir de um local estabelecido como privilegiado, principalmente na cobertura de fatos como a investigação da Polícia Federal denominada como Operação Navalha e a denúncia contra o senador Renan Calheiros, que mereceram citação anterior.

Um exemplo desta circunstância ocorreu no *Jornal Nacional*, na edição do dia 21 de abril de 2007. As reportagens exibidas sobre a Operação Navalha, por exemplo, todas tiveram a participação de repórteres localizados no Distrito Federal, mesmo com referências à Bahia e a Alagoas, principalmente. Esta opção foi predominante em quase todos os programas, uma evidência destacada no *Jornal da Cultura*, a ponto da forma reportagem ter o registro de um percentual de 63,3%, em relação a São Paulo, determinado pelo fato de ser o local de produção e exibição do programa.

A predominância de São Paulo não é a mais destacada no *Jornal Nacional*. Neste telejornal, o índice é de 21,18%. Abaixo do registrado para o Distrito Federal, que foi de 35,59%. Nos outros programas, respectivamente, *Jornal da Band*, *SBT Brasil* e *Jornal da Record*, os percentuais de participação de São Paulo foram 34,05%, 37,1% e 35,9%. No caso do Distrito Federal os mesmos telejornais, conforme a ordem de citação, tiveram 15,6%, 14,28% e 13,9%. No *Jornal da Cultura* foi de 37,7% o registro de fatos na capital do país.

A situação corresponde ao padrão adotado para a nota coberta, com o destaque para o Distrito Federal, no caso do *Jornal Nacional*, com um percentual de 15,5%, maior que o de São Paulo que atingiu 10,3%. Nos outros, a avaliação é a mesma que a observada em relação às reportagens, com a predominância de São Paulo. Os índices, respectivamente, no *Jornal da Cultura*, *Jornal da Band*, *SBT Brasil* e *Jornal da Record* foram de 23,52%, 21,4%,

60, 0% e 17,9%. Os dados sobre o Distrito Federal, na mesma ordem, demonstram que os percentuais nos telejornais citados corresponderam a 6,86%, 7,14%, 4,21% e 11,9%.

O Rio de Janeiro é a terceira referência em registros, a partir da consideração da variável destacada. A maior evidência ocorreu no *Jornal da Band*, com um percentual de 13,5% em relação à reportagem. O menor índice, de 10,4% no *SBT Brasil*. O fato da produção e exibição do *Jornal Nacional* ser na localidade destacada não confere nenhuma primazia, com o registro de 11,8% - abaixo de 12,5% no *Jornal da Record*. No caso do *Jornal da Cultura*, o registro é apenas de nota coberta, de 5,88%.

De um modo geral, apesar das redes de televisão dispuserem de uma estrutura para a cobertura do território nacional, através da manutenção de emissoras próprias ou por meio dos contratos de afiliação, a cobertura de fatos ocorridos no exterior é mais destacada que a realizada no país, principalmente com a utilização de recursos como o da produção de reportagens.

Os registros da veiculação de reportagens relacionados aos continentes de maior participação, América, Ásia e Europa são sempre maiores que a maior parte dos estados brasileiros. Neste caso, as emissoras utilizam a estrutura que dispõem em diversos países, mesmo que a referência ainda seja a mesma de aproveitar as informações e imagens, a partir de um ponto, que serve como indicador da presença pelo Mundo. Uma exceção ocorreu com o *Jornal da Band*, no período analisado, que exibiu uma série de reportagens sobre o Egito, com citação dos problemas dos países árabes, que fazem parte do continente asiático.

Nos casos dos fatos ocorridos no Brasil, a situação em que houve destaque, como, por exemplo, Mato Grosso, esteve relacionado à cobertura de um assunto, valorizado pela noticiabilidade, como a morte de um menor, durante a realização de um exercício por militares, divulgado na edição de 26 de abril de 2007. A forma de divulgação da informação está determinada pela dimensão que têm um estado ou região. No caso do exemplo, pela característica do assunto, em especial a dramaticidade.

A referência às outras duas formas de divulgação da notícia, a nota e a nota coberta, confirma o poder da redação e destacam a participação do apresentador (Gráficos 21 a 25). Em relação ao conjunto da amostra, dos cinco telejornais analisados, os percentuais de participação do apresentador superaram o do repórter nos outros quatro programas. É preciso, porém, reconhecer que o protagonismo tem uma circunstância, que não compromete a avaliação.

A função de apresentador impõe a leitura de outros elementos de um telejornal como a escalada, as passagens de bloco e o encerramento. Por não representar interferência na

análise proposta, eles não foram incluídos como referentes ao conteúdo dos programas. O registro foi feito, apenas, da reportagem, a nota, nota coberta e a sonora.

Em função dos elementos que estão relacionados à divulgação da notícia, como a nota e a nota coberta, a presença do apresentador é mais destacada no *Jornal da Cultura*. Na edição do dia 26 de maio de 2007, o percentual atingido foi de 80,95%, com a participação do repórter no ponto máximo em 29 de maio de 2007, no índice de 31,25%. Em relação ao *Jornal Nacional* a menor participação é na edição de 30 de maio de 2007, com um percentual de 50% de participação do apresentador – o que permitiu ser o máximo do repórter, no período analisado. A maior ocorreu, no caso do programa, no dia 31 de maio de 2007, que chegou a 72,22%. O *Jornal da Record* registrou na edição de 23 de maio de 2007 a maior presença do apresentador, com um percentual de 63,88%. No caso da edição de 26 de maio de 2007 houve a única predominância do repórter, com um percentual de 60,71%.

As edições do *SBT Brasil* apresentam uma supremacia absoluta, em relação à participação do apresentador. Em todas as edições, os percentuais são maiores. A mais destacada é a do dia 29 de maio de 2007, com um percentual de 72,45%. O máximo de participação de repórter foi no dia 1º de junho de 2007, com o índice de 21,56%.

Os telejornais analisados, exceto o *Jornal da Record*, apresentam um outro narrador, identificado como comentarista. A participação mais destacada ocorre no *Jornal da Band*. Na edição do dia 25 de maio de 2007 o percentual alcançado foi de 22,85%, com a utilização de apenas um profissional, diferente do *Jornal da Cultura*, que em edições do período analisado utilizou até dois, e do *SBT Brasil*, que teve a participação de três por edição. O ponto máximo de um, o *Jornal da Cultura*, foi de 13,25%, na edição de 23 de maio de 2007. O outro, *SBT Brasil*, de 13,63% na de 25 de maio de 2007.

A participação do comentarista no *Jornal Nacional* tem uma particularidade, verificada no período analisado. Ela ocorre, apenas, quando está relacionada a fatos esportivos, como nas edições dos dias 26 e 31 de maio de 2007. Nestas edições, os assuntos estavam relacionados a uma corrida do Campeonato Mundial de Fórmula-1 e a uma partida, na Inglaterra, da Seleção Brasileira de Futebol, respectivamente. Os percentuais de participação do comentarista, pela ordem, corresponderam a 3,44% e a 2,77%.

Uma distinção significativa, em relação à forma de divulgação da notícia, é a utilização do entrevistado como narrador. O *SBT Brasil*, em função da existência da seção denominada *Pergunta do Dia*, fez incorporar à análise do *SBT Brasil* uma outra categoria, identificada como entrevistado. Nas edições do período analisado, representou uma variação entre 5,88%, em 23 e 29 de maio de 2007, e 10,25%, em 23 de maio de 2007. Outra forma

constatada é a utilização do trecho de um discurso, no caso do senador José Sarney, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) do Amapá, sobre a decisão do Governo da Venezuela, de fechar uma emissora de televisão. Foi registrada na edição do *Jornal Nacional* de 28 de maio de 2007 e representou um percentual de 3,84% do tempo total do telejornal.

Gráfico 21 - Narração: Jornal da Cultura

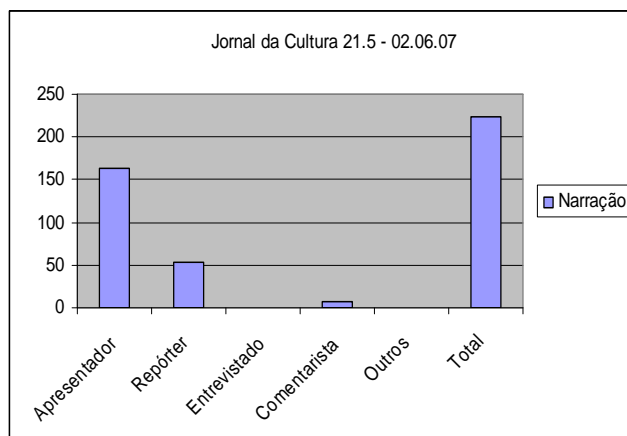
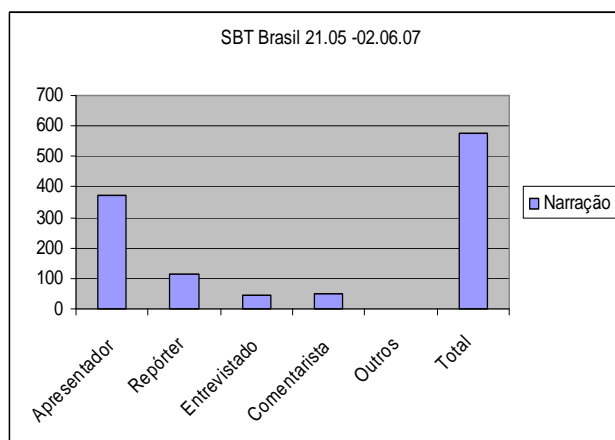
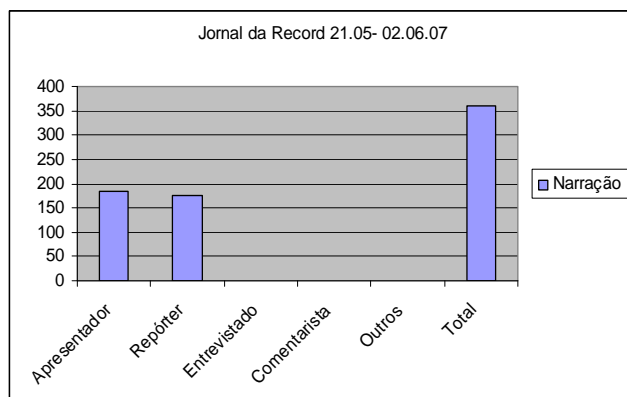


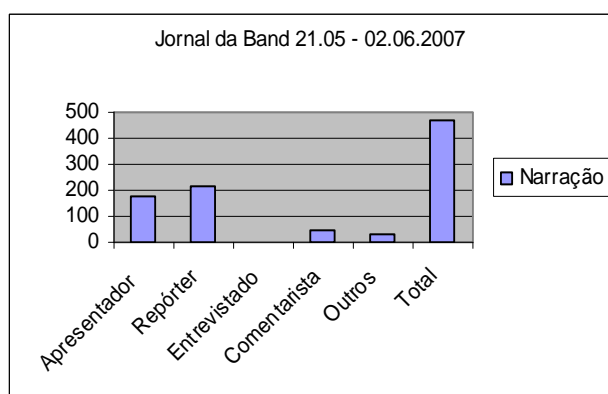
Gráfico 22 - Narração: SBT Brasil



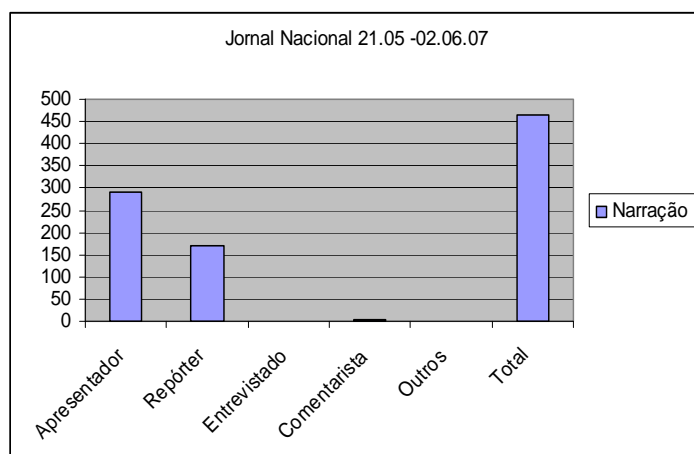
Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 23 - Narração: Jornal da Record

Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 24 - Narração: Jornal da Band

Fonte: Pesquisa própria.

Gráfico 25 - Narração: Jornal Nacional

Fonte: Pesquisa própria.

A análise da forma de veiculação da notícia nos telejornais objetos desta pesquisa permitiu determinar que, os programas têm a estrutura vinculada a um padrão que está relacionado à veiculação da informação através de relatos, narrados por apresentadores, predominantemente, e repórteres. A opção representa a interferência das redações na elaboração dos programas, em busca de uma referência próxima ao público de tal jeito, que, um dos telejornais analisados tinha o recurso da participação do espectador, o que implicou o estabelecimento de uma nova forma de narração.

A seguir, faremos a análise da relação do tempo de produção em relação ao conteúdo dos programas. A definição do tempo está vinculada à dimensão que a informação adquiriu na televisão brasileira, a partir da consolidação dos telejornais como integrantes da faixa definida como nobre da programação da televisão no Brasil.

3.2.4 O tempo dos telejornais

A análise do tempo nos telejornais que fazem parte da pesquisa realizada, relacionada aos Estados e Regiões incluídas no conteúdo dos programas, serve para reforçar a evidência destacada, em torno de outras referências observadas. A forma de consideração em relação ao tempo concedido observou, de maneira igual a utilização de outros elementos, como a reportagem, a nota coberta, a sonora e o ao vivo, incluído na categoria Outros.

O maior tempo de exibição de um local ocorreu com o *Jornal da Record*, com fatos de São Paulo (CD-ROM, planilha 2). Um total de 6.544 segundos, que é equivalente a 1h 48 minutos de exibição de assuntos, entre reportagens e notas cobertas. Esse número corresponde, estimativamente, a mais de três edições do programa, no conjunto de 12, entre os que compõem a base das gravações realizadas para esta pesquisa.

As referências a São Paulo, em relação ao tempo, só não é a mais destacada no *Jornal Nacional*, em comparação com o Distrito Federal – como ocorreu na variável sobre a forma. O tempo total de São Paulo no programa foi de 41m58 segundos, abaixo do de Brasília que atingiu 1h35 segundos. No caso dos dois locais, o tempo atingido corresponde à veiculação de reportagens, notas cobertas e ao vivo, com o acréscimo de duas sonoras relacionadas à Brasília, uma delas um pronunciamento do senador José Sarney, com críticas ao Governo da Venezuela, em uma sessão do Congresso Nacional.

O conjunto das edições dos programas que fazem parte desta análise registra o máximo de 16 citações de unidades federativas do país, no caso do *Jornal da Band*, e sete, como ocorreu com o *Jornal da Cultura*. O destaque é absoluto para São Paulo e o Distrito

Federal, de tal forma que a soma do tempo concedido aos outros, o Rio de Janeiro incluído, não superaria o total alcançado pelas duas localidades.

O *Jornal da Cultura* registrou uma particularidade. Além de São Paulo e o Distrito Federal, apenas Sergipe teve uma informação veiculada como reportagem, um total de 1m53 segundos. Os outros registros foram de notas cobertas, da mesma forma que as informações sobre fatos da Ásia, América e Europa. A opção denota uma característica do telejornal exibido pela TV Cultura, com menos recursos que as outras emissoras e dependentes de uma rede pequena, sem a estrutura das comerciais.

Os estados de menor participação têm a quantidade de registros em relação a eles nas notas cobertas, exceto situações como a de Santa Catarina, por causa de onda de frio no Sul do estado, como observado. Apesar desta circunstância, no caso do *Jornal da Band* a referência foi apenas através das notas cobertas, com um tempo de 1m19 segundos. Para efeito de comparação, no *Jornal da Record* o total foi de 13m22 segundos, mas com a observação de que em torno de três minutos correspondeu a uma reportagem sobre atletas que disputariam os Jogos Pan-Americanos, que incluiu o Paraná.

A avaliação do tempo dedicado corresponde à mesma consideração sobre as outras variáveis. Os telejornais analisados refletem um método de produção e fechamento que privilegia os centros que são mais destacados do país. Uma situação que é evidenciada nos programas, apesar da disposição de um maior tempo de produção, como esta pesquisa constatou.

A presença dos programas de informação na grade das emissoras de televisão é uma estratégia em busca da credibilidade representada pela veiculação dos telejornais. Uma referência à história e desenvolvimento deste meio de comunicação no Brasil demonstra como os telejornais foram importantes para a consolidação de um modelo, baseado na horizontalidade. A valorização dos programas que compõem a amostra analisada é determinada pela importância que tem a audiência na faixa de 19h e às 22h (MÍDIA DADOS, 2007).

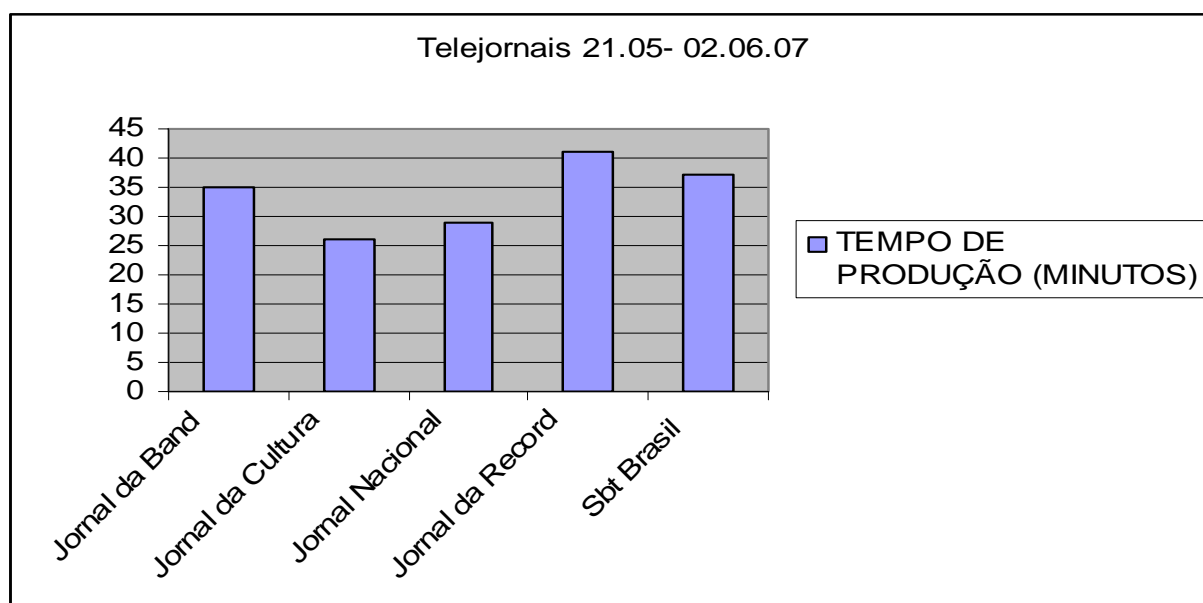
A audiência tem reflexo sobre o custo do intervalo dos telejornais, no caso das emissoras classificadas como comerciais, grupo do qual não faz parte apenas a TV Cultura, entre as exibidoras dos programas selecionados. Venceslau e Naldoni (2005, p. 17) registraram que o custo de 30 segundos do intervalo, para todo o país, era de R\$ 40,1 mil, referente ao *Jornal da Band*, e R\$ 268 mil, no *Jornal Nacional*.

A valorização gera um paradoxo em relação ao tempo de produção dos telejornais que foram analisados (Gráfico 26). Do total da amostra de 60 edições, apenas no caso do

Jornal da Cultura houve o registro de uma, a de 23 de maio de 2007 atingiu a marca de 30m29 segundos – superior ao limite de duração que é considerado padrão, como atesta Squirra (1993, p. 50), de 23 minutos, assimilado pelas emissoras brasileiras. Uma prática que corresponde à adotada nos Estados Unidos para a exibição dos programas de informação pelas redes de televisão do país.

A análise do tempo, que é utilizado pelos telejornais analisados, exibidos por cinco redes de televisão brasileiras, demonstra que esta é uma concepção superada no Brasil. No caso do *Jornal da Cultura*, ela ocorreu em apenas duas edições, de 26 de maio e 2 de agosto de 2007, com o tempo, respectivamente, de 22m51 segundos e 20m51 segundos. A edição do programa no dia 25 de maio de 2007 ultrapassou o que seria considerado como limite em sete segundos, com um total de 23m07 segundos.

Gráfico 26 - Tempo de produção



Fonte: Pesquisa própria.

Em relação aos outros programas, em todas as edições o limite de tempo, definido como de produção, foi superado. O paradoxo citado antes é uma decorrência que o tempo tem para a televisão, assim como a valorização do espaço. A utilização da maneira descrita permite constatar que as emissoras de televisão usam a credibilidade que é conferida pelos programas de informação para reforçar sua audiência da programação, em um momento de disputa, como destacaram Borelli e Priolli (2000).

Apesar de que, obviamente, os modelos de negócios das emissoras de televisão privadas estejam assentados na inclusão de publicidade, esta é vista “como um momento de

quebra da programação do canal”, observou Hernandes (2006, p. 130). Para este autor, uma das tentativas feitas pelas emissoras é a prática adotada pelo *Jornal Nacional*, que não tem a exibição de comerciais entre o fim da novela que o antecede e o começo do telejornal.

Uma escolha, que coloca o jornalismo na televisão brasileira como parte de um processo que está relacionado à disputa pela audiência. As emissoras para manter a importância de um programa que está relacionado ao estabelecimento de uma aura de prestígio e reconhecimento preferem conviver com a perda de um tempo, precioso na contabilidade dos lucros, mas compensado na tentativa de ser a referência para a compreensão dos fatos transcorridos em torno dos espectadores – no Brasil e no mundo.

A análise dos diversos aspectos dos cinco telejornais, exibidos por emissoras de televisão brasileira vinculados às redes, permitiu estabelecer uma compreensão sobre a representação do Brasil, através dos programas. Após a finalização desta fase, buscaremos a seguir apresentar algumas conclusões, com o estabelecimento de uma discussão a partir das indicações obtidas por esta análise de resultados, tendo em vista os objetivos propostos para este trabalho.

Conclusões

No desenvolvimento desta pesquisa, a evidência mais destacada é que o jornalismo é um trabalho realizado em torno de uma concepção baseada no entendimento dos seus profissionais, a partir da atuação deles na tarefa diária para a definição dos que são os assuntos mais merecedores de divulgação. Ela pode ser distinguida a partir da diferenciação estabelecida sobre a forma de participação do jornalista para esta definição. A este processo estão relacionadas às tendências que condicionam a referência à informação, vinculada, basicamente, a duas concepções. Uma, a que estabelece que a notícia reflete a realidade como um espelho. A outra, que a compreende como o processo de construção da citada realidade.

A partir do ponto de partida desta dissertação, estabelecemos, inicialmente, uma compreensão sobre a função da notícia no jornalismo, que possa ser reconhecida na televisão, por meio dos programas de informação. Esta pesquisa parte da hipótese principal, de que os telejornais que fazem parte da análise têm modos particulares de operacionalização de categorias como notícia e noticiabilidade, que em última análise não produzem uma representação do país, compatível com a sua dimensão e diversidade. É uma decorrência da valorização de regiões específicas na divulgação dos assuntos. Vimos que a definição sobre o que é notícia ganhou uma referência importante para a sua compreensão e estudo a partir da década de 70 do século passado, por meio das pesquisas sobre a participação a atuação dos jornalistas neste processo, denominada *newsmaking*. Uma compreensão acrescida pelo reconhecimento da influência dos aspectos que interferem no processo de seleção, determinados através de uma rotina, estabelecidos como critérios de noticiabilidade. Em função do estudo em questão, apresentado aqui em forma de conclusão, a definição da função da notícia e o processo desenvolvido, têm conotações que precisam ser destacadas, em relação a três aspectos.

O primeiro está determinado pelas considerações, a partir das semelhanças e diferenças entre a notícia veiculada através do jornal e a que a feita através da televisão. As semelhanças estão relacionadas à natureza dos meios de comunicação, que têm como uma das funções a veiculação de informação, demarcada por condições estabelecidas pelo jornalismo, através do estabelecimento de um campo específico.

A definição como um campo estabelece a noção de que o jornalismo pode ser uma atividade voltada para o lucro, desenvolvido por empresas, diferente da compreensão de servir a fins políticos, de formação de consciência.

A parte que trata das diferenças, são determinadas pelo funcionamento da televisão, um meio de comunicação marcado pela constituição da linguagem através da interferência dos recursos de ordem espacial e temporal, uma consequência do uso da imagem. A imagem estabelece uma predominância, na televisão, da informação que está relacionada a espetacularização, valorizada pela transformação determinada pela tecnologia, em relação aos equipamentos.

O segundo aspecto, em relação à natureza da notícia na televisão, está relacionado à importância adquirida por este meio de comunicação. A televisão, a partir da sua implantação, no século passado, ganhou, progressivamente, destaque na veiculação de informação. A influência mais marcante é o padrão adotado pelos Estados Unidos, destacado na década de 60 do último século, quando houve a implantação do formato de programas de jornalismo com 30 minutos de duração. A dimensão atingida pela veiculação de notícia, através da televisão, foi aumentada com o surgimento dos canais *all news*, que fazem a transmissão de informação por 24 horas, em diversos idiomas e países do mundo.

A referência à notícia na televisão tem como terceiro aspecto o entendimento do papel que desempenha no Brasil, demarcado pela inauguração da primeira emissora, em 18 de setembro de 1950. O jornalismo fez parte da programação da emissora pioneira, a PRF-3 Difusora, depois transformada em Tupi, base para a formação de uma rede de televisão, praticamente desde a estréia.

A valorização da participação na programação, reconhecida como um aspecto da credibilidade necessária para uma emissora, transformou os programas de informação em elementos importantes da grade. Desde o sucesso de *O Repórter Esso*, considerado o primeiro telejornal regular, o jornalismo é utilizado na programação das emissoras, como uma alternativa na disputa pela audiência.

O estágio atual, de reconhecimento da informação através da televisão como a principal forma de acesso da população brasileira, em função da abrangência e audiência, é decorrente da implantação de um sistema de telecomunicações, que permitiu a centralização da produção e exibição dos programas, em um determinado ponto do país. O marco é a estréia do *Jornal Nacional*. No contexto desta pesquisa, este momento define a constituição de um padrão de elaboração dos telejornais, sem o estabelecimento de uma referência sobre a dimensão da informação que é veiculada.

Em torno desta compreensão, a finalidade desta investigação esteve relacionada a metas como o entendimento sobre o processo de seleção e produção, com a análise da rotina produtiva. A mesma referência à análise da rotina estava proposta em função do processo para

a seleção de notícias. E, por fim, buscou-se a relação entre a região da qual a informação é proveniente e a forma utilizada para veiculação.

A compreensão sobre a representação do que é a notícia exibida pelos telejornais das redes de televisão brasileiras, analisada neste trabalho, permite constatar, inicialmente, que uma noção estabelecida na hipótese desta pesquisa faz parte do conteúdo dos programas. Ao ser feita a verificação sobre a origem dos assuntos, a predominância de regiões, como ocorre com a Sudeste, através de dois Estados, São Paulo e Rio de Janeiro, e a do Centro-Oeste, em função do Distrito Federal, permite o estabelecimento de uma noção, através da qual é determinada a visão sobre o que é o Brasil mostrado nos programas de informação analisados.

O país está construído, através da predominância destacada, a partir de questões em torno dos temas relacionados a aspectos de noticiabilidade, vinculados a assuntos que tratam de Governo, justiça, polêmica e conflito.

O conteúdo dos telejornais, de alguma forma, reproduz uma concepção decorrente da influência da matriz norte-americana no jornalismo da televisão brasileira, e do país de um modo geral. Uma situação identificada na realização dos programas como a mesma característica, assimilada no Brasil, dos programas realizados nos Estados Unidos.

A análise evidencia que o modelo ainda adotado pelas redes, para a produção dos programas, decorre de um padrão assimilado pelos profissionais do jornalismo, a partir da exibição destes telejornais. Ele corresponde à mesma estratégia adotada pelos jornalistas pioneiros na produção destes telejornais, com a estréia do *Jornal Nacional*.

Esta consideração mereceria uma observação mais ampla, a partir da análise, por exemplo, do conteúdo dos jornais impressos, apontados como de circulação nacional. A importância é que ela serve para destacar, mais ainda, que a prática adotada pelos jornalistas em atuação na televisão estabelece uma referência do jornalismo brasileiro.

Ela corresponde a um aspecto da cultura da profissão, que não permite reconhecer importância em assuntos que não façam parte da rede estendida, a partir da estrutura das empresas, para a busca dos fatos. Na conjuntura atual, com o crescimento da Internet como mídia, a mesma prática é verificada em portais de informação, mantidos pelos grandes grupos de comunicação, que estabelecem uma distinção entre os assuntos dos principais pontos do país e os que são considerados abaixo, na apresentação do conteúdo.

A noção está destacada na análise. A lógica é que os assuntos que ocorrem nos principais centros, em relação a suas importâncias política e econômica, servem de referência

para todo o público, complementados com os acontecimentos de outras regiões, presentes em funções de características inusitadas ou incomuns.

Neste trabalho ficou evidente uma caracterização adotada pelo jornalismo da televisão norte-americana, em relação aos assuntos relacionados aos acontecimentos do mundo, a partir da perspectiva dos Estados Unidos. Ela era definida pela referência a uma diferenciação dos países em três categorias.

A primeira, formada pelos países que eram aliados dos norte-americanos, no período da Guerra Fria, iniciado após a Segunda Guerra Mundial e encerrado com a queda do Muro de Berlim, em 1989. A segunda, destacada pela presença dos países ligados a União Soviética. A terceira estava relacionada aos países fora de qualquer referência entre os dois grupos, os quais tinham destaques quando os assuntos estavam relacionados a “distorções”, que representariam fatos evidenciados por acontecimentos como desvios e exceções.

Esta perspectiva serviu para enquadrar o tratamento dedicado pelos telejornais brasileiros, no período analisado, às diversas regiões e estados do país. A verificação dos dados obtidos permite a constatação de que existe uma divisão em relação aos fatos, de tal forma que a diferença em relação ao conteúdo do que é divulgado de cada um, entre os menos destacados, não supera em nenhuma circunstância os que são identificados como os mais importantes, qualquer que seja a variável observada.

Os exemplos destacados relacionam a idéia de que existe uma hierarquia para a notícia. A impressão estabelecida é que a visão do Brasil apresentada através da informação, da mesma forma que reconhece uma importância política e econômica no tratamento dos fatos, estabelece uma ordem. A forma de divulgação da informação está relacionada ao peso que têm um estado ou região. Uma escala de valores que determina a prioridade para os acontecimentos, em função do local em que transcorreram. O reflexo de uma concepção que está presidida por uma determinação que estabelece a escolha a partir de um paradigma, que determina a importância de todo acontecimento ocorrido, principalmente, em São Paulo – o destacado palco da briga pela audiência, mantidas pelas redes de televisão, percebida no País.

O processo tem semelhança, em relação à localização dos assuntos, quando a questão é deslocada para a avaliação das informações provenientes do exterior. Apesar da existência de uma estrutura mais ampla, para a realização da cobertura dos fatos internacionais, o destaque é concedido para os países em torno dos quais o Brasil está na área de influência. A cobertura ainda mantém características da primeira fase da atuação dos correspondentes brasileiros internacionais, com a repetição de procedimentos sobre a

referência a lugares, sem que tivesse havido o deslocamento do repórter para a realização da cobertura.

Os programas de informação, exibidos pelas redes de televisão brasileiras, mesmo com a valorização de novas alternativas, permitidas pela tecnologia, ainda dependem das agências de notícias internacionais, para uma tentativa de cobertura dos acontecimentos internacionais. Através das informações recebidas delas é que o mundo é mostrado ao país, mesmo que exista a utilização de uma estrutura mais ampla, com a presença de correspondentes brasileiros espalhados por países de diversos continentes.

Em relação à observação sobre as notícias internacionais, o que deve ser destacado é que este tipo de informação tem uma característica de resumo, da mesma forma que pode acontecer com acontecimentos transcorridos no país. A intenção ao fazer a divulgação é sempre remeter à idéia de que os telejornais apresentam uma cobertura a mais ampla possível dos fatos mais importantes, o que ocorre com a adequação a uma forma que tem o apresentador como narrador.

O trabalho realizado pelos repórteres, em qualquer parte do Brasil e do mundo, é controlado pelas redações dos telejornais. Uma primeira evidência desta condição é o destaque da participação dos apresentadores como narradores, em relação aos repórteres e opções alternativas – como os comentaristas e entrevistados.

A maior presença do apresentador é uma decorrência da influência da redação, no controle da realização dos programas. A definição sobre o formato faz estabelecer a predominância de uma forma de exibição da notícia, por meio da qual é destacada, em algumas circunstâncias observadas, uma menor utilização da reportagem. Ela ocorre, principalmente, quando a informação é referente aos locais estabelecidos como de menor importância, em termos da ocorrência dos fatos.

Analisada por esta concepção, a participação dos apresentadores representa um protagonismo, estabelecido a partir do reconhecimento no Brasil da importância da atuação como *anchorman*, outra inspiração do jornalismo da televisão norte-americana. Uma maior participação dos apresentadores, em relação à divulgação do conteúdo dos telejornais. Um destaque, na condução e direção dos programas, que reduziu, sem que esta questão tenha sido verificada, a valorização que era concedida ao papel do repórter, a ponto de surgir uma categoria especial – denominada de rede, relacionada aos que tinham o mérito de participar da elaboração das reportagens para os telejornais do horário nobre..

A forma de apresentação da notícia, em relação aos telejornais analisados, evidenciou um aspecto, em que as emissoras buscam alternativas com a utilização dos

recursos disponíveis. Em um dos casos, ocorreu a transformação dos entrevistadores em narradores, com a participação deles em uma seção específica. A tentativa de maior participação do público faz remeter a uma busca de interatividade, em um instante de transformação do sistema de transmissão da televisão no Brasil, a partir da implantação do sinal digital.

A análise dos programas demonstrou que a participação do entrevistado, como o responsável pela condução do relato, ocorreu apenas quando havia uma relação de destaque, uma condição em que a importância da função desempenhada permitia a referência ao assunto tratado. Nesta circunstância, o tipo de condução adotado valoriza a importância do entrevistado, o grau como fonte de informação.

A busca da constituição de uma tipologia, que caracteriza a informação que estabelece a imagem do Brasil, através dos programas de informação, exibidos no horário nobre, permite uma consideração. A idéia é de uma notícia caracterizada pela valorização de acontecimentos, que influenciados pela importância que têm os fatos que fazem referência à atuação dos Poderes constituídos, em geral ocorridos nas principais regiões. A presença de assuntos definidos por uma perspectiva diferente, está relacionada aos fatos que representem uma alteração da normalidade, uma ruptura.

Por último, em relação à análise dos programas selecionados, a observação de uma questão destacada, sobre o tempo de produção dos telejornais. A partir da implantação do modelo atual, que completa 40 anos, tem sido verificado um crescente aumento do que é correspondente ao tempo na grade de programação das emissoras. O crescimento surgiu como uma decorrência, determinada pela valorização alcançada pelos programas. Um reflexo da integração deles como elementos de uma estratégia, que está baseada no destaque que é concedido à faixa definida como nobre.

A valorização, porém, refletiu uma transformação, que determina a alteração de uma concepção reconhecida, sem que tivesse sido feita uma verificação, sobre o padrão de programas com 30 minutos de duração. Sem que possa determinar a razão, a partir dos objetivos estabelecidos com este trabalho, uma hipótese, a partir do reconhecimento da participação que os programas de informação têm na disputa que as emissoras promovem pela audiência, é que o maior espaço alcançado por eles na programação reflete a utilização do jornalismo para a conquista do público.

Uma condição, que permite esta observação, é a tentativa desenvolvida por redes de emissoras em torno da implantação de telejornais, principalmente na faixa nobre. Outra é a tentativa feita de adequação do horário, no espaço da faixa, de maneira a aproveitar a

audiência gerada pelos programas de informação, inclusive com sua utilização para a divulgação da grade da emissora, principalmente a que está relacionada ao jornalismo.

A realização de um trabalho, como esta dissertação, nem sempre corresponde ao roteiro traçado, inicialmente e, certamente, várias são as lacunas percebidas no fim do percurso. Neste caso, este momento de conclusão, permite, com relação à busca dos objetivos propostos, uma constatação evidente: o tipo de análise realizada apresentaria melhores resultados a partir de uma referência metodológica, como a etnografia participante. Uma chave, certamente, para a melhor compreensão do funcionamento das redações, os procedimentos adotados para a escolha dos assuntos, poderia ser a avaliação feita durante a realização do processo. Mesmo com a experiência, da atuação como jornalista, de ter acompanhado situações que correspondem à observada, é uma consideração que merece ser feita, com a expectativa de resultados mais amplos que os registrados, em ocasião futura.

Para finalizar, fica o estabelecido que a busca da representação do Brasil, através dos telejornais de cinco redes de emissoras, demonstra a existência de um país que não é mostrado ao público, em função do condicionamento estabelecido no processo de produção e realização dos programas, estabelecido a partir da implantação do modelo de programa de informação ainda vigente. Após 40 anos da estréia do *Jornal Nacional*, a referência sobre o conteúdo está marcada por uma compreensão que tem como orientação princípios que foram estabelecidos no século XIX, no instante de transformação do jornalismo ocidental, com o surgimento da *penny press*.

A abrangência da televisão transferiu para o meio de comunicação, surgido mais de um século depois, a disputa em torno de maior alcance, uma referência aos inventos tecnológicos que permitiram ampliar a área atingida pelos jornais, e interesse, verificada agora pela audiência. O que é destacado como informação deve corresponder a fatos que representam para o público mais do que a compreensão sobre acontecimentos em torno do cotidiano. Eles precisam ser uma alternativa para a garantia de uma audiência, que tenha reflexos sobre a lucratividade.

A compreensão sobre a representação do Brasil, determinada pela predominância de lugares, muitas vezes distantes de quem ver, demonstra que na televisão eles são uma referência imaginária. Afastada das pessoas, porque a realidade delas não é vista nos programas que assistem, os programas de informação exibidos pelas redes de televisão brasileiras, analisados neste trabalho, refletem sua própria localização. São o fruto de uma televisão, apresentada como nacional, mas que sempre esteve voltada para a valorização de uma noção de Brasil longe das diversas regiões que formam o país: o Brasil do horário nobre.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 270 p.

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil: (1965-1979)**. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro, Mauad, 2000. 272 p.

ADGHIRNI, Zélia. O Jornalista: do mito ao mercado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Insular, v.2, no. 1, p. 45-57 jul., 2005.

AGUIAR, Flávio. Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. IN: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-249. 303 p.

AGUILLERA, Miguel. **El telediário: un proceso informativo**. Análisis e Historia. Barcelona, Espanha: Editorial Mitre, 1985. 257 p.

ALMEIDA, André Mendes de. **Mídia Eletrônica: seu controle nos EUA e Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1993. 181 p.

ALMEIDA, Cândido José Mendes de. **Uma nova ordem audiovisual**. São Paulo: Summus, 1988. 106 p.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. 2ª. ed. Barcelona: Paidós, 1993. 208 p.

ALVES, Vida. **Tv Tupi: uma linda história de amor**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 416 p.

AMARAL, Luiz. Assessoria de Imprensa nos Estados Unidos. IN: DUARTE, Jorge (Org.) **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 52-64. 411 p.

_____. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra; DC Luzzatto, 1996. 98 p.

_____. **Jornalismo: matéria de primeira página**. Rio de Janeiro; Brasília: Tempo Brasileiro; INL, 1978. 234 p.

ANDRADE, João Batista de. **O povo fala: um cineasta na área de jornalismo da TV brasileira**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. 128 p.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995. 157 p.

ARMES, Roy. **On Vídeo**. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Summus, 1999. 267 p.

ARNETT, Peter. **Ao vivo do campo de batalha: do Vietnã a Bagdá, 35 anos em zonas de combate de todo o mundo**. Tradução Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 513 p.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. 4ª ed. São Paulo: Ática, volume 1, 1990. 445 p.

BARCELLOS, Caco. Repórter: profissão perigo. IN: KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney (Orgs.). **Jornalismo Eletrônico ao Vivo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 17-31. 160 p.

BARROS, Antônio Teixeira de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisas em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 32-50. 380 p.

BARROS FILHO, Clóvis de. **A ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 4ª. Ed. 2003. 238 p.

BECKER, Beatriz. Como, onde, quando e porque fala a audiência nos telejornais. **Estudos em Comunicação**. Publicação do Labcom (Online Communication Lab). Universidade da Beira Interior, no. 1, p. 161-167, abr. 2007.

_____. **A linguagem do telejornal**: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: E-Pappers Serviços Editoriais, 2005. 179 p.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 9ª ed. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985. 247 p.

BERTINI, Alfredo. **Economia da cultura**: a indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2008. 221 p.

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 141 p.

BITTENCOURT, Luís Carlos. **Manual de Telejornalismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993. 106 p.

BORELLI, Silvia H.S.; PRIOLLI, Gabriel (Coords.). **A deusa ferida**: por que a Rede Globo não a campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus, 2000. 261 p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 143 p.

BRASIL, Antônio Cláudio. **Telejornalismo, internet e guerrilha tecnológica**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2002. 375 p.

BRESSER, Deborah. Do tédio ao pânico. **Revista Imprensa**. São Paulo: Imprensa Editorial Ltda, p. 20-29, out. 1995.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008. 292 p.

CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação de Massa sem Massa**. São Paulo: Summus, 1985. 124 p.

_____. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982. 196 p.

CASSETTI, Francesco; CHIO, Federico Di. **Análisis de la Televisión: instrumentos, métodos e prácticas de investigación.** Traducción Charo Lacalle Zalduendo. Paidós: Barcelona, 1999. 386 p.

CARVALHO, Elizabeth. **Telejornalismo: A Década do Jornal da Tranquilidade. Anos 70: Televisão.** Rio de Janeiro: Europa, vol 5, 1979-1980, p 31-46.

CARVALHO, Mario César. **A notícia vira estrela. TV Folha,** São Paulo, p 5-7, 31 mai. 1982.

CASTAGNI, Nicoletta. **Gutenberg: a maravilhosa invenção.** IN: GIOVANNINI, Giovani. **Evolução na Comunicação: do sílex ao silício.** Tradução por Wilma Freitas e Ronald de Carvalho. Revisão por André Luiz Lázaro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 87-139. 374 p.

CASOY, Bóris. **O carisma do âncora.** IN: KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney (Orgs.). **Jornalismo Eletrônico ao Vivo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 33-41. 160 p.

CASTILHO, Carlos. **Webjornalismo: o que é notícia no mundo on-line.** IN: RODRIGUES, Ernesto (Org.). **No próximo bloco...: O jornalismo brasileiro na TV e na Internet.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 231-256. 286 p.

CESAREO, Giovanni. **Es Notícia.** Tradução por A. Espinet. Barcelona, Espanha: Editorial Mitre, 1986. 155 p.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Cem anos de assessoria de imprensa** IN: DUARTE, Jorge (Org.) **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia.** 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 33-51. 411 p.

CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. **O campeão de audiência.** São Paulo: Editora Best Seller, 1991. 420 p.

CRONKITE, Walter. **Repórter: as memórias do maior âncora da TV americana.** Tradução de Mário Vilela. São Paulo: DBA, 1998. 407 p.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Editora Escala: São Paulo, 2008. 194 p.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 719 p.

CORREIA, Fernando. **Os jornalistas e as notícias.** 3ª.ed., Lisboa: Editorial Caminho, 1997. 287 p.

COUTINHO, Iluska. **Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento.** IN: VIZEU, Alfredo (Org.). **A Sociedade do Telejornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 91-106. 124 p.

CRUZ, Dulce. **Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. 198 p.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo.** São Paulo: Alegro, 2002. 194 p.

DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra L. **Teorias da Comunicação de Massa**. Tradução por Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 397 p.

DUARTE, Luiz Guilherme. **É pagar para ver: a TV por assinatura em foco**. São Paulo: Summus, 1996. 208 p.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. 5ª. Edição. São Paulo: Ática, 2006. 256 p.

ESQUENAZI, Rose. **No túnel do tempo: uma memória afetiva da TV brasileira**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1993. 184 p.

ESTEVES, Fernanda. **Desculpem a nossa falha**. Rio de Janeiro: Record, 1990. 272 p.

FERRARI, Polyana. **Jornalismo Digital**. 2ª. Edição. São Paulo: Contexto, 2004. 120 p.

FERREIRA, Giovandro. Apontamentos sobre a propriedade do campo jornalístico. **Pauta Geral**: revista de jornalismo. Salvador: Calandra, Ano 9, no. 4, p. 243-258, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. IN: ABREU, Alzira Alves (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 141-155. 200 p.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 280-304. 380 p.

FONTCUBERTA, Mar de. **A notícia: pistas para compreender o mundo**. Tradução de Fernando Cascais. Lisboa: Editorial Notícias, 1999. 125 p.

_____. **Estructura de la Noticia Periodística**. 2ª. ed., Barcelona: A.T.E., 1981. 183 p.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2ª. ed.: Líber Livro Editora, 2007. 80 p.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holboe. A estrutura do noticiário estrangeiro. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Portugal: Vega, 1993, p. 61-72. 306 p.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 525 p.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 507 p.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Ortiz, 2ª. ed., 1989. 230 p.

GHIVELDER, Zevi. Telejornal em rede. IN: KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney (Orgs.). **Jornalismo Eletrônico ao Vivo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 149-160. 160 p.

GOMIS, Lorenzo. **Do importante ao interessante: ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo**. **Pauta Geral**: revista de jornalismo. Salvador: Calandra, Ano 9, no. 4, p. 225-242, 2002.

_____. **Teoria del Periodismo: como se forma el presente**. Barcelona: Paidós, 1991. 212 p.

GUREVITCH, Michael; BLUMER, Jay G. A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Portugal: Vega, 1993, p. 177-190.306 p.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e Internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2006. 278 p.

HENNING, Hermano. **Via Satélite**. São Paulo: Globo, 1996. 211 p.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. IN: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p.123-142. 286 p.

HESTER, Al. As agências noticiosas ocidentais: problemas e oportunidades nas notícias internacionais. IN: MATTA, Fernando Reyes (Org.). **A informação na nova ordem internacional**. Tradução de Paulo Kramer e Sigrid Sarti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 73-96. 291 p.

HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987. 300 p.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses Contemporâneas de Pesquisa em Comunicação. IN: HOHLFELDT, Antonio; MARIANO, Luiz Carlos.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 187-240. 309 p.

JAMBEIRO, Othon. **A Tv no Brasil no Século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001. 263 p.

JESPERS, Jean-Jacques. **Jornalismo Televisivo**. Tradução de Rita Amaral. Coimbra, Portugal: Minerva, 1998. 188 p.

JORDÃO, Fernando Pacheco. **O dossiê Herzog**. São Paulo: Global Editorial, 1979. 223 p.

JORGE, Thaís de Mendonça. **A notícia em mutação, estudo sobre o relato noticioso no Jornalismo Digital**. Brasília: Universidade de Brasília (Tese de Doutorado). 2007. 397 f.

JUIZ FEDERAL ACUSA a PF de vazar informações. **A Tarde**. Salvador, p. 16, 25 mai. 2007.

KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney. **Jornalismo eletrônico ao vivo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 160 p.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de Massa: análise de conteúdo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. 182 p.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. Tradução Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003. 302 p.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991. 410 p.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: norte e sul**. Tradução Rafael Varela Jr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. 415 p.

- LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 188 p.
- _____. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1979. 116 p.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letras de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. IN: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 179-205. 303 p.
- LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997. 107 p.
- LIMA, Fernando Barbosa. **Nossas câmeras são seus olhos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. 199 p.
- _____. **Nossas câmeras são os seus olhos**. Televisão & Vídeo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 08-18. 75 p.
- LIMA, João Gabriel. A guerra atrás das câmeras. **Veja**: São Paulo, ano 37, no. 35, p. 100-108, 1º. set. 2004.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 176 p.
- LOPES, Felisbela. **O Telejornal e o Serviço Público**. Coimbra, Portugal: Minerva Editora, 1999. 202 p.
- LUBISCO, Nídia; VIEIRA, Chagas Sônia. Manual de estilo acadêmico. Revisão e sugestões Isnaia Veiga Santana. 2ª. ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2003.145p.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo. 2000. 245 p.
- MACHADO, Elias. O pioneirismo de Robert Park na pesquisa em Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Insular, v.2, no. 1, p. 23-34 jul., 2005.
- MANUAL DE JORNALISMO PÚBLICO. São Paulo: **TV Cultura**, 2003, versão impressa. 73 p.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000. 176 p.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1980. 312 p.
- MARKUN, Paulo. **Meu amigo Vlado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.199 p.
- MARONA, Mário. O JN quer retomar a rotina. De ônibus. **Blog do Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jul. 2006. Disponível em: www.jbblog.com.br/mariomarona.php. Acesso em: 27 jun. 2006.
- MARSHALL, Leandro. **O Jornalismo na era da Publicidade**. São Paulo: Summus, 2003. 172 p.

MARTHE, Marcelo. O clone anão. **Veja**: São Paulo, ano 39, edição 1945, p.102-103, 1º mar., 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. 303 p.

MATTELART, Michele; MATTELART, Armand. **O Carnaval das Imagens**: a ficção na TV. Tradução por Suzana Calazans; revisão por Dulcília H.S. Buitoni. São Paulo: Brasiliense, 1989. 206 p.

MATTOS, Sérgio. **A Televisão no Brasil: 50 Anos de História (1950-2000)**. Salvador, Bahia: Ed.PAS - Edições Ianamá, 2000.176 p.

_____. **Um perfil da TV brasileira**: 40 anos de História – 1950/1990. Salvador: ABAP/A Tarde, 1990. 85 p.

MAZZAROLLO, Joanilda. **O Lead no Telejornalismo, no caso do NETV2a. Edição**. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2001.108 f.

MEDINA, Cremilda. **Profissão Jornalista**: Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 302 p.

_____. **Notícia**: um produto à venda. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. 194 p.

MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. 100p.

MELLO E SOUZA, Cláudio. **Impressões do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo Machiline/Praxis Artes Gráficas, 1986. 303p.

_____. **Jornal Nacional**: 15 anos de história. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984. 349 p.

MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Summus, 2006. 277 p.

_____. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985. 168 p.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional**: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2004. 407 p.

MENDES, Lucas. **Crônicas de Manhattan**: crônicas da Big Apple. Rio de Janeiro: Campus, 1997.272 p.

MÍDIA DADOS 2007. São Paulo: Grupo de Mídia São Paulo, 2007. 610 p.

MIRA, Maria Cecília. **O Circo Eletrônico**: Sílvio Santos e o SBT. São Paulo: Edições Loyola e Editora Olho D'Água, s/d. 215 p.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do uso Estratégico dos Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos IN:

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Portugal: Vega, 1993, p. 34-51. 306 p.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 732 p.

MOREL, Marco. Os Primeiros Passos da Palavra Impressa. IN: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-43. 303 p.

MOTTER, Paulino. O Uso Político das Concessões das Emissoras de Rádio e Televisão no Governo Sarney. **Comunicação & Política**. Rio de Janeiro, vol. I, nº 1, p. 89-115, ago./nov. 1994.

MOYA, Álvaro. **Glória in Excelsior: ascensão, apogeu e queda do maior sucesso da televisão brasileira**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 416 p.

MUITO ALÉM DO “BOA NOITE”. **Negócios da Comunicação**. São Paulo: Editora Segmento, ano III, no. 15, p.28-36, 2005.

MUSBURGER, Robert B. **Roteiro para mídia eletrônica**. Tradução Natalie Gerhardt. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 320 p.

NASSIF, Luiz. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003. 307 p.

NETTO, Accioly. **O Império de Papel: os bastidores de O Cruzeiro**. Porto Alegre: Sulina, 1988. 160 p.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. Tradução Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 215 p.

O ÂNCORA CHEGA à TV comercial no Brasil. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, Televisão, D-1, 31 jul., 1988.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 222 p.

PASSARINHO, Sandra. A Paixão da Reportagem. IN: KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney (Orgs.). **Jornalismo Eletrônico ao Vivo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 83-94. 160 p.

PATERNOSTRO, Vera Íris (Coordenação). **Globo News: 10 anos, 24 horas no ar**. São Paulo: Globo, 2006. 446 p.

_____. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 157 p.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005. 235 p.

PEREIRA, Álvaro. Jornalismo Político Contemporâneo. IN: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Orgs.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 87-107. 306 p.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Os fatos ocultos. **Carta Capital**: São Paulo, ano XIII, no. 415, p. 20-27, out. 2006.

PIZZOTTI, Ricardo. **Enciclopédia Básica da Mídia Eletrônica**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. 294 p.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005. 248 p.

PONTUAL, Jorge. Reportagem e Documentário em “Globo Repórter”. IN: KAPLAN, Sheila e REZENDE, Sidney (Orgs.). **Jornalismo Eletrônico ao Vivo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 95-105.160 p.

PORCELLO, Flávio. TV e poder: as relações sombrias que ajudam a fazer a história recente do Brasil. IN: VIZEU, Alfredo; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio. **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006, p. 145-165. 224 p.

_____. **TV universitária**: limites e possibilidades. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. 146 p.

PRAXEDES, Antônio. Dava gosto ouvir o Repórter Esso. **Revista de Comunicação**. Rio de Janeiro, n^a 16, Ano 4, p. 24-25, 1988.

PRIOLLI, Gabriel. Antenas da brasilidade. IN: BUCCI, Eugênio (Org.). **A TV aos 50**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 13-24.201 p.

_____. **A tela pequena no Brasil Grande**. Televisão & Vídeo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 19-52.75 p.

RAMONET, Ignácio. **A Tirania da Comunicação**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 141 p.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000. 289 p.

_____. **O tele-espetáculo da notícia**: análise morfológica dos conteúdos de uma semana (7 a 13 de janeiro de 1982) do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. São Paulo: ECA/USP, 1985 (Dissertação de Mestrado). 259 f.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta**: condições e contradições do trabalho jornalístico. São Paulo: Olho d'Água/ Brasiliense, 1994. 222 p.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990. 223 p.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007. 280 p.

ROSA, Sandra de Camargo. **Telejornalismo em manchete**: o mundo em flashes descontínuos. São Paulo: PUCSP, 1989 (Dissertação de Mestrado). 279 f.

SAMPAIO, Walter. **Jornalismo Audiovisual**: rádio, TV e cinema. 2^a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1971. 118 p.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal**: a Folha de S. Paulo, o Globo e o Estado de S. Paulo na sociedade de informação. Rio de Janeiro: Record, 2008. 270 p.

SANTOS, José Rodrigues dos. **Comunicação**. Lisboa: Prefácio, 2001. 153 p.

SANTOS, Rogério. Práticas produtivas e relacionamentos entre jornalistas e fontes de informação. IN: CABRERA, Ana; PONTE, Cristina; SANTOS, Rogério; TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo Português em análises de casos**. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 93-133. 333 p.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.) . **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Portugal: Vega, 1993, p. 177-190. 360 p.

SCHUDSON, Michel. A Política da Forma Narrativa: A Emergência de Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Portugal: Vega, 1993, p. 278-293. 360 p.

_____. Porque é que as notícias são como são. **Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa/Portugal, nº 8, p. 17-28, dez. 1988.

SEIXAS, Lia. **Por uma outra classificação**: uma proposição de critérios de definição de gêneros jornalísticos por impressos e digitais. Salvador: UFBA (Tese de Doutorado), 2008. 300 f.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991. 155 p.

_____. **Muito Além do Jardim Botânico**. São Paulo: Summus, 1985. 161 p.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Insular, v.2, no. 1, p. 95-107 julho, 2005.

SMITH, Anne-Maria. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1997. 264 p.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura**: a comunicação e os seus produtos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 180 p.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. 583 p.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002. 223 p.

_____. **A notícia e os seus efeitos**: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Portugal, Universidade Fernando Pessoa, 1999. Disponível em bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html. Acesso em: 17 set. 2007.

SOUZA, Hebert. A TV do País das Maravilhas. **Imprensa**. São Paulo, no. 55, p. 12-18, mar. 1992.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Seja o primeiro a saber**: a CNN e a globalização da informação. São Paulo: Summus, 2005. 199 p.

_____. **Gênero e formatos na televisão brasileira.** São Paulo: Summus, 2004. 196 p.

SOUZA FILHO, Washington José de. Ser Notícia: a noção do tempo na constituição da informação. **Janelas e Imagens:** textos de comunicação e cultura contemporâneas. Salvador: Arte-Contemp, p. 195-199.1995a.

_____. Notícias do Brasil: a informação na televisão brasileira. **Pauta Geral:** Revista de Jornalismo. Salvador, ano 3, n. 3, p. 127-134.1995b.

SOUTO MAIOR, Marcel. **Almanaque da Globo.** São Paulo: Globo, 2006. 511 p.

SPITZCOVISKY, Jaime. Tv soviética volta no tempo e faz lembrar época de Leonid Brejnev. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, F-1, 13 jan. 1991.

SQUIRRA, Sebastião. **O Século Dourado:** a comunicação eletrônica nos EUA. São Paulo: Summus, 1995. 145 p.

_____. **Bóris Casoy:** o âncora no telejornalismo brasileiro. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993. 206 p.

TALESE, Gay. **Fama e Anonimato.** Tradução Luciano Vieira Machado. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 535 p.

TEODORO, Gontijo. **Jornalismo na TV.** Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980. 162 p.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Notícias e serviços:** nos telejornais da rede Globo. Rio de Janeiro: Sotese, 2002. 294 p.

TORÁN, L. Enrique. **La Información en TV.** Barcelona, Espanha: Editorial Mitre, 1982. 140 p.

TOSTES, Octavio. De volta ao futuro. IN: RODRIGUES, Ernesto (Org.). **No próximo bloco...:** O jornalismo brasileiro na TV e na Internet. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 39-75. 286 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, vol.1,2ª. ed. 2005a. 224 p.

_____. **Teorias do Jornalismo.** A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, vol.2, 2005b. 216 p.

_____. As notícias. TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** Questões, Teorias e Estórias. Lisboa, Portugal: Vega, 1993, p.167-190. 360 p

_____. As notícias. **Revista da Comunicação e Linguagens,** Lisboa/Portugal, no 08, p. 29-40, dez. 1988.

TUCHMAN, Gaye. A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** Questões, Teorias e Estórias. Lisboa, Portugal: Veja, 1993, p. 74-90. 360 p.

_____. **La Producción de la Notícia.** México D.F: Gustavo Gili, 1983. 291 p.

VENSCELAU, Pedro; NALDONI, Thaís. SBT: Eles querem ser os campeões da segunda. **Revista Imprensa**. São Paulo: Imprensa Editorial Ltda, ano 18, no. 204, p.16-19, ago. 2005.

VENTURA, Zuenir. **Minhas histórias dos outros**. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2005. 210 p.

VIANNA, Ruth. **A informatização da imprensa brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1982. 171 p.

VIEIRA, Roberto Átila Amaral. Macrocefalia da Comunicação de Massa no Brasil: para compreender a Televisão brasileira nos 15 anos do Jornal Nacional. **Revista Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, no. 1-4, p. 52-81, jan/ dez. 1985.

VILCHES, Lorenzo. **La Manipulación de la Información Televisiva**. Barcelona: Paidós, 1989. 414 p.

VITÓRIA DA NOTÍCIA. **Veja**: São Paulo, ano 17, no. 835, p. 48-58, 5 set. 1984.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005. 197 p.

_____. **Decidindo o que é notícia**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000.140 p.

WEAVER, Paul H. As Notícias do Jornal e as Notícias de Televisão IN: TRAQUINA Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Portugal: Veja, 1993, p. 294-305. 360 p.

WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Insular, v.2, no. 1, p. 13-21, jul., 2005.

WHITTEMORE, Hank. **CNN: A História Real**. Tradução por Celso Nogueira. São Paulo: Nacional, 1990. 277 p.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Tradução por Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1987. 249 p.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. Tradução por José Rubens de Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1996. 319p.

XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério. **Almanaque da TV**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. 285 p.

YORKE, Ivor. **Telejornalismo**. Tradução Luiza Lusvarghi, colaboração da tradução Julia Aidar. São Paulo: Roca, 2006. 282 p.

Glossário

Abertura: o termo tem dois sentidos. Ele corresponde ao início do programa, uma forma de caracterizar o encerramento do anterior. O outro uso é para designar a participação do repórter no início da reportagem.

All news: designação para os canais de televisão especializados na divulgação de notícias.

Anchorman: denominação do apresentador, que tem a função de editor-chefe. Termo adotado nos Estados Unidos, utilizado como âncora no Brasil, a partir da estréia do jornalista Bóris Casoy, em 1988, como apresentador do *TJ Brasil*, do SBT.

Ao vivo: denominação para a participação dos repórteres, durante a realização dos programas, em geral para informar sobre uma informação recente ou a complementação de uma reportagem. Caracterizado pela presença do repórter no vídeo.

Bloco: Espaço do telejornal para exibição da informação, entre os intervalos do programa.

Cabeça: texto para a introdução de uma reportagem ou nota coberta, lido pelo apresentador.

Em inglês, corresponde ao *headline*.

Camcorder: câmera, utilizada para a gravação de reportagens, com o dispositivo de gravação acoplado.

Deadline: prazo final para a conclusão de uma reportagem ou da edição de um telejornal.

Edição: Define o processo de organização de uma reportagem, em função das imagens, entrevistas e o texto, assim como está relacionado ao conjunto do telejornal – o total dele.

Editor: jornalista responsável pela forma de exibição de um assunto, subordinado ao editor-chefe, responsável pelo conjunto do telejornal.

Editoria: Subdivisão da redação, em torno de assuntos. Por exemplo: governo, política, nacional, etc.

Encerramento: corresponde a parte final do telejornal, assim como ao da reportagem, quando tem a participação do repórter.

Entrevista: gravação feita com envolvido(s) em um assunto, que pode ser exibida no telejornal sem a participação do repórter. Recebe a denominação de sonora, quando é parte da reportagem.

Escalada: um resumo dos principais assuntos do telejornal, como a primeira página de um jornal impresso.

Espelho: relação dos assuntos de um telejornal, usado para a orientação dos envolvidos na produção e realização. Em inglês é chamado de *running order*, conhecido nos países de língua portuguesa, influenciados por Portugal, como alinhamento.

Filme: suporte em película, usado para a gravação das reportagens, antes do surgimento do vídeo - tape. Dependia de um demorado processo de revelação, em torno de 30 minutos.

Fita: posterior ao filme, permitiu maior agilidade e garantiu a participação do repórter, com mais destaque, nas reportagens, no fim da década de 70. Caracterizada pela variação de formatos, a partir da evolução tecnológica

Grade: usada pelas emissoras para a indicação dos horários de exibição dos programas.

Indicador: identifica o conteúdo do telejornal, relacionado às informações sobre dados econômicos.

Jornalismo público: termo adotado pela TV Cultura, de São Paulo, para designar o modelo adotado pela emissora.

Jornalismo comunitário: Utilizado pela Rede Globo para definir a cobertura local.

Lapada: resumo de assuntos, incluído em um telejornal para o registro de informações.

Caracterizado pela utilização de efeitos visuais para a separação dos fatos.

Lead: indicação das informações principais de um assunto.

Lidão: designação usada para fazer referência a uma alternativa ao *lead* no telejornalismo.

Microondas: sistema de transmissão do sinal de áudio e vídeo, que permite a interligação com a emissora, muitas vezes com o uso de uma unidade móvel. A interligação pode ser terrestre ou aérea.

Montagem: o mesmo que edição, na parte referente à ordenação de uma informação, em relação à forma e ao tempo.

Notícia: elemento essencial do jornalismo, mas que no sentido de forma, em relação a um fato de divulgação imediata.

Nota coberta: designação para a informação divulgada com o formato de reportagem, porém lida pelo apresentador.

Nota: Informação divulgada através do apresentador, sem a utilização de ilustração.

Equivalente à notícia, no sentido de forma.

Off: texto narrado pelo repórter ou apresentador, parte de uma reportagem, ilustrado por imagem, relacionado a um fato.

Plano-sequência: corresponde a uma gravação sem a interrupção, exibida na totalidade.

Passagem: parte de uma reportagem, caracterizada, como a abertura e o encerramento, pela presença do repórter no vídeo. Em inglês, tem a designação de *stand up*.

Pauta: orientação para a cobertura de um assunto, utilizado pelo repórter para a cobertura de um fato.

Repórter de rede: usado para especificar um repórter específico, que é escalado para a cobertura de assuntos nos telejornais transmitidos pelas redes de televisão para todo o País.

Reportagem: designa o assunto coberto com a participação do repórter, que tem a denominação de VT nas redações. Nos países influenciados por Portugal é chamada de peça.

Roteiro: é a conjunto das páginas, chamada de lauda nas redações, usado para a exibição de um telejornal, chamado de *script*.

Satélite: essencial, a partir da década de 80, para a transmissão do sinal das emissoras de televisão, é mantido na órbita terrestre.

Teleprompter: marca de um equipamento, acoplado a uma câmera, que permite ao apresentador ler um texto, sempre desviar o olhar.

Time-slot: designação em inglês para o que no Brasil é o tempo de produção de um telejornal – menor que o da grade –, chamado de tempo de antena pelos portugueses.

U-Matic: formato inovador de gravação com a fita magnética, que permitiu a transformação tecnológica do jornalismo na televisão, ao substituir o filme.

Vídeo-tape: sistema de gravação, com a utilização de fitas magnéticas. Nas emissoras de televisão, quando chamado de VT é usado como designação genérica para reportagem.